ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

apresentada pelo Excelentíssimo
Senhor Governador

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA

Imprensa Oficial
— 1 9 6 7 —

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

O imperativo democrático do diálogo com o povo, diretamente ou perante as assembléias de seus lídimos representantes, constitui dever dos que governam, e, no cumprimento dêsse preceito, temos hoje a satisfação de nos dirigir ao Poder Legislativo amazonense, decorridos apenas 45 dias do início do mandato que nos foi conferido pelo voto dêste mesmo Parlamento, em consonância às normas adotadas pela Nação para a escolha dos governadores estaduais.

Ainda é cêdo para uma visão definitiva dos resultados atingidos pela Revolução de Março de 1964. Só o tempo, com a perspectiva histórica que confere aos homens, poderá retratar, em extensão e profundidade, o movimento político-militar que livrou o País da convulsão dos extremismos e o impediu de despenhar-se, irrecorrìvelmente, nos vórtices da inflação. Está, porém, no consenso geral, sem excluir aquêles que por um ou outro motivo não se situam na grande maioria que apóia o Govêrno revolucionário, que soluções drásticas para a restauração da ordem social, para o saneamento do regime político, para o equilíbrio financeiro e para repor o Brasil no lugar que lhe cabe no concêrto internacional, haviam que ser tomadas — e o foram, pelos que, a partir de março de 64, chamaram a si o duro e temerário encargo de enfrentar o cáos político e administrativo.

Já agora, entretanto, com a normalização da vida político-constitucional da República, nossa atenção se volta para problemas outros, de igual ou maior gravidade, que não aquêles que marcaram a fase heróica da Revolução vitoriosa. E, no particular do nosso Estado, o que agora nos absorve é a preocupação de desenvolvê-lo e

proporcionar à comunidade dos seus filhos condições de real progresso econômico e bem-estar social. Não nos será fácil a tarefa, mas a grandeza do objetivo e a sua imperiosidade encontrarão fôrças em nossa possível fraqueza, de sorte a não fugirmos ao cumprimento do dever histórico que nos foi confiado.

No conjunto das realidades nacionais, sabem Vossas Excelências, que o Amazonas, pela sua dimensão continental, bem como pela sua condição mediterrânea, representa um desafio e exibe uma das mais complexas problemáticas, a quantos buscam uma definição de suas necessidades globais para a consequente tarefa de arrancá-lo ao subdesenvolvimento, libertando-o da fase extrativista, para integrá-lo, de fato, à comunhão econômica nacional.

Acresce, ainda, que o corrente ano surgiu sob o signo de sérias dificuldades, decorrentes, não só, da substituição de arcáicos conceitos tributários por outros mais atuais e mais condizentes com o moderno mecanismo fiscal, mas emanadas, também, das imperiosas medidas de contenção de gastos reclamados pelo equilíbrio do Orçamento estadual. Tal circunstância explica a redução que se verifica no ritmo das obras em execução que, entretanto, serão concluídas tão logo se amenizem as dificuldades por que passamos.

Nosso objetivo imediato é o de provocar e estimular novos investimentos no Amazonas, atraindo de outros centros mais prósperos, a colaboração de homens de negócios e de mais braços válidos, sem a qual não lograremos, com a urgência que se faz necessária, sair do círculo vicioso da estagnação e da miséria econômicas. A propósito, vale aqui ressaltar a nossa orientação, ou melhor, os princípios que esposamos, no que diz respeito à arrancada para o desenvolvimento: ao Poder Estatal competem várias iniciativas, sobretudo nas áreas que reclamam ação pioneira, mas, em muitas outras, há que ceder o passo ao capital privado, prestigiando-o e garantindo-lhe a expansão, a fim de livrar os orçamentos públicos de uma excessiva e desnecessária carga de despesas.

Por isso, em vista à complexidade dos nossos problemas, bem como do imperativo de manter a vida pública no elevado nível em que foi reintegrada, o nosso secretariado foi composto de homens de largo tirocínio e experiência administrativa e, também de moços profis-

sionalmente capazes. Contamos, assim, na pública administração, com um todo homogêneo, do qual muito pode esperar o povo em têrmos de trabalho produtivo e de diálogo democrático.

Com êsses propósitos e confiantes na inspiração divina, partiremos para a grande arrancada do desenvolvimento, seguros de um futuro promissor para esta grande terra que reclama de cada um dirigente dos setores da administração, dos órgãos autárquicos e de economia mista, capacidade e esfôrço, dedicação e espírito de sacrifício, planos e metas que passaremos a focalizar nos capítulos seguintes.

SECRETARIA DE FAZENDA

Com os seus órgãos de fiscalização e arrecadação distribuídos pela capital e interior, executa a política financeira do Govêrno, tendo como titular o senhor JORGE AUGUSTO DE SOUZA BAIRD, já experimentado e com visão e amplo descortínio da cousa pública, na administração de nosso ilustre antecessor.

Os serviços fazendários constituem viga mestra da administração e, neste momento, partem para execução dos novos preceitos tributários, suportando àrduamente sua repercussão, de modo a que sejam mínimas as perturbações nos serviços públicos e na vida econômica do Estado.

A alteração resultante da Reforma Tributária provocou tomada de posição das unidades federativas e o próprio Poder da União procurou reformular as bases iniciais, não sòmente alterando os valôres das alíquotas, como também, após as reuniões realizadas no Rio de Janeiro, pelos Ministros da Fazenda e Planejamento, com os Secretários estaduais, partir para assinatura de convênios dos Estados e Territórios integrantes de áreas de interêsses comuns. O Amazonas estêve presente a todos êsses encontros, pelo titular da Pasta fazendária, e no Rio de Janeiro, Fortaleza e Belém, aquêle representante e seus assessôres defenderam a nossa posição de Estado interiorano e de economia em desenvolvimento, concluindo Acôrdo firmado com o Pará, o Acre e Territórios, que constitui matéria de anexo.

O Orçamento do exercício corrente, prevê a Receita em NCr$ 66.771.200,00 (Sessenta e Seis Milhões, Setecentos e Setenta e Um Mil e Duzentos Cruzeiros Novos), para Despesa de NCr$ 66.830.247,15 (Sessenta e Seis Milhões, Oitocentos e Trinta Mil, Duzentos e Quarenta e Sete Cruzeiros Novos e Quinze Centavos), por onde se verifica a existência de um "Deficit" de NCr$ 59.047,15 (Cinquenta e Nove Mil, Quarenta e Sete Cruzeiros Novos e Quinze Centavos). A nossa Lei de Meios — de n.º 558, de 30 de dezembro de 1966, foi elaborada sob o influxo da Lei Tributária Nacional e das normas da política financeira resultante. Os Estados sofreram profunda alteração na sistemática de sua organização financeira, substituído o Impôsto de Vendas e Consignações, esteio de sua economia, pelo de Circulação de Mercadorias, suporte econômico que provocou vivas reações dos organismos arrecadadores, motivando encontros e reuniões de Secretários de Fazenda, para corrigir as deficiências que resultariam das novas imposições tributárias, tendo-se em vista a condição de área industrializada ou de produção primária, como o são as das unidades da Amazônia Ocidental.

O Govêrno da República, através de Ato Complementar, alterou o sistema de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios na arrecadação dos impostos sôbre a Renda e sôbre Produtos Industrializados, e já recentemente, decretos-leis fizeram incidir o Impôsto de Circulação de Mercadorias sôbre os derivados do petróleo, e foi permitido, ante a evidência de arrecadações insuficientes para manutenção dos seus encargos, que os Estados, assim atingidos pela redução de receita do ICM, promovessem a elevação da alíquota dêsse tributo até dezoito por cento.

Os encargos que vieram da administração anterior, resultantes do Plano Bienal, constituem compromisso do Estado, integram as obrigações do Govêrno, que, na devida oportunidade, os encaminhará, relacionados, para abertura dos créditos indispensáveis à sua liquidação.

Com referência ao exercício passado, de 1966, transcrevemos, do relatório do Secretário de Fazenda, o seguinte:

"A Receita própria, todavia, não atingiu a previsão, apresentando decréscimo de 23%, haja vista que a arrecadação realizada na Capital e no Interior do Estado

não foi além de Cr$ 29.000.000.000 (VINTE E NOVE BILHÕES DE CRUZEIROS). Falta-nos o total exato, por que incompleta a arrecadação do Interior, pelo que ainda não encerrado o Balanço Geral.

"Enquanto isso, a despesa, com a característica tradicional de elevar-se sempre à medida das necessidades do Poder Público, para fazer face aos encargos assistenciais, manutenção da máquina administrativa e programas de obras de Govêrno, ultrapassou a soma da receita, em 12%, pois os gastos de 1966 elevaram-se a Cr$ ..... 33.000.000.000 (TRINTA E TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS), desprezadas as frações.

"Tendo em conta os algarismos antes referidos, compreende-se que o **deficit** transferido para 1967 foi de Cr$ 4.000.000.000 (QUATRO BILHÕES DE CRUZEIROS), em números redondos.

"O **deficit** compreende saldo de compromissos do exercício de 1966, da seguinte ordem:

1 — RESTOS A PAGAR:		
a) — Pessoal . . . Cr$	360.000.000	
b) — Fornecedores	2.080.000.000	2.440.000.000
2 — CONSIGNAÇÕES:		
Descontadas em fôlha de pagamento		377.000.000
3 — ADIANTAMENTO:		
Banco da Amazônia		300.000.000
4 — DIVERSOS:		833.000.000
		4.000.000.000"

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Pelo vulto e importância nas relações com o Poder Judiciário, pela Procuradoria Geral de Justiça que superintende, por sua vez, o Ministério Público, a Segurança Pública, pela Polícia Civil e Militar, e mais os serviços de recuperação confiados à Penitenciária Central do Estado, tendo ainda a seu cargo a Imprensa Oficial e a Divisão do Arquivo Público, está confiada à capacidade e competência do Professor Doutor ÁDERSON PEREIRA DUTRA. Ponto de partida para a estruturação

política do Estado, pelo Decreto n.º 858, de 22 de fevereiro passado, o Govêrno confiou aos Professôres ADERSON ANDRADE DE MENEZES e JOSÉ CANTANHEDE DE MATTOS FILHO, sob a presidência do titular da Secretaria, a elaboração do anteprojeto de reforma da Constituição amazonense, a ser submetido a essa douta Assembléia, como do preceito da Carta Magna promulgada a 24 de janeiro último, e que será certamente o primeiro e maior trabalho do nosso Legislativo, no curto prazo fixado pelo artigo 188 do nôvo estatuto político nacional. Não menos importante, a elaboração do Estatuto do Funcionário, revisão do Regimento Interno da Secretaria, e outros projetos de interêsse público, que serão encaminhados à Assembléia para exame, estudo e aprovação. No momento, como medida de caráter urgente e prioritário, cogita-se da reestruturação da Delegacia Especializada de Trânsito, com os seus órgãos disciplinadores, a fim de que possa cumprir suas finalidades e assegurar à população, segurança nos transportes, garantia ao pedestre e respeito à lei que rege o trânsito, hoje com penalidades não só aos condutores, como também a quantos que, no uso da via pública, cometam transgressão ao Código em vigor.

Os organismos que velam pela segurança pública — a POLÍCIA CIVIL e a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, corporações subordinadas à SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA, realizam sua missão na conformidade dos regulamentos e da legislação militar em consonância às instruções emanadas do titular da Pasta e em harmonia com os Comandos Militares e a Polícia Federal, quando solicitada sua colaboração. Aparelhamento geral e novas viaturas dotarão essas corporações em breve tempo para que possam executar com maior diligência seus encargos e oferecer à população mais eficientemente as garantias de segurança e respeito de seus direitos.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Os assuntos educacionais, constituindo outro setor da administração pública, a SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, confiada ao descortínio do doutor ANTÔNIO VINÍCIUS RAPOSO DA CÂMARA, ainda represen-

tam um desafio a nossos parcos recursos orçamentários, e forma binômio com os problemas de saúde para seu atendimento perfeito. O crescimento da população escolar, em todos os ramos do ensino, lota os nossos estabelecimentos de escolaridade obrigatória — ensino primário, e os ginásios, com maior incidência no Colégio Estadual, onde funcionam os cursos clássico e científico e para onde convergem alunos de todos os demais estabelecimentos particulares da capital e do interior.

Sòmente na capital, onde foi feito um levantamento parcial, a matrícula do ano letivo está assim representada em números redondos:

Ensino Médio	12.000
Ensino Primário	29.000

O ensino superior, organizado na Universidade do Amazonas, com os diversos cursos em funcionamento pelas várias Faculdades que a integram, merecerá de nosso Govêrno a melhor das atenções, e, conforme já acentuamos, constituirá o grande celeiro de técnicos com que o Amazonas irá contar para o seu desenvolvimento, fixando nas nossas áreas de trabalho uma juventude capacitada a criar melhores condições de vida e labor para o hinterlandino.

Para o ensino de todos os graus se fará presente o nosso Govêrno, pela assistência direta, pela instituição de bôlsas de estudos e prêmios aos alunos que se distinguirem pelo amor aos livros e capacidade criadora. Além dêsse estímulo ao estudo das letras, as artes merecerão de nossa parte a atenção indispensável e o patrocínio necessário ao seu desenvolvimento em nosso meio.

O Conselho de Educação será órgão que ouviremos com máximo interêsse, coletando suas indicações para transformar em programa de nossa administração.

Por intermédio do titular da Pasta da Educação, teremos contacto permanente com o Ministério da Educação e Cultura, a fim de que não sejam desperdiçados recursos da órbita federal e possamos conceber um plano de conjunto para aplicação de verbas dessa origem, de tal modo que se nos enseje tornar realidade a grande aspiração da juventude: preparar-se para um futuro melhor, pelo aperfeiçoamento de suas qualidades e aptidões e preparo intelectual, para sua integração na grandeza nacional.

Constituem serviços subordinados à SEC, a Pinacoteca, instalada nos altos do edifício da Biblioteca Pública, que também integra os organismos dessa Secretaria, com o Teatro Amazonas, o Museu de Numismática, ocupando uma ala do próprio-sede do Banco do Estado e o Conservatório "Joaquim Franco", que perpetua o nome do insígne maestro a quem tanto ficou devendo a cultura artística de nossa terra. Todos êsses setores funcionam atendendo aos interêsses das gerações estudiosas e dos que se dedicam ao culto das artes e das letras. Merece destaque o Instituto "Benjamin Constant", hoje integrando o sistema do ensino médio, estabelecimento que abriga educandas, mantendo cursos de formação de professôres.

É nosso pensamento, além da assistência aos escolares em bôlsas de estudo, aquisição de material para equipamento dos estabelecimentos de ensino primário e dos institutos de ensino médio, prosseguir na construção de unidades escolares e novas salas de aula nos já em funcionamento, tendo em vista o considerável aumento da população escolar, na capital e no interior, e teremos as vistas voltadas para solução do problema na zona de fronteira, complementando o trabalho silencioso e patriótico das unidades do Exército Nacional, para que a juventude daquelas paragens não seja forçada a cruzar nossas linhas para frequentar escolas. Os entendimentos com o Comando do Grupamento de Fronteiras permitirão que, em breve, possamos localizar novas unidades, como também outros serviços públicos, inclusive agência de nosso principal estabelecimento de crédito na orla fronteiriça.

SECRETARIA DE SAÚDE

Setor não menos importante da administração é o que confiamos ao descortínio do doutor JOSÉ LEITE SARAIVA, a SECRETARIA DE SAÚDE, órgão cuja complexidade de trabalho alia-se à especialização de cada um de seus departamentos, com vistas à capital e ao interior, pela prevenção das endemias, manutenção de nosocômios, ambulatórios e serviços de fiscalização, um complexo em que se devem harmonizar todos os esforços para o bem-estar da coletividade. A política do nosso Govêrno

será a de intensificação da defesa da população pela profilaxia das moléstias tropicais, em campanhas de saneamento e educação sanitária, muito mais proveitosas e menos onerosas que a de construção e manutenção de nosocômios. O serviço médico de saneamento, considerado pelo titular da Pasta como verdadeira medicina de base, sofrerá completa transformação, para ser atualizado e com outros rumos prestar os serviços a que se destina.

Novos investimentos serão feitos no Hospital "Getúlio Vargas", para cuja manutenção o Orçamento dispõe apenas de Trezentos e Noventa e Hum Mil Setecentos e Sessenta e Quatro Cruzeiros novos, no atendimento de cento e cinquenta leitos, dotação que não atenderá nem às mínimas necessidades de um trimestre.

Na impossibilidade de um plano mais amplo, ante as contingências das verbas e dotações, pretende o Govêrno estabelecer um sistema de trabalho coordenado com os Serviços do Ministério da Saúde, e, através da Secretaria, fixar-se em um programa mínimo, compreendendo:

a) instalação de postos de puericultura, a fim de dar melhor atendimento à população infantil da Capital e seus bairros e das cidades e núcleos populacionais do interior;
b) campanha de vacinação, reduzindo-se o índice endêmico;
c) serviço de reidratação, para defesa principalmente da população infantil;
d) ampliação dos serviços de lactários;
e) ampliação do serviço de farmácia, inclusive para fabricação de sôro fisiológico e glicosado;
f) promoção de acôrdos e convênios com as entidades sanitárias federais e internacionais;
g) levantamento de um Plano Pilôto, para cobrir as necessidades emergenciais de Saúde Pública no Interior do Estado.

Serviços como os de Socorros de Urgência e dos Ambulatórios, terão seu equipamento enriquecido para atendimento em forma regular, da mesma maneira que daremos atenção para que possam funcionar, com maior amplitude, o Departamento Estadual da Criança e a Maternidade "Ana Nery".

Os leprocômios estarão nas metas sanitárias do Estado, como problema médico-social, de que não poderão ficar ausentes o Govêrno Federal e as administrações municipais, uma vez que para os mesmos convergem enfermos dos Estados limítrofes, territórios e cidades interioranas.

Revisão dos quadros do pessoal de todos os serviços subordinados à Secretaria de Saúde é um imperativo de sua própria sobrevivência, para que se proceda ao enquadramento em bases racionais, classificado o respectivo pessoal pelos seus títulos e especializações, a fim de que o rendimento do trabalho humano se torne efetivo.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

Convocada para atender às necessidades dos próprios públicos, e à construção de novas unidades, esta Secretaria, agora sob direção do engenheiro JOÃO AUGUSTO SOUTO LOUREIRO, dedicado e competente profissional, realizou intenso trabalho no ano de 1966, e, muito embora as naturais restrições de uma administração marcada neste ano por uma atividade que se vai definir de acôrdo com as possibilidades do erário, está atenta às necessidades de recuperação dos próprios estaduais, conservação e ampliação de outros, e prosseguimento de obras da administração anterior, na capital e no interior.

As metas do Govêrno que ora se inicia, visando fazer chegar a cidades mais recuadas uma presença dos serviços públicos e melhoria de condições de vida, levarão a Secretaria a fixar-se em programas de dois tipos, os de execução imediata, para concluir as obras iniciadas, e um mais amplo, para os anos seguintes, com visão de conjunto, de modo a que se executem as obras que cabem ao poder estadual e as de um plano conjunto com o Govêrno Federal e a Administração de cada município, formando equipes de trabalho para que não se desperdiçem tempo e recursos.

Com a CELETRAMAZON e a CAMTEL, a Secretaria elaborará um Plano de Trabalho, complementado pelos estudos que forem levados pelo Departamento de Águas e Esgôtos e o Departamento de Estradas de Rodagem, para ação conjunta nos municípios do interior.

Subordinados ainda à Secretaria de Viação e Obras Públicas, figuram o SERVIÇO DE TRANSPORTES COLETIVOS e a OLARIA DO ESTADO, cuja reestruturação será efetivada para que possam cumprir suas finalidades sem maiores ônus para os cofres públicos.

Pelos Relatórios parciais que se anexam a esta exposição, particularizam-se os trabalhos que cada órgão de administração direta ou descentralizada, irá realizar na execução de seus programas de atividades, nas diversas áreas de sua atuação, sendo justo destacar o que representa para as populações do interior a instalação das usinas e rêdes de transmissão de energia elétrica pela CELETRAMAZON em Parintins, Itacoatiara e Manacapuru, e a ligação, por ondas curtas, da capital com as cidades de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Maués, Borba, Manicoré, Bôca do Acre e Benjamin Constant, em vias de funcionamento.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Com referência ao Departamento de Estradas de Rodagem, na execução do plano rodoviário, destacamos do Relatório do engenheiro diretor, Coronel MAURO BOLIVAR CARIJÓ, o seguinte:

— "O DER-Am, dará ênfase no ano de 1967, à realização de estudos de planejamento, de técnica de construção adequada às condições geológicas, climatéricas e de fluxo de tráfego, assim como, de viabilidade econômica, para estabelecimento do Plano Quadrienal de Estradas, determinado pela Legislação em vigor, enquadrando-o num Plano Decenal ou Duodecenal que vise não só o aumento da velocidade de desenvolvimento do Estado, como a integração efetiva à nossa economia, das regiões periféricas. Para tal fim, iremos nos lançar no mercado nacional e internacional de firmas especializadas, que tenham tradição nas organizações financeiras que nos possam financiar parcial ou totalmente o Plano Estadual de Estradas de Rodagem. E, finalmente, procuraremos também imprimir a mesma orientação — guardadas as devidas proporções e as circunstâncias peculiaríssimas — ao setor rodoviário dos municípios amazonenses".

Esta síntese fixa, perfeitamente, uma programação técnica do referido setor de trabalho como é de se desejar, atento ao binômio finalidade do serviço e interêsse coletivo.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO

Êsse organismo, que tem por finalidade precípua estimular a infra-estrutura da economia do Estado, merecerá de nosso Govêrno tôda a atenção possível, máxime tendo-se em vista o recente decreto-lei federal que reformulou a Zona Franca de Manaus, complementando legislação anterior, para definir-lhe a área e autorizar que nela se possam concentrar novas indústrias. É titular da Secretaria de Produção, o doutor HUGO BEZERRA BRANDT, dos quadros do Ministério da Agricultura, com vasta experiência dos setores que lhe foram confiados. A Secretaria, que foi reestruturada na administração anterior, para melhor atender aos serviços subordinados, com sua sede em conclusão, terá programa de trabalho de maior alcance para a economia da região, nas articulações com os organismos federais, em especialidade com os serviços do Ministério da Agricultura, e, com a rêde bancária, para estímulo a produtores e criadores.

Em anexo estão os esclarecimentos do seu titular em exercício, doutor BENJAMIN SANCHES DE OLIVEIRA.

A essa Secretaria caberá promover o levantamento das áreas da Zona Franca, uma revisão dos processos de venda de terras, a fiscalização das áreas cedidas na forma da legislação vigente e que seus titulares mantêm sem aproveitamento, agravando o problema do vazio amazônico, sem dar oportunidade a quantos interessados estão em se localizar nas margens das estradas abertas como novos caminhos do progresso, a Manaus-Itacoatiara, a Cacau Pirêra-Manacapuru, a Humaitá-Lábrea.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Ao comandamento do doutor ALBERTO DE REZENDE ROCHA, Secretário Sem Pasta para o Planejamento, homem de larga projeção da vida nacional, êste

setor da administração amazonense tem relações diretas com as demais atividades que constituem o todo da administração, para formulação dos programas, elaboração de projetos, tendo-se em vista a implantação de novas atividades públicas, assistência ao setor privado no fomento à agricultura, à pecuária, o zoneamento de parques industriais e fixação de indústrias para o aproveitamento de nossas reservas florestais, da riqueza do subsolo.

A Secretaria de Planejamento manterá sempre estreita ligação com órgãos como a CODEAMA e COHAB-AM., com o BANCO DO ESTADO, veículo da ampliação do crédito, e o despertar de uma nova filosofia da integração da Amazônia, e com especialidade da Amazônia Ocidental, na economia, e cujas atividades constam dos relatórios anexos.

Participou o Secretário Alberto de Rezende Rocha da 1.ª Conferência da Castanha, recentemente realizada em Belém, onde a representação do nosso Estado — Govêrno e classes produtoras, defendeu com ardor e com argumentação conclusiva, o programa de trabalho de nossos produtores, que não podem continuar ao sabor dos interêsses dos mercados internacionais e da inadequada legislação nacional sôbre transportes e financiamentos.

Como representante do Govêrno do Estado, o Secretário Sem Pasta para o Planejamento teve destacada atuação junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, assistindo em nome do Govêrno a assinatura dos atos da reformulação da Zona Franca e dos investimentos para a Amazônia Ocidental.

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

No objetivo de manter o diálogo constante com o povo e aproximação dos organismos administrativos, a Secretaria de Imprensa e Divulgação foi entregue à direção do DR. MÁRIO JORGE COUTO LOPES, e terá a seu cargo não só os serviços de sua finalidade principal como o de coleta de valiosos repositórios da intelectualidade para apresentá-los aos estudiosos da vida planiciária, editando e divulgando para tornar conhecidos os valôres de nossa terra e aquêles que, embora vivendo em outras paragens, estão sempre a serviço do Amazonas.

CASA CIVIL

Os serviços do Palácio Rio Negro se desdobram pelas Casas Civil e Militar, estando os da primeira confiados à direção do DR. JOÃO MARTINS DA SILVA, um dos mais experimentados homens públicos, de grande capacidade de organização e abalizado advogado de nosso fôro. A Casa Civil centraliza o expediente governamental e faz o estudo dos processos submetidos a despacho, encargo de suma responsabilidade, a que o seu titular se entrega com a costumeira capacidade de trabalho e eficiência sempre proclamada. A auxiliá-lo na Sub-Chefia, temos a colaboração do dr. SINVAL DE ANDRADE GONÇALVES, môço ainda, porém com um acervo de experiência e capacidade revelada nas funções já anteriormente exercidas.

CASA MILITAR

Os serviços da Casa Militar estão a cargo do CORONEL THEMÍSTOCLES HENRIQUES TRIGUEIRO, uma das mais brilhantes figuras dos quadros superiores da Polícia Militar do Estado, e que tem a complementar sua ação junto ao Executivo o Major ALCIMAR GUIMARÃES PINHEIRO, num trabalho dedicado e na representação oficial do Govêrno.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DO AMAZONAS — DASPA

Centralizando o sistema de pessoal, material e organização do Govêrno, o DASPA vai coordenar os seus trabalhos logo após a execução da reforma administrativa, calcada nos moldes da que por normas recentes realizou o Govêrno Federal, sob a criteriosa direção do DR. JOSÉ CAITETE DA SILVA FILHO, que fomos buscar nos quadros da Secretaria de Fazenda, onde já se destacara. Compreendendo órgãos e setores especializados, entre os quais se realçam a Comissão de Licitação, o DASPA, além dos serviços próprios, para os quais

foi dotado dos mais modernos e eficientes equipamentos, terá a seu cargo a revisão geral dos quadros do funcionalismo para que possamos, sem prejuízo dos servidores estaduais, atingir em 1970 os limites com as despesas de pessoal a que aludem o § 4.º do art. 66, combinado com o disposto no art. 180, tudo da Constituição Federal de 29 de janeiro do corrente ano.

A par da sistemática e ordenação do serviço público, o DASPA realiza o trabalho de Recrutamento e Seleção de pessoal pela Escola de Serviço Público, encontrando-se abertas as inscrições para o curso de Assistente Técnico de Administração, que será ministrado em três anos.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS — IPASEA

Órgão de administração descentralizada, presidido pelo dr. JOSÉ CANTANHEDE DE MATTOS FILHO, com a atribuição de executar os serviços previdenciários e de assistência ao funcionalismo, o IPASEA caminha para concretizar os altos objetivos da administração pública. No Relatório em anexo, os números e as cifras revelam o seu desenvolvimento e atuação, congregando, até esta data, 11.812 beneficiários, com 17.083 dependentes.

Além do Centro de Saúde, de atendimento permanente, mantém os Serviços de Benefícios e de Aplicação de Capital, funcionando também no interior por suas Agências de Parintins e Itacoatiara.

Do seu programa de atividades constam operações financeiras no exterior, para financiamento de material hospitalar, na dependência de pronunciamento do Senado da República para sua ultimação. Por outro lado, ao Ministério da Saúde foi apresentado plano de construção de oito unidades hospitalares, uma na Capital e duas no interior, em Lábrea e Eirunepé.

O Hospital de Pronto Socorro do Servidor, outra de suas metas, ampliará a rêde de nosocômios da capital, e, indiscutìvelmente, constituirá mais um valioso serviço dessa autarquia.

REPRESENTAÇÕES DO ESTADO

Os contatos com os organismos federais são executados, com o maior rendimento, pelas Representações em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, confiadas ao trabalho diligente dos srs. Prof. ADERSON ANDRADE DE MENEZES, drs. JOSÉ FRANCISCO DA GAMA E SILVA e MÁRIO BARROSO RAMOS, respectivamente.

A eficiência de seus titulares patenteia-se pela sua atuação decidida, pela dedicação com que são tratados os processos em tramitação nos Ministérios e repartições, os esclarecimentos que prestam sôbre os mais importantes assuntos que lhes são confiados, sua constante presença entre os grupos investidores em busca de novas aplicações em nosso Estado, e a constante divulgação das nossas possibilidades econômicas, operação inestimável, nesta conjuntura em que devemos ser de maior agressividade para a grande largada ao desenvolvimento.

DEPARTAMENTO DE TURISMO E PROMOÇÃO

A atuação dêsse Departamento constituiu um dos pontos altos do trabalho de divulgação do Estado e das possibilidades do Amazonas no ano que passou e esperamos prosseguir nessa programação que constitui um investimento do Poder Público de resultados positivos e leva ao exterior oportunidade para corrigir a imagem deformada de um Amazonas lendário e opulentado pelo ciclo do ouro negro. A dinamização de um programa sério e honesto, transmite aos outros povos um retrato fiel de nossa grandeza e possibilidades econômicas, trabalho que se continua na direção atual do Departamento e retrata-se no Relatório que acompanha esta exposição.

LOTERIA DO ESTADO

No anexo vão em detalhe os informes sôbre o movimento dêsse setor que objetiva obter recursos para manutenção dos serviços de assistência social e construção do Estádio "Vivaldo Lima".

Face à legislação federal recentemente baixada, os planos de sorteio ficam limitados aos já existentes, sendo necessário promover novos estudos para o equilíbrio das receitas e continuidade do serviço.

ADMINISTRAÇÃO DO ESTÁDIO DE MANAUS

Criada pela Lei n.º 427, de 23 de junho de 1966, a ADEM destina-se a construir, administrar e explorar o Estádio "VIVALDO LIMA", empreendimento de vulto que o Estado assumiu com o objetivo de dotar nossa capital de uma praça de esportes condigna com o seu desenvolvimento. Seu Presidente, que também exerce a do Grupo Executivo para Construção do Estádio, revela em Relatório anexo, que se acompanha de exposição do encarregado da execução das obras, a situação atual da construção e o programa para o ano em curso.

Feita esta análise sôbre a situação dos serviços públicos, com a visão do que o Govêrno pretende realizar no primeiro ano de sua administração, não obstante o regime de compressão de despesas, para que o Estado possa ajustar-se em sua economia aos preceitos e normas da Constituição Federal de 24 de janeiro, paradigmária de nossa Lei Maior, devemos registrar, para pôr em relêvo e para reconhecimento dos amazonenses, os recentes atos do Govêrno da República, consubstanciados nos Decretos-leis firmados pelo eminente cidadão, Marechal Humberto Castelo Branco, que, antes de concluir o seu mandato presidencial, auscultando os apelos e as razões dos amazônidas, e, com especialidade, dos brasileiros da Amazônia Ocidental, deu nova estrutura à S.P.V.E.A., modelando-a à experiência da SUDENE, sob a denominação de Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e transformou o Banco de Crédito da Amazônia S. A. no Banco da Amazônia S. A.; mais ainda, para regularização do mercado da hévea criou a Superintendência da Borracha; em substituição à Comissão Executiva da Borracha, deu-nos o Conselho Nacional da Borracha, constituído de elementos das regiões interessadas na defesa dêsse produto; a Lei de Incentivos Fiscais, que faculta aplicação de recursos oriundos do Impôsto Sôbre a Renda; e estruturou a Zona Franca de Manaus em que se inclui o território de nossa capital, cuja regulamentação merece do govêrno e dos organismos regionais a melhor atenção.

Apesar das preocupações que dominam o Govêrno e as naturais apreensões que pesam sôbre os homens de negócio — industriais e comerciantes, as dificuldades com que nos deparamos, no momento, para cumprir as

obrigações da nossa Lei de Meios, devemos, apesar de tudo isso, encarar o futuro de nosso Estado como promissor, pelas perspectivas de novas inversões de capitais nacionais e estrangeiros, pela estimulação dos negócios, implantação de novas indústrias, seja pelos investidores do sul, seja pelo interêsse já demonstrado de emprêsas de outras nações. E com êsses estímulos e confiados no trabalho de nossos devotados auxiliares, temos certeza de que encontraremos na ação patriótica do Poder Legislativo — constituído de homens experimentados no trato da cousa pública, no exame dedicado e isento de paixões e partidarismos, — as luzes indispensáveis a que se elaborem as novas leis e normas de ação do Estado.

E nestes primeiros dias desta legislatura que ora se inicia, sob as bênçãos de Deus, o Govêrno submeterá ao Legislativo o projeto de alteração constitucional, que se elabora presentemente, e Mensagem para dar, como salário inicial no serviço público, remuneração igual a do salário mínimo fixado pelo Govêrno da República para os trabalhadores em nosso Estado, atualizando os vencimentos de seus mais modestos servidores, a essa condição legal.

Cabe, aqui, uma palavra de homenagem e respeito àquele outro Poder — o Judiciário — que ao lado do Executivo e do Legislativo, compõe a tríade do Poder Público instituído pelo nosso sistema de Govêrno. Formulamo-la com a atenção voltada para o seu nobre ministério e certos de que, fiel às suas mais dignificantes tradições, será, por sua vez e tanto quanto êste Parlamento, um elemento de colaboração patriótica para que, à frente do Executivo, não desmereçamos nós as esperanças do povo amazonense.

Com as nossas saudações e votos para que o Legislativo e Executivo se mantenham sempre em diálogo para o melhor atendimento, trabalho construtivo e prático da verdadeira democracia, reafirmamos a esta Casa do Povo, que desejamos fazer uma administração de portas abertas ao exame dos lídimos representantes do povo amazonense, que confiaram em nós e em cujo espírito público, por nossa vez, também confiamos.

Manaus, 11 de março de 1967

Danilo Duarte de Mattos Areosa

Governador do Estado

SECRETARIA DE FAZENDA

Com o Convênio entre Estados e Territórios da área Amazônica para cobrança do Impôsto de Circulação de Mercadorias.

SENHOR GOVERNADOR:

Cumprindo determinação de Vossa Excelência, expressa na Circular de 9 de fevereiro de 1967, estamos encaminhando à esclarecida apreciação do eminente Chefe de Estado o relato das atividades da Secretaria de Estado de Fazenda, correspondentes ao ano de 1966.

2. Nomeado por ato do então Governador, Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, a 10 de junho de 1966, entramos no exercício dêste cargo, sòmente a 20 de junho, em substituição a Vossa Excelência, e por sua própria indicação, dado as circunstâncias de desincompatibilização, como candidato oficial ao Govêrno do Estado.

3. A nossa preocupação inicial, como homem de emprêsa, foi seguir as normas ditadas por Vossa Excelência, uma vez que, as mesmas, enquadravam-se em nosso plano de trabalho e na própria dinâmica da administração, conseguindo, dêste modo, realizar, em esfôrço conjunto com a equipe fazendária, serviços que se não foram completos, nos parece satisfatórios, como passamos a demonstrar:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1966

4. O Orçamento previsto para 1966, elaborado por equipe técnica designada por ato governamental e publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1965, apresentou o quadro seguinte:

RECEITA:

	Cr$	
Tributária	37.812.610.000	
Patrimonial	65.420.000	
Industrial	30.000.000	
Diversas	215.000.000	
	38.123.030.000	
De Capital	23.313.884.000	61.436.914.000
DESPESA		65.173.285.000

5. Para atender novos encargos não previstos, como o reajustamento de vencimentos dos membros do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Polícia Militar do Estado e outros, verificou-se no passado exercício, abertura de créditos adicionais no valor de Cr$ 7.523.891.645, fato que contribuiu para agravar o **déficit** orçamentário.

6. A Receita própria, todavia, não atingiu a previsão, apresentando decréscimo de 23%, haja vista que a arrecadação realizada na Capital e no Interior do Estado não foi além de Cr$ 29.000.000.000 (VINTE E NOVE BILHÕES DE CRUZEIROS). Falta-nos o total exato por que incompleta a arrecadação do Interior, pelo que ainda não encerrado o Balanço Geral.

7. Enquanto isso, a Despesa com a característica tradicional de elevar-se sempre à medida das necessidades do Poder Público, para fazer face aos encargos assistenciais, manutenção da máquina administrativa e programas de obras de Govêrno ultrapassou a soma da receita em 12%, pois os gastos de 1966 elevaram-se a Cr$ 33.000.000.000 (TRINTA E TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS), desprezadas as frações.

8. Tendo em conta os algarismos antes referidos, compreende-se que o **déficit** transferido para 1967 foi de Cr$ 4.000.000.000 (QUATRO BILHÕES DE CRUZEIROS), em números redondos.

9. O **deficit** compreende saldo de compromissos do exercício de 1966, da seguinte ordem:

1 — RESTOS A PAGAR:	Cr$	
a) — Pessoal	360.000.000	
b) — Fornecedores	2.080.000.000	2.440.000.000
2 — CONSIGNAÇÕES: Descontadas em fôlha de pagamento		377.000.000
3 — ADIANTAMENTO: Banco da Amazônia		300.000.000
4 — DIVERSOS:		883.000.000
		4.000.000.000

10. Mesmo apresentando **déficit** de quatro bilhões de cruzeiros, a arrecadação, em todo o Estado, em 1966, apresentou acréscimo de, aproximadamente, 25% com relação ao ano de 1965, conforme o quadro abaixo:

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO

INTERIOR

Ano	Arrecadação	Diferença
1965	5.397.027.274	
1966	6.400.000.000	1.002.972.726
CAPITAL		
1965	17.084.452.092	
1966	22.600.000.000	5.515.547.908
TOTAL		
1965	22.481.479.366	
1966	29.000.000.000	6.518.520.634

11. ORÇAMENTO PARA 1967

A previsão orçamentária para 1967, agora elaborada pela Divisão de Orçamento desta Secretaria, contando com pessoal especializado, programou a Receita e Despesa do Estado, de modo mais racional, como demonstra a sua aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado, e publicação no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1966. Essa previsão é a seguinte:

	Cr$	
a) — Despesa . .	43.494.200.000	
b) — Receita . .	40.084.561.958	3.409.638.042

12. Após a apresentação dos números, narrando a situação financeira real do Estado, julgamos necessário louvar os titulares dos diversos setores desta Pasta, que pela dedicação aos serviços, muito contribuíram para o desempenho da árdua missão da Secretaria de Estado de Fazenda, em função de ser órgão responsável pelo cumprimento das obrigações fiscalizadora e arrecadadora do Estado.

13. REFORMA TRIBUTÁRIA NACIONAL

A arrecadação do ano de 1967, apesar da nossa previsão orçamentária ser aparentemente satisfatória, é ainda incógnita em virtude das peculiaridades da economia regional, como conseqüência da aplicação da Reforma Tributária implantada em todo Território Nacional.

14. REFORMA INTERNA DO PRÉDIO

Visando dar melhores condições de trabalho aos funcionários desta Secretaria, estamos, face a colaboração prestada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, reformando a parte interna do prédio central, adaptando-o de modo a melhor atender a dinâmica da administração.

15. REFORMULAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Tomando em consideração a sugestões de assessôres desta Pasta, de que, o atual Regimento Interno da Fazenda apresenta consideráveis omissões, e ainda, verificando que a recente "Reforma Tributária" modificou

a nomenclatura de alguns órgãos arrecadadores, determinamos a composição de Grupo de Trabalho para a reformulação do citado Regimento. Ao mesmo Grupo, incumbimos de estudar uma forma de lotação mais racional, nos diversos setores desta Secretaria, visando maior rendimento de trabalho e, ainda, maneira de melhorar o sistema de Protocolo, que mediante ao grande volume de processos em tramitação, diàriamente, não vem atendendo às suas reais finalidades.

16. É plano, também, do titular desta Pasta, dotá-la de uma sala-auditório, com a finalidade de atender melhor os seus diferentes públicos, em tôdas as promoções de interêsse do Estado.

17. Permita-nos, Senhor Governador, apresentar a Vossa Excelência, como sugestão, neste sucinto Relatório, dois assuntos considerados por nós, de alta importância para a pública administração. São êles:

a) — SEU TALÃO VALE UM MILHÃO

A Secção de Coordenação de Sorteios desta Secretaria é o órgão responsável em fazer do consumidor o maior fiscal, no tocante a documentos emitidos pelos contribuintes. Aquêle setor promove, anualmente, dois (2) sorteios, sendo o prêmio maior de um (1) milhão de cruzeiros. Acontece que em face à constante situação inflacionária do País, o prêmio maior atribuído para êsses sorteios deixou de interessar ao consumidor, fato que, apesar da rigorosa fiscalização desta Secretaria, dá margem à sonegação de impôsto por contribuintes desonestos. Dêste modo, julgamos a necessidade de reformular-se a legislação pertinente, aumentando o prêmio maior para Cr$ 5.000.000 e mantendo o valor de Cr$ ... 5.000, para os certificados permutáveis, por Notas Fiscais e de Vendas.

b) — REAJUSTAMENTO DO SALÁRIO-MÍNIMO

Tomando-se em conta a decretação pelo Presidente da República do nôvo Salário-Mínimo para todo Território Nacional e sabido que para o Amazonas foi o mesmo arbitrado em Cr$ 76.250, sugerimos a Vossa Excelência solicitar ao órgão competente levantamento dos níveis salariais de nosso Estado, de modo a verificarmos a possibilidade de atender preceitos constitucionais vigentes.

No propósito de havermos relatado, com absoluta imparcialidade, os assuntos inerentes a esta Secretaria de Estado, esperamos, do mesmo modo que servimos ao ex-Governador Dr. Arthur Reis, prestar o melhor dos nossos esforços ao Govêrno de Vossa Excelência para a completa dinamização da máquina administrativa estadual, enquanto permanecermos no pôsto.

Em nosso nome pessoal e de tôda a equipe fazendária, reafirmamos a Vossa Excelência protestos de profunda admiração e verdadeiro respeito.

JORGE AUGUSTO DE SOUZA BAIRD
Secretário de Estado de Fazenda

CONVÊNIO QUE CELEBRAM OS ESTADOS E TERRITÓRIOS DA REGIÃO AMAZÔNICA, ESTABELECENDO UMA POLÍTICA COMUM EM MATÉRIA DE FAVORES FISCAIS, RELATIVAMENTE AO IMPÔSTO SÔBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

Os Estados e Territórios da Região Amazônica, por seus representantes devidamente credenciados, reunidos no Auditório do Palácio do Govêrno do Estado do Pará, resolvem, de conformidade com o disposto no artigo 1.º do Ato Complementar n.º 34, de 30 de janeiro de 1967, celebrar o presente Convênio, estabelecendo uma política comum em matéria de favores fiscais, relativamente ao Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira — Os Estados e Territórios acordantes, tendo em vista a conveniência de estimular a implantação ou a expansão das atividades privadas no setor industrial e em outros, todos tendentes a acelerar o processo de desenvolvimento econômico-social da região, concederão favores fiscais a emprêsas existentes ou que venham a se constituir e que, pela natureza de suas atividades principais, sejam consideradas de fundamental interêsse para o desenvolvimento econômico dos mesmos Estados e Territórios.

Cláusula Segunda — Para as atividades de natureza industrial, constituirão condições primárias cumulativas para a concessão de qualquer dos favores estabelecidos no presente Acôrdo:

a) que as emprêsas pleiteantes promovam a transformação da matéria-prima, alterando-lhe as características intrínsecas, excluídas, assim, as indústrias extrativas e as que apenas realizem o beneficiamento elementar;

b) que sejam consideradas, pelos Estados ou Territórios onde se situem, de fundamental interêsse para o seu desenvolvimento econômico, segundo os critérios a serem definidos na respectiva legislação ordinária;

c) que atendam a outros requisitos econômicos ou sociais que a legislação ordinária venha a adotar e que não contrariem as disposições do presente Acôrdo.

Cláusula Terceira — Os Estados e Territórios estenderão os benefícios dêste Acôrdo às emprêsas dedicadas às atividades agropecuárias e à avicultura, independentemente da industrialização dos seus produtos, desde que observem as condições estabelecidas nas alíneas "b" e "c" da cláusula precedente.

Cláusula Quarta — Os Estados e Territórios concederão às emprêsas que vierem a se instalar nos seus territórios, a faculdade de efetuarem o pagamento de sessenta por cento (60%) do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias a ser recolhido, em cada período, sob a forma de depósito vinculado em conta de investimento, aberta em Banco do Estado ou Território, cabendo à legislação interna estabelecer:

a) que o depósito seja efetuado no prazo regulamentar para o recolhimento do impôsto, sob pena de ser o contribuinte considerado em mora para efeito de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive o cancelamento final do favor concedido;

b) os critérios de liberação dos depósitos vinculados, mediante planos periódicos de aplicação, aprovados pelos órgãos administrativos competentes, nos quais fique demonstrada sua contribuição para a melhoria da produtividade ou a expansão da capacidade produtiva do parque industrial do Estado ou Território;

c) o processo de comprovação do emprêgo previsto na alínea anterior;

d) as modalidades do financiamento que será concedido aos beneficiários utilizando os saldos ainda não aplicados de seus depósitos.

Cláusula Quinta — Observadas as condições estabelecidas na Cláusula Segunda, os favores fiscais de que trata êste Convênio sòmente poderão ser concedidos às emprêsas que satisfaçam, pelo menos, a um dos seguintes requisitos:

a) utilizem, total ou parcialmente, matéria-prima produzida no Estado ou Território onde se situem, em condições definidas na respectiva legislação ordinária, assegurando aos produtores os preços mínimos de compra estabelecidos pelos Podêres Públicos;

b) aumentem, de forma substancial, o suprimento de produtos de alimentação, rações e adubos;

c) elaborem produtos farmacêuticos, veterinários ou quaisquer outros destinados à defesa sanitária da agricultura, da pecuária ou da avicultura, de eficácia cientìficamente comprovada;

d) concorram para a complementação e integração do parque industrial do Estado ou do Território onde se situem ou para a exportação e a sua produção se destine, por natureza e preponderantemente, a insumos de outras emprêsas;

e) comprometam-se a investir, anualmente, no Estado ou Território onde se situem, durante prazo não inferior ao do benefício, importância igual ou superior a sessenta por cento (60%) dos lucros líquidos depois de deduzidos o Impôsto de Renda e, também, se fôr o caso, as remunerações ou amortizações do capital aplicado, na forma da legislação federal de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia.

Cláusula Sexta — Excepcionalmente, os Estados ou Territórios da Região Amazônica poderão conceder favor correspondente a oitenta por cento (80%) do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, sob a mesma forma prevista na Cláusula Quarta, aos empreendimentos que, além de atenderem às condições primárias definidas na Cláusula Segunda e a uma das alternativas da Cláusula Quinta, preencham, também, mais os seguintes requisitos cumulativos:

a) ausência de similar na região do Estado ou Território onde se situem, conforme zoneamento estabelecido na respectiva legislação, salvo deficiência comprovada das emprêsas existentes;

b) capital superior a quinze mil (15.000) vêzes o maior salário mínimo vigente no País, já integralizado pelo menos em metade por ocasião do pedido e devendo integralizar o restante dentro do ano subseqüente ao da concessão;

c) assegurem aos seus empregados participação não inferior a cinco por cento (5%) nos lucros anuais, na forma que fôr estabelecida pela legislação estadual ou territorial;

d) seja reconhecido pelo Govêrno estadual ou territorial, que o empreendimento merece tratamento prioritário e necessita dêsse incentivo excepcional como condição indispensável ao seu êxito.

Cláusula Sétima — As emprêsas já instaladas no território das entidades convenentes à data dêste Convênio, e que não se puderem beneficiar dos favores nêle previstos, nem estiverem no gôzo de incentivos anteriormente concedidos, cada Estado ou Território poderá conceder redução do ICM não superior a trinta por cento (30%), sob a mesma modalidade prevista na Cláusula Quarta, desde que o interessado satisfaça os requisitos previstos pelo artigo 1.º, item II, n.º 3, da Lei federal n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966.

Cláusula Oitava — As indústrias que obtiveram favores fiscais ou que os requereram em tempo hábil conforme a legislação então em vigor, poderão ter em cada Estado ou Território a compensação que seja compatível com o nôvo sistema tributário nacional.

Cláusula Nona — A legislação ordinária das unidades acordantes poderá conceder às cooperativas de produção de matérias primas julgadas necessárias aos respectivos parques industriais redução não superior a trinta por cento (30%) do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias relativo à venda dos produtos a elas entregues por seus cooperados, no caso de as referidas Cooperativas atuarem como contribuintes responsáveis (art. 58, § 2.º, inciso III, da Lei federal n.º 5.172, de 25.10.66), observadas as seguintes condições:

a) tenha a Cooperativa número de associados não inferior a cinqüenta (50);

b) ofereça a seus associados, assistência técnica e social julgadas satisfatórias pelos Governos das Unidades onde estejam sediadas.

Cláusula Décima — Os incentivos fiscais a que se refere êste Convênio deverão ser concedidos de tal forma que a sua utilização não ultrapasse a data de 31 de dezembro de 1982.

Cláusula Onze — Será isento do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias a saída de gêneros de primeira necessidade, constantes da lista abaixo, decorrente da venda a varejo, diretamente ao consumidor:

a) carne verde de gado vacum, caprino ou suíno
b) peixe fresco
c) crustáceos, mariscos e moluscos
d) leite natural, inclusive beneficiado, compreendido o leite desnatado e pasteurizado
e) aves e ovos
f) legumes
g) frutas regionais
h) farinha de mandioca
i) queijo e manteiga quando produzidos na mesma Unidade em que forem consumidos
j) mandioca
k) batata doce e similares
l) rapadura e açúcar mascavo

Cláusula Doze — Serão, também, isentas do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias:

a) a saída de produtos típicos de artesanato regional da residência do artesão, quando aí confeccionados sem a utilização do trabalho assalariado;

b) a saída de produtos confeccionados em casas residenciais, sem utilização de trabalho assalariado, por encomenda direta do consumidor ao usuário;

c) a saída de obra de arte, salvo de ourivesaria, decorrente de operação efetuada diretamente pelo autor;

d) a saída de mercadorias produzidas em estabelecimentos de educação profissional, de recuperação e de amparo em geral, em institutos de reeducação social, quando decorrente de venda efetuada diretamente ao consumidor ou usuário;

e) a saída de jornais, revistas, periódicos e livros, excluídos os livros em branco ou para escrituração;

f) a saída de caixões funerários, exceto urnas;

g) a saída de refeições, vestuários, calçados e utensílios de trabalho e de segurança, feito diretamente por estabelecimentos comerciais, industriais ou produtores,

a seus operários ou empregados, a título gratuito ou sem fim lucrativo;

h) a saída de sementes de juta, hortaliças, frutas, etc., que tenham utilização exclusivamene para plantio;

i) a saída de adubos, fertilizantes, inseticidas, formicidas, fungicidas, hervicidas, fermicidas, produtos veterinários e rações, quando diretamente para produtor registrado;

j) o fornecimento de alimentos nos hospitais e casas de saúde, desde que mantidos ou subvencionados pelo Poder Público e nos pensionatos de caridade;

k) a saída de amostras grátis, de diminuto ou de nenhum valor comercial, em quantidades necessárias para dar a conhecer sua natureza, espécie, qualidade e utilidade, observadas as disposições regulamentares;

l) palhas e cavacos destinados à cobertura de barracas.

Cláusula Treze — Gozará da redução de oitenta por cento (80%) do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, isto é, da parte dêsse tributo cabível aos orçamentos estaduais, o gado em pé destinado ao abate, desde que devidamente comprovada a sua entrada nos Matadouros dos Estados ou Territórios produtores.

Cláusula Quatorze — Na forma do que dispõe o Ato Complementar n.º 34, a vigência dêste Acôrdo se iniciará a 1.º de março do corrente ano, independente de ratificação pelas Assembléias Legislativas dos Estados acordantes, ficando sem efeito, a partir dessa data, todos os dispositivos legais das Unidades Administrativas da Região Amazônica que contrariem as normas aqui estabelecidas.

PALÁCIO DO GOVÊRNO DO ESTADO DO PARÁ, em 28 de fevereiro de 1967.

MANUEL OTÁVIO RODRIGUES DE SOUSA
Pelo Estado do Amazonas

ALFREDO SILVA DE MORAES RÊGO
Pelo Estado do Pará

EDISON R. MARTINS
Pelo Estado do Acre

MUSTAFA MEB
Pelo Gov. T. F. de Rondônia

MAL. LUIZ CARVALHO DE OLIVEIRA
Pelo Território Federal de Roraima

SEBASTINO EXPEDITO CÂMARA
Pelo Território Federal do Amapá

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR

DO ESTADO :

Na forma estabelecida na Constituição Estadual (art. 43, nº III), e no Regimento Interno (art. 25, alínea "a", nº III), cumpre-me apresentar a Vossa Excelência relatório dos serviços realizados no âmbito desta Secretaria de Estado, no decorrer do ano de 1966.

Fácil não se torna para mim êste encargo, pela razão de ter sido nomeado por Vossa Excelência para dirigir os destinos desta Secretaria de Estado, a 31 do mês pretérito e entrado no exercício do cargo a 1º do andante, quando, normalmente, o relatório da Secretaria já deveria estar pronto por fôrça do que dispõe o art. 25, alínea "a", nº III, do Regimento Interno.

Com base nos inclusos relatórios apresentados pelos dirigentes dos diversos órgãos vinculados a esta Secretaria, que ficam fazendo parte integrante do presente, num esfôrço de síntese, passarei a relatar os serviços realizados, ano passado, no âmbito dêste importante setor da pública administração estadual.

DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA

Suprindo-se importante lacuna, dotou-se a SIJ de Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 563, de 28 de maio de 1966. Êsse Regimento, entretanto, carece de uma revisão para serem corrigidas algumas falhas.

O Regimento não pode contrariar ou ir além das normas gerais traçadas pelo diploma legislativo que lhe serve de fundamento e do qual representa mero apêndice complementar. Como explicam LABAND e JELLINEK, citados por J. GUIMARÃES MENEGALE, no regulamento não se cria direito novo (vd. "DIREITO

ADMINISTRATIVO e CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO", vol. 1, 2ª edição, 1950, pág. 84). Acrescenta mais MENEGALE: "A nova declaração de direito, encerrada no ato regulamentário, pode ser infiel à declaração original, mas a infidelidade é fulminada. O poder normativo da administração é sujeito à correção judicial e, na hierarquia administrativa, o ato normativo de um órgão é retificável pelo órgão superior. Em suma, o regulamento é subordinado à lei" (ob. cit. pág. 84).

Verifiquei, por exemplo, que o art. 3.º, do Regimento Interno da SIJ, ao traçar a estrutura desta Secretaria, não está em harmonia com o art. 14, da Lei n.º 223, de 18 de junho de 1965, que deu nova organização administrativa ao Govêrno do Estado, ao referir-se ao Conselho Jurídico do Estado e Colônia Penal Agro-Industrial, órgãos êstes que não existem na estrutura da SIJ, "ex vi" do art. 14 da Lei supra referida. Diz o art. 7º, do Regimento Interno, que o Conselho Jurídico do Estado foi criado pela Lei nº 223, o que não é exato. A Lei nº 223 em nenhum de seus artigos fala em Conselho Jurídico do Estado.

A Lei nº 223, em seu artigo 14, cogita de um Serviço de Justiça; o Regimento Interno em seu art. 3º prevê uma Divisão de Justiça.

O art. 19 do Regimento Interno estabelece, no item I, que o Chefe da Seção de Justiça coordena as relações do Poder Executivo com outros Podêres do Estado, na esfera das atribuições da SIJ. Os Podêres do Estado são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A Lei nº 223 em seu artigo 13 só dá podêres à SIJ para coordenar as relações do Govêrno do Estado com o Poder Judiciário e o Ministério Público, órgão do Poder Executivo perante a Justiça.

O item IV, do art. 19, do Regimento Interno, dá competência à Seção de Justiça para apresentar sugestões ao Governador do Estado sôbre **assuntos legislativos,** quando a Lei n.º 223, art. 13, apenas refere que a SIJ deve coordenar as relações do Govêrno do Estado com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

O Regimento Interno invade até a esfera de atribuições privativas do Supremo Tribunal Federal. Assim o art. 21, n.º III, do Regimento, dá competência à Seção de Assuntos Políticos para "processar e acompanhar as **extradições**". A Constituição Federal de 1946, em vigor,

estabelece: "Art. 101. Ao Supremo Tribunal Federal compete: I) processar e julgar originàriamente: ... g) a extradição dos criminosos requisitada por Estados estrangeiros". A Nova Constituição Brasileira que irá entrar em vigor no dia 15 do mês vindouro, em seu art. 114, n.º I, alínea "g", repete a mesma regra da Constituição de 1946 no que tange à extradição.

O art. 21, n.º V, do Regimento Interno, dá competência à Seção de Assuntos Políticos para acompanhar os processos de retificação de nomes de estrangeiros. Outro êrro clamoroso. Retificacão de nomes é da competência privativa do Judiciário com a intervenção obrigatória do Ministério Público.

Há outras falhas no atual Regimento Interno da SIJ. As exemplificadas são suficientes para demonstrar carecer êsse Regimento de rigorosa revisão.

PALÁCIO RIO BRANCO

É um dos mais belos edifícios do patrimônio do Estado, onde, outrora, o Governador do Estado despachava seu expediente e recebia visitantes ilustres. Verdadeiro monumento arquitetônico, enriquecido com belíssimos painéis sôbre motivos amazônicos, era ponto de atração turística.

Atualmente a parte térrea abriga todos os serviços da Secretaria do Interior e Justiça. O prédio encontra-se em péssimo estado de conservação, precisando de urgentes reparos, especialmente no pavimento superior, há algum tempo interditado.

DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA SECRETARIA

a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

É o órgão que centraliza e superintende as atividades dos membros do Ministério Público perante a Justiça comum.

O Ministério Público do Amazonas é constituído pelo Procurador Geral da Justiça e Sub-Procurador Geral da Justiça, que funciona na Instância Superior e pelos Promotores de Justiça e Curadores que exercem suas atividades junto à Primeira Instância, assim na capital como no interior do Estado.

Conservou o Ministério Público, até o fim do ano passado, organização obsoleta, divorciada das mais recentes conquistas da instituição. Foi mantido o mesmo "status quo" de mais de duas décadas atrás. Faz-se mister reformulação institucional do Ministério Público Amazonense.

Em exígua dependência do Tribunal de Justiça funciona a Procuradoria Geral. Não possui condignas instalações. Basta lembrar que Secretaria, Sub-Procuradoria, Biblioteca, Arquivo, tudo funciona numa única sala. O ideal seria que o Govêrno do Estado instalasse a Procuradoria Geral de Justiça em prédio próprio e próximo ao **Forum.**

Estêve como Procurador Geral da Justiça, ano passado, o bacharel JOSÉ CANTANHEDE DE MATTOS FILHO, tendo como Sub-Procurador o bacharel MANUEL BRAGA DOS SANTOS, êste último membro do Ministério Público.

b) POLÍCIA MILITAR (BATALHÃO AMAZONAS)

Por imperativo constitucional (Constituição Federal vigente, art. 183, Nova Constituição Brasileira, art. 13, § 4.º) são instituídas as Polícias Militares para garantirem a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, sendo consideradas fôrças auxiliares, reservas do Exército.

Essa missão constitucional foi bem desempenhada pela Polícia Militar do Estado, tanto na capital como no "hinterland".

A tropa recebeu boa instrução, muito embora ainda não esteja em funcionamento o Centro de Instrução Militar, recentemente inauguradas suas instalações no antigo Piquete de Cavalaria. Para realizar sua alta finalidade de aperfeiçoamento da tropa, carece o Centro de Instrução Militar ser equipado com carteiras e de outros auxiliares de instrução.

Realizaram-se Curso de Formação de Sargentos e seleção de candidatos ao Curso de Cabos. Procedeu-se, de igual modo, o exame de seleção de candidatos para ingresso nas Escolas de Formação de Oficiais dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, como cadetes da Polícia Militar do Estado, que em futuro bem próximo irão renovar o quadro da Oficialidade da P.M.E.

O efetivo atual da Polícia Militar é de 800 homens, que não mais satisfaz às necessidades do policiamento ostensivo na Capital e no interior do Estado. Em consequência, êsses soldados dão 48 (quarenta e oito) horas contínuas de serviço, regime êsse danoso à saúde da tropa e à eficiência do serviço. Urge aumentar o efetivo da Polícia Militar, quando as finanças do Estado o permitirem.

Necessita de recuperação total o Quartel da Polícia Militar, situado à Praça Heliodoro Balbi. A Milícia Estadual deve ser aquartelada em zona suburbana ou rural, como aliás, já decidiu o Govêrno, iniciadas que foram as obras de construção do nôvo quartel, no bairro de Petrópolis.

O Coronel HERNANI GUIMARÃES TEIXEIRA é o atual Comandante da Polícia Militar do Estado.

c) DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

É o órgão incumbido da manutenção da ordem, segurança pública, prevenção e repressão dos ilícitos penais. Êsse conceito abrange a Polícia em seus aspectos administrativo ou preventivo e judiciário ou repressivo. A Polícia moderna, para levar vantagem na luta contra a delinquência, tornou-se cada vez mais técnica e científica.

É forçoso reconhecer, todavia, que o Departamento de Segurança Pública ainda trabalha mais na base do empirismo, com muita carência de material técnico e despreparo científico de seus servidores, cuja remuneração — diga-se de passagem — não corresponde à magnitude da função.

Faz-se mister, portanto, reestruturação do quadro do pessoal do D.S.P., reorganizando-se as diversas carreiras de Comissário, Perito, Investigador, Guarda-Civil, Datiloscopista, etc.; rigorosa seleção do pessoal mediante concurso; substancial melhoria dos salários, compatível com a importância das funções que exercem os policiais; preparo técnico e científico dêstes, mediante cursos de especialização; criação de uma Escola de Polícia.

Embora com deficiência de pessoal e material, o Departamento Estadual de Segurança Pública cumpriu razoàvelmente suas finalidades, especialmente no setor de trânsito, onde foram implantadas sensíveis modificações e melhorias.

O bacharel GEBES DE MELLO MEDEIROS, em 1966, exerceu a chefia do Departamento Estadual de Segurança Pública.

d) PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO

Destina-se ao cumprimento das penas privativas da liberdade e promove a reabilitação e a ressocialização dos delinquentes, valendo-se de métodos disciplinares, educativos e de outros recursos que compõem a moderna terapêutica criminológica.

Por inexistir estabelecimento adequado, a Penitenciária Central do Estado ainda faz a custódia daqueles que estão sob prisão preventiva, ou provisória. É inconveniente reunir-se num mesmo estabelecimento penal condenados e não condenados ou processados. A Lei n.º 3.274, de 2 de outubro de 1957, que dispõe sôbre normas gerais do sistema penitenciário, prescreve "a internação, em estabelecimentos apropriados, dos que estiverem passíveis de prisão preventiva, ou provisória" (art. 1.º, n.º III). Compreende-se perfeitamente esta exigência legal porque os não condenados, ou processados, ainda não estão sujeitos a um regime penitenciário desde que a Justiça, assim como poderá condená-los, poderá também absolvê-los.

A Penitenciária Central do Estado está precisando de Oficinas Industriais internas para dar trabalho remunerado e educativo aos presidiários. Resolvido êste problema, dever-se-á providenciar a instalação de uma Colônia Penal Agrícola, à margem da estrada Manaus-Itacoatiara. Por último, criar-se-ia um Patronato de Egressos. Oficinas Industriais, Colônia Penal Agrícola ou Instituto Penal Agrícola e o Patronato de Egressos, são estabelecimentos indispensáveis para pôr-se em prática o sistema penitenciário adotado pelo Código Penal vigente.

Material e institucionalmente, no decorrer do ano passado, a Penitenciária Central do Estado fêz apreciáveis progressos. Foi inaugurado um conjunto residencial destinado a funcionários do presídio; procedeu-se à instalação de moderna cozinha e refeitório, com mesas e bancos fixos de marmorite; adquiriu-se um "jeep" de quatro portas e seis lugares; instalou-se e entrou em funcionamento a DIVISÃO DE RECUPERAÇÃO SOCIAL,

com as SEÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL.

O bacharel ANTONIO ALEXANDRE PEREIRA TRINDADE, desde agôsto, vem dirigindo a Penitenciária Central do Estado.

e) IMPRENSA OFICIAL

A Imprensa Oficial, no decurso do ano passado, apresentou bom rendimento industrial. Foi realizada uma receita de Cr$ 65.561.100 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e um mil e cem cruzeiros), sendo arrecadados à bôca do cofre Cr$ 29.872.820 (vinte e nove milhões, oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos e vinte cruzeiros). Há necessidade de proporcionar-se melhores condições materiais e de salário aos operários da Imprensa Oficial. O Decreto 645, de 18 de agôsto do ano pretérito, aprovou o Regimento Interno desta repartição.

Os senhores Paraguassú Pinheiro de Oliveira e Raimundo Martins de Mendonça dirigiram, no ano passado, a Imprensa Oficial.

f) DIVISÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

Encontra-se no Arquivo Público valioso patrimônio histórico que deve ser conservado com muito zêlo. A visita que fêz, em 1966, a Srta. REGINA ALVES VIEIRA, do Arquivo Nacional, à Divisão do Arquivo Público, ministrando ensinamentos especializados aos funcionários dêste setor, muito contribuiu para a melhoria dos serviços de catalogação e arrumação de livros e documentos. Foram confeccionadas galerias e prateleiras nos porões "A", "B" e nos salões principais. O prédio está necessitando de imediatos reparos.

O senhor ANDRÉ DE MENEZES JOBIM é o Diretor da Divisão do Arquivo Público.

g) GABINETE E DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA SIJ

Êstes dois órgãos, autônomos e harmônicos entre si, responsáveis pelo acionamento da máquina burocrática da Secretaria, atuaram com eficiência e produtividade.

O Gabinete dirigido pela Bacharela DARCY DE SANTANA COSTA, e a Divisão de Administração, pela Profa. MARIA D'ASCENSÃO BASTOS FERNANDES.

CONCLUSÃO

Estas, Senhor Governador, as principais ocorrências verificadas no âmbito desta Secretaria, no ano recém-findo, através das quais Vossa Excelência pode constatar que, a despeito das deficiências materiais do serviço público estadual, muito se fêz no sentido da consecução dos seus objetivos.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

ÁDERSON PEREIRA DUTRA
Secretário de Estado do Interior e Justiça

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SENHOR GOVERNADOR:

Atendendo ao determinado por Vossa Excelência em Circular às diversas Secretarias de Estado, estamos, a seguir, relatando o que concerne a esta Secretaria da Educação e Cultura.

Inicialmente cumpre-nos dar a Vossa Excelência uma visão geral da repartição que encontramos ao assumirmos o elevado cargo com que fomos honrados. Elas falam melhor que uma síntese que poderíamos fazer a propósito, e, assim, nos ocuparemos apenas das medidas tomadas para integrar a Secretaria, efetivamente, à máquina articulada por Vossa Excelência. Sabemos bem de sua importância no complexo administrativo estatal, daí havermos procedido, logo ao comêço, com o máximo de escrúpulo para colocar à frente de cada setor subordinado ao nosso Gabinete um elemento que pudesse, de fato, comportar-se em acôrdo com a nova ordem das coisas.

Após a composição dos quadros administrativos da Secretaria da Educação, nossa primeira preocupação foi o atendimento da população escolar de maneira mais racional. Atentando para a época presente, quando crianças e jovens se dirigem aos estabelecimentos de ensino primário e médio procurando matrícula, assentamos com os responsáveis pelos Departamentos competentes o modo pelo qual os educandos e educadores melhor vissem satisfeitas suas conveniências de locomoção casa-escola e de cursos. Em consequência, foi estabelecido o **zoneamento**, com o qual se afinaram medidas posteriores, que adiante mencionaremos. Assim, os escolares dos dois níveis referidos se viram em condições mais atraentes para o contato com as aulas, uma vez que, antes, raramente conseguiam matricular-se nos centros educacionais mais próximos: ora porque havia uma como que

concentração de cursos idênticos em uma só área, que deixava inteiramente desprovidas as outras; ora porque a vinda de educandos de outros setores da cidade pràticamente fechava as portas para os residentes nas imediações.

Paralelamente, foi fixado o funcionamento do Colégio "Solon de Lucena" e dos Ginásios Estaduais "Estelita Tapajós" e "Márcio Nery" em três turnos. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se o retôrno do Ginásio "Marquês de Santa Cruz" ao bairro de São Raimundo, uma vez que onde estava (em São Jorge) não possuía os mínimos requisitos didáticos para o seu funcionamento nem atendia a faixa tão larga de educandos como na nova localização, mesmo em caráter transitório. Autorizou-se, também, a criação do curso científico no primeiro dos estabelecimentos acima referidos. E, por outro lado, fixou-se que em 1967 o Grupo Escolar "Princesa Isabel" voltaria a funcionar como escola experimental, atendendo à população escolar circunvizinha e tornando a ser uma unidade modêlo, de que tanto carece o sistema escolar estadual. Assim, se complementaram as medidas preliminares atinentes ao citado zoneamento.

Havia uma semana de nossa presença à frente desta Secretaria e problemas urgentes reclamaram nossa ida ao Rio de Janeiro e Brasília, onde nos entrevistamos com o Diretor do Departamento Nacional de Educação, a propósito da liberação de recursos fundamentais para as atividades da Secretaria da Educação. Isso se concretizará com as providências que já tomamos para a apresentação dos competentes planos de aplicação dos referidos recursos, que se encontram congelados à falta da programação exigida em época própria. A propósito, na oportunidade devida voltaremos à presença de Vossa Excelência para esclarecimento de maiores detalhes, com os quais mostraremos os objetivos a que se destinarão os recursos mencionados.

Ponto vital do complexo educacional, referiremos agora a situação dos prédios escolares. Visitamos a quase totalidade dos edifícios em que funcionam os nossos estabelecimentos de ensino e tristemente verificamos que um expressivo número está a reclamar urgentes melhorias. Ora problemas simples (esquadrias desjuntadas, vidraças quebradas, falta de conservação, enfim), ora problemas de maior repercussão ante as exigências de na-

tureza pedagógica e mesmo da mais elementar higiene (ausência total de água, instalações sanitárias avariadas, carteiras e cadeiras sem as mínimas condições de comodidade para alunos e mestres). É inadiável, pois, que se cuide de nossas Unidades Escolares, evitando-se, destarte, que em breve sejam elas objeto de medidas que venham impedir o seu pleno funcionamento.

Referentemente ao interior do Estado, é evidente a urgência de a êle ser dedicada maior atenção. Aliás, tal necessidade se alinha mesmo às diretrizes administrativas anunciadas por Vossa Excelência. Alunos e mestres, que nos mais distantes pontos hinterlandinos se ocupam e se preocupam com a Educação, não se encontram cercados das atenções que bem merecem. Êstes têm contra si a dificuldade de comunicação com a Capital, onde, com frequência, se podem realizar cursos de atualização; onde as oportunidades de aquisição de livros podem trazê-los mais a par da evolução das técnicas pedagógicas; onde, finalmente, o progresso lhes permite melhores condições de vida. Aquêles não contam com escolas melhor equipadas; com as facilidades que a Capital proporciona aos seus colegas daqui; com aquelas condições de vida que também faltam às suas professôras. Uma ação mais intensa da SEC se faz mister, uma ação que lhes irá mostrar o interêsse que o Estado tem no sentido de promovê-los socialmente. Daí tencionarmos visitar tôdas as Unidades interioranas. Nessas visitas, far-nos-emos acompanhar do material humano especializado, para um levantamento detalhado da realidade, para uma programação de medidas mais ajustadas e de maior alcance em relação à problemática educacional do Interior.

No que respeita ao Pessoal, nossas primeiras observações indicaram a necessidade de uma ação mais rigorosa, visando a utilizar integralmente os elementos que possuímos. Falamos assim porque o grande número de funcionários à disposição de outros órgãos tem-se refletido particularmente nas lotações dos diversos estabelecimentos de ensino, sem professôres em número suficiente. Fazendo-os voltar ao serviço educacional, o Estado economizará o emprêgo de alguns milhares de cruzeiros, que poderão ser aplicados em outras necessidades, como o melhor aparelhamento das Unidades Escolares. Fixe-se que com o fim das disposições não estará resolvida a questão da insuficiência de mestres. Para o atendimento

da totalidade da população em idade escolar, teremos, ainda, de fazer contratações. Todavia, estas não o serão em número tão elevado ante o retôrno dos professôres que não se encontram lecionando.

Internamente, isto é, no que se refere aos servidores lotados no Palácio da Cultura, estamos vendo ser necessidade imediata sua redistribuição. Assunto delicado, não poderíamos ferí-lo sem reconhecer a existência de um razoável número de funcionários perfeitamente habilitados para as suas respectivas funções. Entretanto, manda a verdade que não generalizemos a assertiva; ao contrário, que se frise havermos chegado à conclusão de que em vasta quantidade de casos o Estado apenas está dando emprêgo, sem a recíproca de um trabalho como as necessidades da administração reclamam. Por isso, insistimos na redistribuição do material humano de que dispomos, a respeito do que Vossa Excelência brevemente será melhor informado.

Senhor Governador: Na impossibilidade de sermos mais profundos neste relato — uma vez que nossa até agora curta permanência à frente desta repartição não nos permitiu a conclusão de vários outros estudos que aqui poderiam figurar —, aqui nos cerramos com a certeza de havermos sido exato.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

ANTÔNIO VINICIUS RAPOSO DA CÂMARA
Secretário de Estado da Educação e Cultura

SECRETARIA
DE
SAÚDE

SENHOR GOVERNADOR:

Correspondendo a uma deliberação de Vossa Excelência, no que tange a um relatório-notícia sôbre a administração passada e as metas para o futuro, temos a expor o seguinte:

A Secretaria de Saúde, no seu aspecto global vem sofrendo as conseqüências negativas de uma estrutura administrativa inadequada, proveniente de uma reforma cuja implantação não mereceu o cuidado e o estudo necessários às soluções técnico-administrativas, viáveis ao seu pleno funcionamento. A implantação do Regimento em vigor efetuou-se prematuramente, dificultando a visão executiva do comportamento das diversas unidades da Secretaria de Saúde.

Senhor Governador, falar de saúde pública é falar de planejamentos fundamentados em pesquisas que possibilitem um contato estreito com as diversas peças que compõem a máquina administrativa assistencial do Estado para um perfeito conhecimento das causas e de seus efeitos. Sem que haja um completo entrosamento dos diversos órgãos com a autoridade centralizadora, ocorre a constante dos emperramentos periódicos prejudiciais ao interêsse da coletividade, interêsse êste que se traduz em nosso maior objetivo.

Encontramos a sede da Secretaria em situação precária. Os anexos, como sejam, Laboratório, Ambulatório, Farmácias, etc., foram construídos para atender, com deficiência, uma população de há trinta (30) anos atrás. Por isso mesmo pensamos em transferi-los para as diversas unidades hospitalares. Como pode perceber Vossa Excelência, Senhor Governador, o prédio da Secretaria de Saúde, sito à Praça do Congresso, permaneceu erguido sem inovações que viabilizassem o trabalho

de saúde pública, em proporção ao crescendo populacional.

Se considerarmos o selecionamento obedecendo à lei que traça o plano de classificação de cargos, cuja finalidade é corrigir os desvios de função, respeitando, antes, o mérito funcional, aqui ainda não vigorou, pois vemos Técnicos em Contabilidade atuando como simples datilógrafos ou, mesmo, como serventes; enfermeiros, como atendentes.

Diante disso, Senhor Governador, estamos efetuando um trabalho de selecionamento para utilizar o estritamente necessário, levando em consideração que os servidores efetivos, na sua larga faixa de funções, em decorrência do tempo de serviço, estão beirando à inatividade. Cumpre-nos ressaltar que essa conclusão atinge o todo funcional desta Secretaria.

Com referência aos aspectos financeiros da Secretaria, temos que ressaltar a deficiência orçamentária, sobressaindo no entanto a considerável soma de recursos federais destinados à Secretaria de Saúde, cujo contrôle tem-nos consumido tempo para confrontarmos as despesas com as prestações de contas. Estamos, todavia, executando um trabalho que resumirá todos os recursos federais, em separado, numa só conta; os recursos estaduais, com outra ficha de contrôle e, por final, uma terceira conta de doações; caracterizando as origens e a aplicabilidade de todos os recursos, facilitando, assim, o nosso contrôle futuro.

Encontramos imensa dificuldade na localização dos convênios, cuja vigência ainda tem um período de vida, até certo ponto longo, de onde concluímos a inexistência de um arquivo de tão importantes documentos desta Secretaria, pelo que mais uma vez constatamos a grande desorganização administrativa reinante. Por isso mesmo, estamos procedendo à chamada das Chefias que nos antecederam, para a localização dêsses convênios.

Ora, Senhor Governador, no Estado em que a perspectiva de vida gira em tôrno dos trinta e cinco anos, fustigada por doenças endêmicas como a filariose, leishmaniose, a malária, o bócio e a subnutrição, diminuem o rendimento de trabalho, periòdicamente afetado por doenças epidêmicas, como os grandes problemas da lepra, da tuberculose, cujos recursos exíguos a serem empregados em saúde pública, não se pode dar ao luxo de

concentrar esforços em programa de assistência médica, deslocando recursos imponderáveis para tais setores e deixando à descoberto o contrôle de tais entidades nosológicas de massa. Urge uma conscientização desta anomalia.

Em princípio, Senhor Governador, somos de opinião de que, ao invés de canalizarmos os nossos esforços na resolução dos problemas sanitários e de saúde pública que afligem o Estado, estamos invertendo a atuação precípua no serviço de saúde pública, mesmo porque enveredamos pela assistência médica, a mais onerosa de tôdas. Essa, sempre, nas comunidades civilizadas pertencem às Fundações e a iniciativa particular. Aliás, elementar seria dizer, que, a assistência médica, é a parte rentável da medicina, onde pode haver o estímulo à iniciativa privada, não ocorrendo todavia com saúde pública e sanitarismo, cujo desempenho não gera lucros e constitui obrigação do Estado.

Qualitativamente o pessoal que foi recrutado para o Serviço de Saúde Pública do Estado, não sofreu trabalho de seleção, mesmo porque no levantamento recente efetuado por nossa nova equipe, que posteriormente remeteremos mais detalhadamente ao Gabinete de Vossa Excelência, temos a noção exata de que a grande maioria dos servidores das unidades hospitalares, jamais tiveram experiências análogas à vida da medicina. Para o ano de 1967 a única meta que nos permitirá cobrir o nosso orçamento, se prende aos itens seguintes:

1) Postos de Puericultura a fim de dar melhor atendimento à população infantil da capital, dos bairros e do interior.
2) Campanha de vacinação, diminuindo assim o índice de doenças.
3) Serviço de reidratação, diminuindo os óbitos por desidratação.
4) Lactário nas zonas pobres.
5) Ampliação da farmácia, inclusive fabricação de sôro fisiológico e glicosado.
6) Intercâmbio de Entidades Nacionais e Internacionais, visando ajuda nos diversos setores.
7) Levantamento de um Plano Pilôto para cobrir as necessidades emergenciais de Saúde Pública no Interior do Estado.

Senhor Governador, acreditamos atender, em parte, à solicitação de Vossa Excelência. Releve-nos, se fomos frios em nossa análise sucinta, mesmo porque, concebemos o Serviço Público em têrmos de trabalho, a maior elevação da consciência humana, em defesa dos interêsses dos menos aquinhoados. Somos portador de um caráter sem vacilações, e por isso mesmo acreditamos no serviço público de nosso Estado, desde que exerçamos a honestidade e a disciplina na sua mais alta plenitude. Não acreditamos, no entanto, na consolidação de nossas metas senão tivermos a motivação necessária do atrativo técnico-profissional, a compreensão dos organismos estatais inter-dependentes a nós, o apoio inabalável de Vossa Excelência, para que, juntos, tomemos a consciência do grande problema de saúde pública em nosso Estado e solidàriamente nos proponhamos minorá-lo.

DR. JOSÉ LEITE SARAIVA
Secretário de Saúde

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

1) GABINETE DO SECRETÁRIO
2) DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS
3) SERVIÇO DE TRANSPORTES COLETIVOS DE MANAUS
4) OLARIA DO ESTADO

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

1) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DER-Am.
2) DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGÔTOS — DAE

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

1) CENTRAIS ELÉTRICAS DO AMAZONAS S. A. — CELETRAMAZON
2) COMPANHIA AMAZONENSE DE TELECOMUNICAÇÕES — CAMTEL
3) COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS — COHAB-Am,

SENHOR GOVERNADOR:

De acôrdo com o que preceitua o inciso 3.º da Lei n.º 108, de 23 de dezembro de 1955, cumpre-nos apresentar a Vossa Excelência, para os fins devidos, relatório das atividades desta Secretaria, através de seus órgãos subordinados, autárquicos e vinculados, durante o exercício administrativo de 1966, conforme segue:

I — GABINETE DO SECRETÁRIO

Órgão eminentemente burocrático, em união com a Divisão de Administração, resumiu as suas atividades em remessas e recebimentos de expedientes, expedição de portarias e certidões de tempo de serviço, informações diversas e outras atividades administrativas inerentes ao seu serviço.

II — ÓRGÃOS INTEGRANTES DA SECRETARIA

a) Departamento de Obras Públicas
b) Serviço de Transporte Coletivo
c) Olaria do Estado

III — ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS SOB JURISDIÇÃO DESTA SVOP

a) Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-Am.).
b) Departamento de Águas e Esgotos (DAE).

Possuem êsses órgãos autonomia administrativa e financeira própria, e, como tal, ainda que sob a jurisdição desta Secretaria, já cientificaram êsse Govêrno de suas atividades no ano de 1966, através de relatórios encaminhados a êsse Executivo.

IV — SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA VINCULADAS A ESTA SVOP

a) Centrais Elétricas do Amazonas S.A. (CELETRAMAZON)
b) Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL)
c) Companhia de Habitação do Amazonas — (COHAB-Am.).

Apenas vinculadas a esta Secretaria, estas Companhias de Economia Mista, também resumiram suas atividades, através de relatórios encaminhados a êsse Poder, demonstrativos do que realizaram no último exercício de 1966.

Pela leitura dos relatórios poderá Vossa Excelência ter uma idéia do que foi o trabalho dêste setor no que concerne às suas várias atividades, quer como construtor e fiscalizador de obras públicas, quer como coordenador e orientador dos serviços realizados pelos seus órgãos diretamente subordinados, autárquicos e vinculados.

Usamos o ensejo para renovar a Vossa Excelência os nossos mais cordiais protestos de elevada estima e consideração.

JOÃO AUGUSTO SOUTO LOUREIRO
Secretário de Estado de V.O.P.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS

EXMO. SR. SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

Apresentamos a Vossa Excelência o relatório das atividades do Departamento de Obras Públicas no exercício de 1966, dividindo a presente exposição nas seguintes fases:

A — Obras de Recuperação
B — Obras Novas
C — Obras em Andamento
D — Balanço Financeiro
E — Considerações Finais.

Passamos a seguir à discriminação dos vários itens acima.

A — OBRAS DE RECUPERAÇÃO

1 — **Reservatório de Mocó** — Situado no Bairro de Adrianópolis. Complementação da recuperação iniciada no final do ano de 1965, incluindo pintura interna e externa do prédio.

2 — **Centro Educacional Coriolano Durand** — Situado no Bairro de Educandos. Complementação da recuperação iniciada no ano de 1965, inclusive construção de muro de fechamento do terreno.

3 — **Rampas de acesso e muros** — Foram executadas as rampas de acesso da Escola Solon de Lucena e Instituto de Educação do Amazonas, bem como, muros de vedação dos terrenos da Escola Solon de Lucena, Legião Brasileira de Assistência, Grupo Escolar Vicente Telles de Souza (parte) e reparos nos muros do Teatro Amazonas e Hospital Dr. Fajardo.

4 — **Conservatório de Música Joaquim Franco** — Situado na Av. Joaquim Nabuco. Recuperação total do prédio, inclusive adaptação de dependências para o ensino dos diversos cursos de música.

5 — **Delegacia Especializada de Trânsito** — Situada na rua José Paranaguá. Complementação da recuperação total do prédio, iniciada no ano de 1965 por firma particular, mediante concorrência pública.

6 — **Ginásio Estelita Tapajós** — Situado no Bairro de Educandos. Complementação da recuperação total do prédio e acréscimos, iniciados no ano de 1965 por firma particular mediante concorrência pública.

7 — **Escola Antônio Flôres** — Situada no Bairro de Flôres. Escola de madeira que sofreu integral recuperação, inclusive pintura.

8 — **Leprosário Antônio Aleixo** — Situado na Colônia do Aleixo. Foi iniciada a recuperação dos próprios do Leprosário, já tendo sido concluídas as seguintes obras de recuperação: prédio da administração, casa das irmães, escola, açougue, quatro pavilhões de doentes, abastecimento d'água. As obras de recuperação continuam em prosseguimento.

9 — **Sede do Serviço Social** — Situado no terreno do Palácio Rio Negro, à Av. 7 de Setembro. Foi efetuada a limpeza do prédio para instalação das diversas repartições do referido órgão.

10 — **Pôsto Fiscal da Secretaria de Fazenda** — Situado no Bairro de São Raimundo. Êste prédio se achava em completo abandono há vários anos e teve suas instalações totalmente recuperadas para sua nova finalidade.

11 — **Faculdade de Ciências Econômicas** — Situada na Rua José Paranaguá. Foi providenciada a pintura externa total do prédio, ficando o restante da recuperação para ser executada em outra oportunidade.

12 — **Secretaria de Fazenda do Estado** — Situada na Rua Monteiro de Souza. Complementação da recuperação iniciada em 1965, com a construção de balcões, estantes, arquivo, etc.

13 — **Instituto Benjamim Constant** — Situado na Rua Ramos Ferreira. Foi iniciada a recuperação total dos vários prédios que compõem êsse Instituto, já tendo sido concluída uma boa parte das obras, as quais prosseguem em bom ritmo.

14 — **Polícia Civil** — Situado na Rua Marechal Deodoro. Recuperação total do imóvel, inclusive adaptação em suas dependências, para melhor funcionamento.

15 — **Guarda Civil** — Situado na Rua Guilherme Moreira. Construção contígua ao prédio da Polícia Civil, sofreu também recuperação total de suas instalações, permitindo um melhor funcionamento de suas seções.

16 — **Sede da Produção Animal** — Situado na Av. Carvalho Leal. Êste imóvel se achava em completo abandono, desde a extinção da ALIMENTAMAZON, que funcionava em suas dependências. Foi totalmente recuperado e ampliado, tendo sido executadas várias obras em sua parte interna, de modo a permitir a instalação de laboratório, boxes para vacina de animais, etc.

17 — **Ginásio Agrícola do Paredão** — Situado na Colônia do Paredão. Foi efetuada limpeza, pintura e reparos nas construções existentes, bem como construção de novas instalações sanitárias, de modo a oferecer condições de hospedagem para os estudantes que participaram da excursão "Manaus, Capital das Férias", iniciativa programada pelo Departamento de Turismo e Promoção do Estado.

18 — **Casa do Trabalhador** — Situada na Rua Marcílio Dias. Foi executada recuperação do imóvel, compreendendo revisão geral de telhado, reparos em piso, fôrro, esquadrias e instalações hidráulico — sanitárias.

19 — **Hospital Infantil Dr. Fajardo** — Situado na Av. Joaquim Nabuco. Limpeza interna de parte do prédio, parqueamento, casa de bomba, cisterna e complementação dos limítrofes.

20 — **Hospital Getúlio Vargas** — Situado no Boulevard Amazonas. Recuperação da parte da rêde externa de esgotos sanitários e saneamento da área que circunda o prédio.

21 — **Instituto de Educação do Amazonas** — Situado na Praça do Congresso. Revisão do telhado, sanitários e construção de cisterna. Preparo da área para estacionamento de veículos. Limpeza interna da parte do prédio.

22 — **Pôsto Médico da Secretaria de Assistência e Saúde** — Situado no Boulevard Amazonas. Êste prédio se achava abandonado, sofrendo depredações por parte de elementos não qualificados. Foi inteiramente recuperado e ampliado em suas instalações, permitindo perfeito funcionamento de assistência médica popular.

23 — **Mesa de Rendas de Itacoatiara** — Situado no Município de Itacoatiara. Recuperação total do prédio, cujo estado em que se encontrava não oferecia condições de habitabilidade, adaptações em suas dependências, de modo a permitir melhor instalação de órgão arrecadador.

24 — **Colégio Estadual do Amazonas** — Situado na Avenida Sete de Setembro. Foi executada limpeza interna do prédio, confecção de fôrro nôvo em parte do 2.º pavimento e revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias.

25 — **Reservatório da Castelhana** — Situado na Avenida João Coelho. Foi complementada a recuperação que havia sido iniciada em 1965, inclusive foi executado nôvo investimento interno nos tanques de armazenamento d'água, os quais apresentavam vazamento.

B — OBRAS NOVAS

1 — **Grupo Escolar Vicente Telles de Souza** — Situado no Bairro de São Geraldo, prédio escolar construído em estilo próprio para o clima tropical da região, pois apresenta o maior alojamento possível. Compõe-se de três blocos paralelos, com 220,50m2 de área construída, cada um interligados por paralelas cobertas. Pos-

sui as seguintes dependências: seis salas de aula, diretoria, secretaria, merenda escolar e despensa, sala de professor, sanitários para alunos, sanitários para professôres, recreio coberto e descoberto. No momento êste prédio está sofrendo ampliação de suas instalações, com a construção de mais dois blocos de salas de aula semelhantes aos já existentes.

2 — **Grupo Escolar Almirante Barroso** — Situado no Bairro da Vila Amazônia. Prédio semelhante ao do Grupo Escolar Vicente Telles de Souza, inclusive com a mesma distribuição de dependências.

3 — **Colônia Agro-Escolar Melo Matos** — Situada no Bairro de Flôres. Esta Colônia agrícola, que já tivera obras executadas em 1965, teve suas instalações complementadas no corrente exercício, com a construção de mais um pavilhão, abrigando três salas de aula, sala de reunião e dormitório. Também foi construída uma quadra de esporte descoberta, obedecendo suas dimensões ao que indicam as regras para competições oficiais, além do saneamento da área circunvizinha aos imóveis existentes.

4 — **Ginásio Vital de Mendonça** — Situado no Município de Itacoatiara. Construção obedecendo aos requisitos de melhor funcionamento dentro da área amazônica. Compõe-se de onze salas de aula, salas de diretoria, secretaria, professôres, biblioteca, auditório, cantina, sanitários, depósito de material didático, recreio coberto e descoberto.

5 — **Grupo Escolar Monteiro de Souza** — Situado no Bairro de Educandos. Prédio construído em dois pavimentos, totalmente construído em concreto armado, compreendendo sete salas de aula, diretoria e secretaria, cantina, recreio coberto e descoberto e sanitários.

6 — **Grupo Escolar Olavo Bilac** — Situado no Bairro de São Raimundo. Anteriormente, existia neste local um antigo prédio escolar, com a mesma denominação do atual construído em madeira, sem oferecer segurança e higiene às crianças que o freqüentavam. Foi demolido, para dar lugar à construção do atual prédio, em linhas modernas, com dois pavimentos, devido a exiguidade do terreno, totalmente estruturado em concreto armado, compreendendo cinco salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, depósito para material didático, sanitários, etc.

7 — **Casas populares do Bairro da Raiz** — Situadas no Bairro da Raiz. Esta construção de casas populares obedece estudo e projeto realizado por escritório especializado em problemas habitacionais e urbanísticos. Constitui a primeira experiência realizada em Manaus, no campo de urbanismo devidamente planejado.

A SVOP iniciou a construção das unidades habitacionais no final do ano de 1965, tendo entregue nesta 1.ª etapa, dez casas concluídas em 31.12.65.

Em 31.3.66, na 2.ª etapa, foram concluídas quarenta e duas unidades.

Em 27.6.66, na 3.ª etapa, ficaram prontas mais cinqüenta e seis unidades.

Finalmente, em 5.9.66, constituindo a 4.ª etapa, foram inauguradas mais vinte e quatro unidades, perfazendo um total de cento e trinta e duas casas concluídas, no momento, quase tôdas habitadas. A SVOP também realizou a rêde de esgôtos sanitários e a rêde de abastecimento d'água das casas já concluídas.

8 — **Maternidade Elisa Souto** — Situada no Município de Manacapuru. O prédio foi construído em estilo próprio para a região e compõe-se de duas enfermarias para dez leitos cada, sala de parto, berçário, esterilização, isolamento, refeitório, despensa, sanitários e demais serviços.

9 — **Sede do Departamento de Turismo e Promoção** — Situado na Praça da Saudade, no pavimento térreo do prédio da Secretaria da Educação e Cultura. A construção compreende duas áreas distintas, sendo uma delas, em sua totalidade destinada a salão de exposição. A outra área é subdividida em dependências administrativas do referido Departamento.

10 — **Ginásio Márcio Nery** — Situado no Bairro da Cachoeirinha. Êste Ginásio funcionava em prédio anteriormente recuperado pela SVOP em 1965. No corrente ano, foram construídos mais de três blocos, implantado no terreno segundo sua topografia acimentada, interligados por paralelas cobertas, ficando o antigo prédio apenas para os serviços de Administração.

Os blocos novos abrigam as seguintes dependências:

1º bloco: cinco salas de aula e recepção
2º bloco: sanitários masculino e feminino
3º bloco: cinco salas de aula e merenda escolar.

11 — **Centro de Saúde do IPASEA** — Situado na Rua Duque de Caxias. Prédio totalmente estruturado em concreto armado, composto de portarias, copa, administração, sanitários para público, gabinetes médicos, laboratório, gabinete dentário, gabinete de prótese, sala de raio X, etc. No momento, êste prédio está sofrendo ampliação de suas instalações para montagem de novos gabinetes médicos especializados.

12 — **Grupo Escolar Plácido Serrano** — Situado na Rua Major Gabriel. Neste prédio procurava-se aplicar sistemas construtivos em busca do tipo ideal de construção escolar para a nossa região. Possui seis salas de aula, diretoria e secretaria, sala de professôres, merenda escolar, sanitários e serviços.

13 — **Grupo Escolar Melo e Póvoas** — Situado no Bairro Santo Antônio. Prédio construído em estilo moderno, constituído de seis salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, sanitários, recreio coberto e descoberto.

14 — **Casas para os funcionários da Penitenciária do Estado** — Situadas em área contígua às do prédio sede na Avenida Sete de Setembro. O conjunto compõe-se de quatro unidades, três quartos, copa e cozinha, banheiro e área de serviço.

Estas construções fazem parte do plano geral de humanização da Penitenciária do Estado, e destinam-se aos funcionários que pela natureza dos seus serviços, têm necessidade de residir no local do trabalho.

15 — **Hospital de Isolamento "Chapot Prevost"** — Situado na Estrada do Aleixo. O Hospital de Isolamento "Chapot Prevost" funcionava em prédio antigo situado na rua Cláudio Mesquita, em precário estado de conservação. Em virtude do prédio não oferecer mais condições de segurança, nem se prestar para ampliação, foi providenciada a construção de nôvo hospital, o qual já se acha em funcionamento. Possui duas enfermarias com capacidade para quinze leitos cada uma, dependências de administração, refeitório, lavandaria, cozinha, sanitários, despensa, etc.

16 — **Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas (ESPEA)** — Situada em área de terreno da sede do DASPA, à Av. Joaquim Nabuco. Prédio construído em tempo curto e com estilo apropriado para sua fina-

lidade, possui dependências para administração, quatro salas de aula, biblioteca, cantina, sanitários etc.

17 — **Leprosário Antônio Aleixo** — Situado na Colônia do Aleixo. Dentro do programa de construções novas, até o momento já foram construídas três enfermarias com capacidade para trinta doentes cada uma e dois pavilhões para doentes solteiros. No momento, estão sendo construídos um centro cirúrgico e bloco de serviços, para melhor atendimento aos internados.

18 — **Oficinas artesanais de Ginásio Modêlo** — Situadas nos terrenos do prédio onde funciona a Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena. Compõe-se de um conjunto de quatro salas de aula, bloco de sanitários e circulação. Obras recentemente entregues a serventia pública.

19 — **Teatro de Arena do Colégio Estadual do Amazonas** — Situado numa área interna do Colégio Estadual do Amazonas, à Av. 7 de Setembro. Êste teatro de arena possui capacidade para aproximadamente quatrocentas pessoas sentadas, sendo suas arquibancadas, palco e circulação inteiramente revestidos de ladrilhos cerâmicos.

20 — **Instituto Benjamin Constant** — Situado à Rua Ramos Ferreira. As obras novas da construção de um auditório, um artesanato e uma quadra de esportes.

C — OBRAS EM ANDAMENTO

1 — **Quartel da Polícia Militar** — Situado no Bairro de Petrópolis. Está sendo construído 1.º bloco, totalmente estruturado em concreto armado, que compõe o conjunto de unidades do Quartel de Polícia.

2 — **Sede da Imprensa Oficial** — Situada na Rua Leonardo Malcher. No momento está sendo construído um bloco nôvo na área em frente ao prédio antigo, para abrigar a administração. Ao mesmo tempo está sendo providenciada a recuperação do imóvel existente.

3 — **Forum de Justiça** — Situado no Município de Manacapuru. Prédio de linhas modernas, em fase final de construção, com as seguintes dependências: dois cartórios, salas de promotores e juízes, salão de júri, sala de jurados, sala do réu, sanitários e serviços.

4 — **Grupo Escolar** — Situado no Município de Manacapuru. Esta construção está em fase adiantada, devendo ser concluída nos próximos dias. Compõe-se de cinco salas de aula, diretoria, secretaria, merenda escolar, depósito para material didático, sanitários, recreio coberto e descoberto.

5 — **Grupo Escolar Princesa Isabel** — Situado à Avenida Epaminondas. Êste será o Grupo Escolar Modêlo da cidade. Será edificado em dois blocos, sendo um em dois pavimentos, totalmente estruturado em concreto armado. Possui as seguintes dependências: sete salas de aula, auditório, museu escolar, sala de professôres, diretoria e secretaria, depósito para material didático, recreio coberto e descoberto, sanitários, merenda escolar.

6 — **Ginásio Marquês de Santa Cruz** — Situado no Bairro de São Jorge. Encontra-se em fase adiantada de construcão, com final previsto para os últimos dias de março do corrente exercício. Possuirá quatorze salas de aula, dependências para administracão, auditório, quadra de esporte, sala para grêmio, sanitários e demais seccões necessárias ao funcionamento de um prédio de ensino secundário. O prédio está sendo edificado em dois pavimentos, em estrutura de concreto armado.

7 — **Instituto Benjamin Constant** — Situado à Rua Ramos Ferreira. Prosseguem os serviços de recuperação dos prédios antigos, principalmente a parte de esquadrias.

8 — **Centro de Saúde do IPASEA** — Situado à Rua Duque de Caxias. Está em fase final a ampliação dêste centro médico, para abrigar novas dependências de atendimento público, tais como: salas de abreugrafia, anatomia, patologia, oto-rino-laringologia, urologia, sala de ótica, drogaria, sanitários, etc.

9 — **Centro de Saúde do IPASEA** — Situado no Município de Parintins. Em fase de construção, abrigando os seguintes setores: gabinete médico, sala de raio X, laboratório, portaria e protocolo, depósito para medicamentos, tesouraria, secretaria, gabinete do diretor, sanitários, etc. Anexo ao centro médico, está sendo edificada a residência para o diretor local. Convém salientar que a presente construção se encontrava com as

paredes em pé, abandonada havia muito tempo, tendo sido doada ao IPASEA para instalação de seu centro médico nesse Município.

10 — **Casa para médicos do IPASEA** — Situado no Município de Parintins. Esta construção se achava na mesma situação do prédio que está sendo aproveitado para o Centro de Saúde, isto é, se achava abandonado, apenas com as paredes em pé. Está sendo concluída para abrigar os médicos que prestam serviços ao IPASEA de Parintins.

11 — **Grupo Escolar** — Situado no Município de Parintins. Em fase de construção com cinco salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, sanitários etc. Seu estilo é semelhante ao do Grupo Escolar Plácido Serrano, situado nesta capital.

12 — **Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência** — Situado no Município do Careiro. Em fase de construção, devendo ser concluído dentro em breve. Está localizado em região carente de atendimento médico.

13 — **Leprosário Antônio Aleixo** — Situado na Colônia Antônio Aleixo. Prosseguem as construções de um centro cirúrgico e blocos de serviços, tais como: lavandaria, copa, cozinha, despensa, planta etc.

14 — **Hospital de Alienados Eduardo Ribeiro** — Situado na Estrada Constantino Nery. Estão em andamento as obras de recuperação dos vários blocos que compõem êste prédio hospitalar, o qual se acha em precárias condições de conservação. Sua recuperação total não tem prazo limitado, devido aos inumeráveis serviços a fazer.

15 — **Grupo Escolar Hermenegildo Campos** — Situado no Bairro Presidente Vargas. A ser iniciado nos próximos dias, estando em fase final de desapropriação, o terreno destinado à construção. Esta obra será financiada pelo Ministério da Educação e Cultura. Será composta de cinco salas de aula, diretoria e secretaria, merenda escolar, sanitários, depósito de material didático, recreio coberto e descoberto.

16 — **Grupo Escolar Padre Agostinho Martin** — Situado no Bairro de São Francisco. Êste prédio está sofrendo recuperação e ampliação de suas instalações, com a construção de mais de duas salas de aula, merenda escolar e muro de fechamento.

17 — **Grupo Escolar Vicente Telles de Souza** — Situado no Bairro de São Geraldo. Êste prédio foi inaugurado no primeiro trimestre do ano de 1966. No total de seis salas de aula, além do grupo de sanitários e circulação. Está em fase final de execução.

18 — **Colégio Estadual do Amazonas** — Situado à Avenida Sete de Setembro. No momento, está sendo executada uma recuperação em suas instalações, inclusive com a concretagem de lajes de concreto armado em substituição aos assoalhos deteriorados. Esta obra está sendo custeada em quase um total por verba fornecida pelo Ministério da Educação e Cultura.

19 — **Lavandaria da Legião Brasileira de Assistência** — Situada no Bairro da Raiz. Compõe-se de um conjunto de vinte tanques abastecidos por caixa d'água em área coberta. Obra em fase de locação de serviços.

D — BALANÇO FINANCEIRO

No orçamento estadual do exercício de 1966, coube à Secretaria de Viação e Obras Públicas as seguintes dotações para despesas de mão de obra, transporte de materiais e aquisição de materiais de construções:

VERBA	DOTAÇÃO	SALDO EM 30/12/66
4.1.1.2 — Início de Obras	1.000.000.000	5.152.965
4.1.1.3 — Prosseguimento e conclusão de obras	3.000.000.000	622.931.423
4.1.1.5 — Construção de edifícios públicos ...	1.495.500.000	660.143.864
4.1.1.6 — Construção e recuperação de edifícios públicos ...	500.000.000	68.670.666
	5.995.500.000	1.356.898.918

Êsses saldos foram fornecidos pelo DASOA, devendo ser esclarecido o seguinte:

Da verba 4.1.1.2 — **INÍCIO DE OBRAS**, foram empenhados os seguintes valores:

1.º) — Cr$ 476.737.185 a favor da Firma COINTER LIMITADA, referente às obras executadas no Estádio "Vivaldo Lima", de acôrdo com contrato registrado no Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

2.º) — Cr$ 18.000.000 a favor da Firma Dario Hernani Vizeu, correspondentes aos servicos de sondagens executados no Estádio "Vivaldo Lima", de acôrdo com contrato registrado no Egrégio Tribunal de Contas.

3.º) — Cr$ 4.940.390 em favor do Arquiteto SEVERIANO MÁRIO PÔRTO, correspondentes aos servicos de fiscalização das obras do Estádio "Vivaldo Lima", de acôrdo com a cláusula do contrato registrado no Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Da verba 4.1.1.3 — **PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DE OBRAS**, foram empenhados os seguintes valores:

1 — Cr$ 210.977.000 em favor da Firma PLANENGE — Planejamentos e Engenharia Limitada, referente ao contrato para construção do prédio da Sede da Secretaria de Produção, registrado no Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

2 — Cr$ 64.265.150 em favor da Firma COINTER LIMITADA, referente aos serviços executados no Estádio Vivaldo Lima, de acôrdo com cláusula do contrato citado linhas acima.

Do saldo das verbas 4.1.1.3 — **PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DE OBRAS** e 4.1.1.5 — **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS**, num total de Cr$ ..... 1.283.075.287, foi colocada à disposição da Secretaria de Fazenda a importância de Cr$ 900.000.000, conforme entendimento havido entre os titulares das Pastas da Fazenda e Secretaria de Viação e Obras Públicas, em contrapartida com o empréstimo federal de Cr$ ..... 675.588.294, colocado à disposição da Secretaria de Viação e Obras Públicas para recuperação, construção e ampliação de próprios públicos.

Para a construção de um Pôsto de Puericultura no Município do Careiro, a Legião Brasileira de Assistência entregou à Secretaria de Viação e Obras Públicas duas parcelas totalizando a importância de Cr$ 15.000.000, estando os serviços em andamento.

No exercício de 1966, a Secretaria de Viação e Obras Públicas deu prosseguimento ao plano de construção de Casas Populares no Bairro da Raiz. Para custeio do prosseguimento da construção das Casas Populares do Bairro da Raiz, dispôs a SVOP, em 1966, de Cr$ ..... 370.986.142, saldo da verba de Cr$ 500.000.000, de 1965, originada da distribuição do Adicional do Impôsto de Consumo, Decreto 238, regulamentado pelo Decreto 240.

As obras do Leprosário Antônio Aleixo, tiveram uma parte custeada pela verba fornecida pelo FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, num total de Cr$ 180.800.000.

Para construção da Maternidade "Elisa Souto", no Município de Manacapuru, a Secretaria de Viação e Obras Públicas utilizou a verba específica do FUNDO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS ECONÔMICOS, no total de Cr$ 100.000.000.

Para custeio das obras de natureza escolar, a Secretaria de Viação e Obras Públicas contou com o auxílio da verba do FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO, num total de Cr$ 53.786.382.

Para prosseguimento das obras no setor Educacional, através de Convênio assinado com o Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Viação e Obras Públicas dispõe de Cr$ 102.917.800 do FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO, correspondente a 40% do total a ser entregue pelo referido órgão. Do FUNDO NACIONAL DE ENSINO MÉDIO, dispõe a Secretaria de Viação e Obras Públicas da dotação de Cr$ 126.545.583, correspondente a 40% do total a ser entregue por êste órgão federal.

Para a construção do seu Centro de Saúde, o IPASEA contribuiu com a dotação de Cr$ 56.000.000, para a aquisição de materiais de construção e pagamento de mão de obra especializada, conforme prestação de contas já enviada àquele órgão de previdência social.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas, executou e custeou para a Delegacia Especializada de Trânsito, de acôrdo com entendimentos havidos entre os titulares da SVOP e DESP, o gradeamento de proteção para pedestres em quatro cruzamentos de ruas da cidade.

Cooperou a SVOP na construção da escola do Lago do Pesqueiro, Município de Manacapuru, cedendo a tinta para a pintura do imóvel, construído em madeira pela Prefeitura do referido Município.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, as informações da Seção de Finanças e Contabilidade nos permitiram apresentar êste balanço financeiro das verbas utilizadas até o presente momento.

E — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, antes de encerrar o presente Relatório, é de justiça solicitar que para o Departamento de Obras Públicas poder cumprir o extenso programa de obras a seu cargo, foi necessário contar com a boa vontade e capacidade dos funcionários dos vários órgãos internos desta Secretaria, muitos dos quais trabalhando horas além do expediente normal, a fim de poderem concluir os encargos a si atribuídos.

Também, é de dever ressaltar a atuação dos diretores de divisões e chefes de seções e setores, todos cientes de suas responsabilidades, e sem a ajuda dos quais seria impossível levar avante o longo programa de execução de obras públicas que coube a esta Secretaria de Estado.

JOÃO TEIXEIRA FERNANDES FILHO
Diretor Geral do Departamento de Obras Públicas

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE MANAUS NO ANO DE 1966

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO :

O presente Relatório, transcreve em síntese, as atividades da "Transportamazon", no exercício passado, no qual, apesar das inúmeras dificuldades que ainda perduram, conseguiu a Direção dêste Serviço superar através de rijo trabalho, e adoção de elevado sistema de compressão de despesas, nôvo "deficit" no orçamento da Emprêsa.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

No decorrer do exercício pré-citado, esta Direção empenhou-se principalmente, pelo equilíbrio financeiro, onde era notório o descontrôle inevitável entre a despesa e receita. Com êsse pensamento foi conseguido primeiramente, a possibilidade de chegar ao término do ano de 1966, sem nenhuma dívida, estando devidamente pagos desde aos operários à previdência social, inclusive, fornecedores.

ORGANIZAÇÃO DA OFICINA MECÂNICA

O nosso serviço de manutenção, até então funcionava nas dependências do DER-Am., na rua Duque de Caxias, completamente desorganizado, sem condição alguma, desde a mais elementar a de maior necessidade à vida da Emprêsa, a segurança e a conservação do seu patrimônio.

Por iniciativa do DER-Am., foi êste Serviço deslocado para um terreno no Bairro de Flôres, onde o Departamento de Estradas de Rodagem, construiu um barracão apropriado, no qual a Emprêsa instalou seus serviços de oficina; todavia, perdurando ainda, sérios problemas a serem atacados para o completo êxito do setor.

Mesmo contando com o destacado serviço executado pelo DER-Am., dispendeu a Emprêsa, a quantia aproximada de Cr$ 1.000.000 (Hum milhão de cruzeiros), para instalação de corrente elétrica suficiente à movimentação de seus aparelhos e maquinários.

QUADRO DE PESSOAL DA EMPRÊSA

Possui a Emprêsa em relação a suas rendas, alto quadro de funcionários, muito embora que na sua maioria, haja elementos que empregam suas atividades desde o início da emprêsa, isto é, no ano de 1957.

No pessoal do Escritório, temos os seguintes:

1 — Diretor Geral
1 — Consultor Jurídico
1 — Chefe de Administração
1 — Contador
1 — Chefe de Tráfego

1 — Tesoureiro
3 — Auxiliares de Escrita
1 — Servente
1 — Servente — menor
1 — Vigia — 12 pessoas. No quadro de Tráfego existem dois tipos diferentes:

Motorista:

6 — (Seis) Motoristas

Trocadora:

13 — (Treze) Trocadoras — No quadro de Manutenção discriminamos os seguintes:

1 Chefe de Oficina
1 Mecânico
1 Eletricista
1 Torneiro
1 Borracheiro
1 Almoxarife
3 Ajudantes de Mecânico
1 Lanterneiro
2 Inativos
2 Vigias

CARROS EM TRÁFEGO E LINHAS SERVIDAS

Serve esta Emprêsa, com 5 ônibus de sua frota, em conjunto com outros veículos de propriedade privada, as linhas de "São Jorge", "Flôres", "Chapada" e "Colônia Japonêsa", sendo esta última para servir aos colonos que habitam ao longo da estrada AM-1 até ao limite do quilômetro 41. Dos ônibus aqui referidos, estão em serviço os de número, 27, 32, 39, 31, e 41, enquanto que o de n.º 40 também em condições recuperáveis acha-se em reparos na oficina. Além dêsses veículos, existem os seguintes para serviço de socorro e administrativos:

Uma Camioneta Rural Willys, de chapa 0419-Of — Um Jeep (Toyota) 0456-Of — êste cedido a esta Direção e pertencente à Secretaria de Fazenda. Um "Interlagos" Willys — Chapa 0004-Of — pertencente aos Serviços do Palácio Rio Negro. Depositados à guarda dêste Serviço, existem os seguintes: Um Jeep Willys e uma Ambulância "Volks", de propriedade da "Maternidade Ana Nery", uma Ambulância de igual marca, de proprie-

dade da Secretaria de Saúde, dois carros fúnebres de marcas "Dodge" e "Volkswagen", de responsabilidade do DESP, em condições precárias. Ainda do Palácio Rio Negro, em estado de sucata, encontram-se dois automóveis de marcas "Volkswagen" e "DKW".

ALIENAÇÃO DA SUCATA DE ÔNIBUS

Devidamente processado, em poder do DASPA, encontra-se em tramitação acêrca de 2 anos, o Levantamento da Sucata de ônibus imprestáveis para utilização desta Emprêsa, cuja demora para solução desta medida vem acarretando maiores prejuízos ao erário público, visto que à medida que se passam os anos, mais imprestáveis se tornam os veículos ali depositados.

SERVIÇOS GRATUITOS INFLUEM NO "DEFICIT"

De acôrdo com os Balancetes do ano recém-findo, verificou-se que embora haja existência de saldo credor, não nos anima a uma perspectiva de fácil trabalho, desde que perdurem ainda êste ano, as facilidades e beneplácitos conferidos a vários órgãos na utilização de serviços gratuitos onerando de maneira alarmante os rendimentos da "Transportamazon".

Podendo indicar-se com exatidão, não arrecadadas em decorrência de serviços gratuitos, incluindo nestes a condução de estudantes do "Solon de Lucena", na ordem de 1.200 alunos diários, ao preço de Cr$ 30,00, cuja redução de receita atingiu a percentagem exata de 70%.

Serviu a Emprêsa, no mesmo período, aos funcionários do mesmo Colégio, sem pagamento de passagem de qualquer espécie; conduziu da mesma forma, cêrca de 30 professôres primários, diàriamente, que lecionavam ao longo da Estrada Am-1, inclusive, dos bairros de Flôres e Chapada, variando nesse percurso, passagens à base de Cr$ 150,00 a Cr$ 600,00.

Ainda na mesma ordem, manteve contrato com o Serviço Social do Palácio Rio Negro, na condução diária de alunos semi-internos do Abrigo Rural Melo Mattos, com duas viagens diárias, nas distribuições das crianças nos bairros mais distantes, dentro de duas horas por serviço, recebendo uma retribuição de apenas Cr$ .... 300.000 por mês, parcela que sòmente atende ao consumo do combustível.

No mês de julho a agôsto de 1966, efetuamos com o DEPRO, condução de participantes do Programa "Manaus, Capital das Férias", para condução de turismo aos mais diversos locais de Manaus, cujo serviço rendeu a quantia de Cr$ 7.225.000 à base de 50% do valor horário para serviço dessa natureza.

RECEITA E DESPESAS NO EXERCÍCIO FINDO

Na parte da receita, obteve a "Transportamazon", o seguinte: Cr$ 125.911.740, constituída por renda dos ônibus; Cr$ 161.800 recebidos por receita de capital; e finalmente Cr$ 185.718 pela rubrica de indenização e reposições, totalizando a quantia de Cr$ 126.259.258,00; quanto a Despesa, segundo a demonstração contábil, temos os seguintes resultados:

	Cr$
Pagamento do Pessoal	61.548.214,00
Serviços de Terceiros	19.382.510,00
Material de Consumo	41.651.803,00
Assistência Social	1.618.188,00

Havendo no cômputo geral, entre a Receita e Despesas, o saldo da ordem de Cr$ 668.694,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É oportuno lembrar a V. Excia., ser de alta importância para o corrente exercício, o emprêgo de normas que abaixo vão enumeradas, com o escopo de evitar prejuízos para o futuro da Emprêsa:

a) Recuperação de ônibus
b) Supressão de serviços especiais gratuitos
c) Evitar os abatimentos de passagens
d) Vincular os Coletivos particulares na linha de "São Jorge", mediante taxa de cobrança
e) Pleitear recursos financeiros ao desenvolvimento e recuperação dos carros.

Assim espero não haver omitido nenhum detalhe que se faz necessário a esclarecer e a dinamizar o progresso da Companhia, para que possa, de fato, assumir a finalidade para que foi criada no servimento do povo.

CLEARCO ANTONY
Dir. Geral

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA OLARIA DO ESTADO NO ANO DE 1966, DESTACANDO O PERÍODO DE 22 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1966

SENHOR SECRETÁRIO:

Em cumprimento ao Regulamento da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que pela Lei n.º 238, de 17 de outubro de 1965, subordinou a Olaria do Estado a êsse setor, apresento a Vossa Excelência, o Relatório das Atividades dessa Emprêsa no ano de 1966, destacando o período de 22 de setembro a 31 de dezembro.

Os meses de janeiro a setembro, decorreram com uma produção pouco deficiente, porém, quando licenciado o Diretor Geral, a Olaria passou a ser regida por Diretor em exercício, supervisionada pelo então Secretário dessa SVOP, o Exmo. Sr. Dr. MÁRIO ELYSIO MOTTA PEREIRA, que não mediu esforços em colaborar para o êxito que chegamos, conforme discriminação abaixo:

I — RECUPERAÇÕES

A máquina Tijoleira (agregado à vácuo), estava funcionando precàriamente, por motivo do estado de desgastes de várias peças. Providenciamos um levantamento, fizemos uma equisição no valor de Cr$ 4.700.000, à firma "TEMIL", no Estado da Guanabara, incluindo mais um acréscimo com: seguro, frete e despachante no valor de Cr$ 1.876.852, motivado pelos desgastes, o eixo comando dessa máquina partiu, sofrendo uma paralização de apenas dois (2) dias. Providenciamos a recuperação dessa peça, bomba vácuo que estava em precárias condições foi recuperada e está agora funcionando satisfatòriamente.

II — CAMINHÕES

Nenhum dos veículos desta Olaria estavam em funcionamento. Fizemos uma recuperação no caminhão "Ford" n.º 4, e no Jeep "Toyota", e essas recuperações deverão continuar em todos os bens móveis, e ainda fazer que haja aquisição de novos, em vista de todos os existentes estarem em precaríssimo estado.

III — MOTOR E MÁQUINA TIJOLEIRA (PEQUENA)

A máquina pequena de fabricação de tijolos estava paralizada há mais de 3 anos. Foram adquiridos outros rolamentos dos eixos e mancais; também, foi recuperado o motor industrial que aciona a tijoleira, os quais estão funcionando perfeitamente.

IV — BOMBA D'ÁGUA

Na bomba d'água foram trocados os rolamentos e eixos, ainda foi recuperado o motor gerador e tubulação da mesma, achando-se em perfeito estado de funcionamento.

V — GALPÕES

Foi construído 15 x 10 metros de cobertura ligando a secadeira ao forno n.º 1.

VI — ESTEIRAS ROLANTES

Para melhor preservação e acabamento de tijolos, construimos uma esteira rolante com 60 metros de comprimento. Outra foi adquirida de fábrica, da firma "TEMIL", ambas estão em véspera de funcionamento.

VII — EMBARCAÇÕES

Foram recuperados totalmente batelão e o casco do motor de propriedade desta Emprêsa; o batelão já está transportando barro para louças e tubos.

VIII — FÔRNOS

Os quatro fôrnos existentes e que estavam em deterioração quase completa, foram recuperados totalmente.

IX — CARRINHOS

Fizemos recuperação de todos os carrinhos transportadores de tijolos.

X — INSTALAÇÃO ELÉTRICA

Foi totalmente recuperada a instalação elétrica dos pavilhões.

XI — CONSTRUÇÃO DE FÔRNOS

Foram construídos dois (2) fôrnos novos, com capacidade para 26 mil tijolos, contando agora com 6 fôrnos prontos e mais um (1) em construção.

XII — MÁQUINA DE TUBOS DE MANILHAS

Foi recuperada a máquina de fabricar canos de barro, estando atualmente fabricando o necessário para suprir os pedidos da SVOP e de outras repartições.

XIII — RECEITA E DESPESA

Aos 22 dias do mês de setembro o Diretor Geral, em exercício, recebendo a contabilidade constatou pelos balancetes mensais, que a Receita alcançava a cifra de 8 a 9 milhões de cruzeiros, quanto à Despesa estava equilibrada, sòmente dentro dessas importâncias não cobriam as dívidas que cada vez mais aumentavam. As contas a pagar, feitas antes de setembro, atingem um montante de Cr$ 20.376.756, mais ainda 50.000 tijolos requesitados por particulares e pagos, entretanto ainda não foi feita a devida entrega aos compradores, por motivo da nova estrutura que está passando esta Emprêsa.

Mesmo assim, algumas dessas contas pendentes já foram pagas.

Atualmente a Olaria do Estado está produzindo 300 mil tijolos mensais, como poderá V. Exa. constatar da Receita e Despesa dessa Emprêsa, conforme balancetes mensais.

Manaus, 12 de fevereiro de 1967.

ALMIR AUGUSTO SAMPAIO DE FARIAS
Diretor Geral

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

— DO AMAZONAS —

RELATÓRIO E PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

NOS EXERCÍCIOS DE 1966 E 1967

Na plena objetivação dos ditames estatuídos no PLANO BIENAL DE GOVÊRNO, a política rodoviária, no ano recém-findo, traduziu-se no imperativo inadiável de uma integração com o Sul do País, levando por conseguinte o Departamento de Estradas de Rodagem a reformular fundamentalmente o antigo Plano Rodoviário Estadual, o qual já não atendia em absoluto às novas perspectivas que se delineavam em prol do desenvolvimento amazônico.

Assim, o ano de 1966, constituiu-se em um autêntico marco para o rodoviarismo estadual, principalmente através da nova orientação programática que, reunindo os chamados dois grandes troncos básicos, ou seja: MANAUS-PÔRTO VELHO e MANAUS-CARACARAÍ, possibilita a implantação de seis mil quilômetros de estradas no território amazonense, além de atender a um dos mais fundamentais reclamos de nossa gente, mercê das imensuráveis possibilidades de redenção econômica que se abrem e tornam plausíveis para todo o Estado.

Identificado com essa nova conscientização de progresso, partiu o DER-Am. para a consecução das metas planejadas, procurando bàsicamente concentrar seus recursos em pontos definidos, fugindo à dispersão e ao esvaziamento de verbas, com o que pôde ao final configurar um significativo panorama de realizações, assim traçado:

1. Implantação básica em greide definitivo entregues ao tráfego:

RODOVIAS

Am-1	Manaus-Itacoatiara	15	kms
Am-3	Manacapuru-Cacau Pirêra.	56,6	”
Am-4	Humaitá-Lábrea	38	”
Am-480	Humaitá-Pôrto Velho	27	”

ACESSOS

à Bela Vista	20	"
à Usina	5	"
TOTAL:	161,60kms	

2. Implantação pioneira em primeira abertura:

RODOVIAS

Am-4	Humaitá-Lábrea..	144	kms
Am-480	Humaitá-Pôrto Velho	166,28	"

ACESSO

à Usina	15	"
TOTAL	325,28kms	

No concernente à pavimentação, foram executados 40 Kms. de base estabilizada com imprimadura impermeabilizante, e iniciados os trabalhos de recuperação de base e recapeamento do trecho compreendido entre o bairro de São Jorge e Ponta Negra.

Dentro da programação proposta foi, também, construída uma ponte provisória sôbre o Rio Prêto e iniciados os trabalhos da definitiva, em concreto, assim como, concluíram-se os trabalhos de construção de duas outras sôbre os igarapés do Tucunaré e Tucunarèzinho, tôdas na rodovia "TORQUATO TAPAJÓS".

Visando adequar-se perfeitamente à envergadura dos serviços que se propunha realizar, e, ao mesmo tempo, propiciar a ambiência física necessária a tal mobilização, teve o DER-Am., de efetivar profundas realizações no setor das construções civis, dentre as quais merece ser destacado:

1. CONSTRUÇÃO DA 1.ª RESIDÊNCIA — Setor de Flôres, da Divisão de Conservação.

2. OBRAS CIVIS DO TERMINAL DE ASFALTO, abrangendo:

2.1 Escritório;
2.2 Laboratório;
2.3 Casa de Fôrça;
2.4 Casa de Máquina.

3. OBRAS DO ACAMPAMENTO DE HUMAITÁ.

4. RECUPERAÇÃO DA USINA DE ASFALTO, compreendendo:
4.1 Escritório;
4.2 Laboratório;
4.3 Depósitos;
4.4 Almoxarifado;
4.5 Casa de Fôrça.

5. CONSTRUÇÃO DA SEDE DA DIVISÃO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS, no Bairro de Flôres, reunindo vários laboratórios devidamente equipados.

Do mesmo modo, merece ressaltado, o notável aumento proporcionado ao patrimônio da autarquia, obtido na sua maior parte mediante a renovação quase total de seu equipamento pesado e de viaturas, cujo índice linear relativo ao ano básico de 1964 foi de 6,16 vêzes, representativo de um total em dinheiro na casa dos Cr$ 7.666.870,00 ou seja (Cr$ 7.666.870.000 antigos).

Finalmente, vale ser dito, que o panorama delineado contou, como não poderia deixar de ser, com a sustentação de adequada infra-estrutura no setor das atividades meio, a qual burilada através de medidas administrativas coerentes e disciplinadoras, consubstanciadas em regulamentação conveniente, treinamento e aperfeiçoamento intensivos de pessoal, bem como, parcial mecanização dos serviços burocráticos, obteve o milagre dos mais verdadeiros, de uma remodelação plena da imagem padrão do DER-Am. no seio da opinião pública amazonense, desmentindo veementemente as perniciosas concepções de inoperância e marginalização que dêle se faziam.

II — PARA O EXERCÍCIO DE 1967

Para o exercício de 1967, a administração anterior do DER-Am., elaborou a seguinte programação de obras aprovada na ocasião pelo Govêrno Estadual:

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

a) Conclusão da rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara (TORQUATO TAPAJÓS), com a execução de obras complementares de levantamento do greide e conformação da plataforma, numa extensão de 21 km.;

b) Conclusão da rodovia AM-070 — Manacapuru-Cacau Pirêra (MANUEL URBANO), com as obras já agora em fase de medição final;

c) Construção de mais 139 km. da rodovia AM-230 — Humaitá-Lábrea;

d) Construção de mais 150 km. da rodovia AM-480 — Humaitá-Pôrto Velho;

e) Reinício da construção da AM-449 — Ligação Puraquequara à rodovia Torquato Tapajós, com a realização de 8 quilômetros;

f) Início das obras da rodovia AM-060 — Manaus Humaitá, com a construção dos 25 km. iniciais;

g) Lançamento dos primeiros quilômetros de uma estrada ligando Manicoré, no Madeira, ao Alto Aripuanã, através de Prainha.

PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS

a) Obras da rodovia AM-010 "TORQUATO TAPAJÓS", constante da restauração do revestimento asfáltico dos 17 quilômetros iniciais; tratamento superficial simples de 20 km., no trecho compreendido entre os quilômetros 105 e 135, e, ainda, o revestimento em areia-betume de 60 kms. no trecho compreendido entre os quilômetros 65 e 125;

b) Pavimentação em areia-betume de um trecho de 10 kms. da rodovia AM-013 "ARAÚJO LIMA".

OBRAS DE ARTES ESPECIAIS

Conclusão da construção de uma ponte de 50m. de extensão, em concreto, sôbre o Rio Preto, na rodovia AM-010 "TORQUATO TAPAJÓS".

ESTUDOS E PROJETOS

Estão previstos estudos nas rodovias: Manaus-Humaitá, Manicoré-Nôvo Aripuanã e Curary-Mamery, num total de 800 kms.

CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS

A programação prevê a manutenção em tráfego normal, da rêde existente, para cuja desincumbência é exigida considerável soma de recursos, seja pelo crescimento acelerado dos quilômetros postos à disposição dos usuários, seja pelas desfavoráveis condições peculiares à região.

Por outro lado, dentro da temática de conservação e melhoramentos, é de ser acentuada a imperiosa necessidade de solucionamento do problema que representa o estrangulamento de acesso ao Aeroporto Internacional de Ponta Pelada, causado pela interrupção do trânsito na ponte "Benjamin Constant". Assim sendo, foram dotados recursos para possibilitar a restauração da mencionada ponte ou permitir que alí se processem outros tipos de obra, que possam normalizar aquela artéria de fundamental importância para a vida de Manaus.

Reconhecemos, todavia, as inumeráveis dificuldades para a execução de um programa de tal magnitude, muito principalmente em face das modificações legais que se operam no tocante à distribuição e escalonamento das quotas rodoviárias. Por fôrça do Decreto-Lei n.º 51, de 27 de novembro de 1966, as quotas destinadas exclusivamente à implantação dos rodoviários nacional, estaduais e municipais, sofreram um corte da ordem de 12,8%, visto que, muito embora a participação da Rêde Ferroviária Federal tenha baixado de 11,0% para 9,4%, houve, não obstante, o ingresso da Petróleo Brasileiro S/A. na qualidade de beneficiária de 14,4% do Impôsto Único, percentuais êsses abatidos do montante do Fundo Rodoviário Nacional.

Ademais, a nova Constituição Federal alterou radicalmente a sistemática de distribuição do F.R.N., entre os sistemas federal e estadual, com profundos prejuízos à participação dos Estados, que de 48% foi reduzida para 32%.

A ação simultânea dessa modificação acarretou para cada Estado uma redução total de 43,373% em relação à sistemática anterior. Todavia, a recente alteração na taxa cambial de cêrca de 22,53% e a regulamentação, pelo Decreto-Lei n.º 208, de 27 de fevereiro último, que alterou a participação relativa, dos Estados no Fundo Rodoviário Nacional, vieram atenuar a redução total supra citada.

	Exercício de 1966:		
1.1	Orçamento aprovado, inclusive créditos especiais		28.736.636.000
2.1	Recursos recebidos		14.961.516.748
2.2	Saldo do exercício de 1965		4.192.248.429
3.1	Despesa empenhada	20.890.777.255	
3.2	Compromissos de 1966, a liquidar em 1967	2.883.491.920	
4.0	Deficit financeiro de 1966		4.620.503.998
		23.774.269.175	23.774.269.175
	Exercício de 1967:		
1.1	Orçamento aprovado		29.698.794.000
	MENOS:		
1.2	Inversões financeiras compulsórias (RFFSA)		2.717.646.000
1.3	Previsão Orçamentária Disponível		26.981.148.000
2.1	Recursos previstos do F.R.N. em conformidade com a Legislação atual e crescimento vegetativo de 10%		16.700.000.000
2.2	Recursos previstos do Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias, incidente sôbre derivados de petróleo		530.000.000
2.3	Saldo da 4.ª quota de 1966		1.350.000.000
2.4	Retenção por determinação do C.R.N		1.016.236.052
3.1	Restos a pagar de 1966	4.620.503.998	
4.1	Disponibilidade financeira para o presente exercício	14.975.732.054	
		19.596.236.052	19.596.236.052

IV — CONCLUSÕES

A simples confrontação, no exercício de 1967, entre o item 1.3 — **Previsão Orçamentária Disponível** — Cr$ 26.981.148.000 e o item 4.1 — **Disponibilidade Financeira.** — Cr$ 14.975.732.054, nos levará a uma reformulação integral do Programa de Obras para o exercício de 1967.

Dêste modo, o DER-Am., dará ênfase no ano de 1967, à realização de estudos de planejamento, de técnica de construção adequada às condições geológicas, climatéricas e de fluxo de tráfego, assim como, de viabilidade econômica para estabelecimento do Plano Quadrienal de Estradas, determinado pela Legislação em vigor, enquadrando-o num Plano Decenal ou Ducdecenal que vise não só o aumento da velocidade de desenvolvimento do Estado, como a integração efetiva à nossa economia, das regiões periféricas.

Para tal fim, iremos nos lançar no mercado nacional e internacional de firmas especializadas, que tenham tradições nas organizações financeiras que nos possam financiar parcial ou totalmente o Plano Estadual de Estradas de Rodagem.

E, finalmente, procuraremos também imprimir a mesma orientação — guardadas as devidas proporções e as circunstâncias peculiaríssimas — ao setor rodoviário dos municípios amazonenses.

Cel. MAURO BOLIVAR DE MOURA CARIJÓ
Diretor Geral do DER-Am.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGÔTOS
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO DAE NO EXERCÍCIO DE 1966

O DEPARTAMENTO DE AGUAS E ESGÔTOS teve no ano de 1966 a sua primeira experiência como Autarquia.

Dotado de autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito público, e não contando com recursos estaduais para suas "Despesas Correntes" é evidente que a sua maior preocupação foi, durante todo o exercício de 1966, equilibrar receita e despesa, Como

fruto dêste esfôrço podemos citar o aumento de arrecadação de Cr$ 271.695.985 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco cruzeiros) em 1965 para Cr$ 607.675.900 (seiscentos e sete milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos cruzeiros) em 1966.

Ao encerrar-se o exercício acertou o DAE com o Departamento de Processamento de Dados do Estado do Pará, autarquia do vizinho Estado, a emissão de guias de recolhimento pelo sistema mecanizado, o que irá facilitar bastante a execução da cobrança aos nossos usuários.

A ênfase dada ao problema financeiro não significa que os demais problemas foram relegados ao esquecimento.

No que concerne à parte administrativa o DAE manteve uma árdua luta, no sentido de ter cada vez mais o sentido de atividade industrial.

A modificação da mentalidade funcional não foi fácil, a implantação do regime de oito horas diárias de trabalho, o conceito de que de arrecadação e de funcionamento dos serviços depende a receita e em última análise o salário de cada um, a idéia que muitos tinham de que eram indispensáveis, não tirando jamais férias para caracterizar esta situação, as restrições quanto às férias serviam para aumentar ainda mais a multidão de servidores a quem o DAE devia férias acumuladas, havendo enorme quantidade dêles com até seis períodos a gozar.

No que diz respeito à situação atual do abastecimento de água, a Cidade de Manaus não apresenta condições muito bôas.

A captação é feita no Rio Negro, em estação construída há 60 anos, e que além de obsoleta já é mais do que insuficiente. Acresce-se ainda a isto o fato de a referida captação só funcionar com regularidade enquanto as águas do Rio Negro não descem abaixo da cota de 15,00m ou 16,00m; a Cidade sofre então colápso parcial ou total, no abastecimento de água, conforme seja a sêca branda ou acentuada, passando nesta crise os meses chamados de verão. Sòmente quando as águas retornam ao nível que permite a operação normal do sistema, volta o abastecimento a ser feito com relativa regularidade, mas sempre com absoluta insuficiência.

As bombas atualmente em funcionamento são bombas centrífugas e acopladas a motores elétricos, e foram instaladas há vários anos, mas devido a manutenção preventiva porque passaram durante o ano de 1966 encontram-se em perfeitas condições.

As adutoras que abastecem a cidade são duas linhas paralelas de 500mm, em ferro fundido. Foram construídas há 60 anos e sua capacidade de adução é também bem menor do que as necessidades mínimas da cidade. Sofreram em 1966 manutenção preventiva, não se registrando pela 1ª vez nenhum acidente com as mesmas.

Existem na cidade apenas dois reservatórios, que apesar de em 1966 terem sofrido manutenção, estão ambos necessitando de recuperação, sendo também insuficientes para atender às necessidades.

Quanto à rêde construida quase toda sem observância de normas, pode ser considerada como irrecuperável. A grande maioria dela é em tubos de ferro galvanizado, desde o início sub-dimensionados e hoje após a incrustação de oxidação quase que inutilizados.

O tratamento não existe, sendo fornecida água "in natura".

Em síntese diremos que a totalidade do sistema de abastecimento de água de Manaus é obsoleta, insuficiente e se encontra em más condições, apesar dos esforços para mantê-lo em operação.

Durante o ano de 1966 foram assentes 8.110 (oito mil cento e dez) metros de novas linhas de abastecimento, variando de 150 a 50mm da diâmetros, tendo sido inclusivé atendidos com abastecimento de água os dois novos bairros construídos pela atual administração, as casas populares da Raiz e o conjunto da COHAB de Flôres.

Foram recuperados um a um quatro motores do Bombeamento; foram adquiridas peças de proteção, ventosas para as adutoras e a totalidade das linhas foi revista.

Durante a execução de 1966 o DAE elaborou um plano de ataque ao problema, e após acurado estudo determinou a execução de projeto global para o abastecimento de água, projeto êste já em nosso poder.

Foi assinado um contrato, para execução em regime de administração contratada, das obras de fundações e infra-estrutura da tomada d'água, e com o material ora

existente resta apenas complementar as necessidades de mão de obra, para que o DAE conte êste ano com a nova tomada d'água.

Procurou, também, o DAE, recursos externos, tendo mantido diversos contatos com o Grupo Executivo para o Fundo Nacional para o Abastecimento de Água e como êste Grupo exigisse projeto de viabilidade econômica realizado por firma especializada, foram contratados os serviços de especialistas no assunto, devendo estar prestes a ser entregue a primeira parte do contratado.

De posse da totalidade dos detalhes foi iniciada a compra dos materiais de construção, tendo sido investidos cêrca de Cr$ 750.000.000 (setecentos e cincoenta milhões de cruzeiros) entre equipamentos (bombas) e materiais para a obra.

As obras da tomada d'água após diversas contramarchas foram iniciadas, estando hoje adquiridas a totalidade das bombas para o baixo recalque, com um valor aproximado de Cr$ 250.000.000 (duzentos e cincoenta milhões de cruzeiros).

Com êste relatório cremos ter dado uma idéia sucinta do que foi realizado em 1966 e qual a situação atual do Departamento de Águas e Esgôtos do Estado do Amazonas.

Engº VILLAR FIUZA DA CÂMARA
Diretor do DAE, em exercício

CENTRAIS ELÉTRICAS DO AMAZONAS S.A.

—— CELETRAMAZON ——

SENHOR GOVERNADOR:

Em cumprimento à ordem de Vossa Excelência, damos os informes que julgamos necessários à composição da Mensagem Governamental, que deverá ser apresentada ao Poder Legislativo, por ocasião da instalação de mais uma legislatura em nosso Estado.

2. Como integrante do Plano Governamental no desenvolvimento da área, a CELETRAMAZON cumprirá o Plano Bienal de Eletrificação elaborado para 1967/

68, dando prioridade a determinados municípios considerados "de importância da soberania nacional", conforme se demonstrará em itens posteriores.

3. A Emprêsa com a instalação das usinas de Parintins, Itacoatiara e Manacapuru, embora deficitária, inicialmente, participou da instalação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das indústrias locais, assim como, proporcionou meios para a criação de novos investimentos de interêsse do Estado, dando ensejo a absorção da mão de obra ociosa naquelas regiões. Com tais investimentos a própria condição social do homem interiorano, passou a contar com elementos indispensáveis a sua vida de ser humano. Prevendo u'a maior demanda de energia, a Emprêsa está instalando em fase de conclusão nas usinas de Parintins e Itacoatiara, respectivamente, os seguintes grupos: 1 grupo de fabricação japonêsa, marca "NIIGATA", de 500 KVA, 600 HP e 450 RPM e um grupo de fabricação nacional, "INDÚSTRIAS VILLARES", de 1.000 HP, 825 KVA e 600 RPM. Com tais complementos os municípios de Parintins e Itacoatiara, ficarão com uma capacidade instalada de 1.500 KVA e 2.475 KVA, respectivamente. Dentro dos estudos elaborados, a capacidade instalada naquelas Centrais, atenderão à demanda de aproximadamente 10 anos.

4. Dentro de nossa previsão de trabalho, dever-se-á inaugurar até o fim de março em curso a Central Elétrica de Barreirinha, constituída de dois (2) grupos Diesel de 37 HP, cada.

5. Ainda em decorrência do cumprimento do cronograma de trabalho para o ano em curso, estamos atuando nos municípios abaixo discriminados:

MAUÉS — Os estudos preliminares já foram efetuados, tendo a CELETRAMAZON iniciado a construção civil, para a instalação de uma usina térmica a vapor, com máquinas alternativas e caldeiras alimentadas à lenha, com capacidade de 375 KVA, cujo término está previsto para setembro vindouro, devendo suas instalações custarem à emprêsa NCr$ 376.000,00.

COARI — Entramos em contacto com a Prefeitura Municipal de Itacoatiara no sentido de adquirir dois motores "MAC" de fabricação germânica, pràticamente novos, com apenas 2.000 horas de funcionamento, (mais ou menos), com capacidade de 150 KVA, cada, que serão

instalados, após a revisão necessária, juntamente com duas unidades da "General Motors", adquiridos nos Estados Unidos da América do Norte, capacidade unitária de, também, 150 KVA totalizando uma instalação total de 600 KVA. O valor do investimento será da ordem de NCr$ 466.000,00, cujo término está previsto para dezembro vindouro.

TEFÉ — Os trabalhos civis na Central de Tefé já foram iniciados, havendo o material seguido para aquela localidade, no intuito de que não haja prejuizo na construção da usina. Serão instaladas máquinas térmicas a vapor, marca "MERNAK", cuja capacidade atenderá a demanda pelo prazo de 10 anos, aproximadamente. O seu valor está previsto em NCr$ 379.000,00, cuja inauguração deverá ocorrer em setembro vindouro.

HUMAITÁ — Os estudos de levantamento topográfico, já foram elaborados para a concretização da planta do edifício que irá comportar as máquinas diesel, fabricação americana da General Motors. O seu custo está previsto em NCr$ 279.000,00, e a sua conclusão em dezembro vindouro.

BENJAMIN CONSTANT — O início das obras de nossa usina em Benjamin Constant, estava previsto para dezembro vindouro; entrementes, em se tratando de município fronteiriço, é de interêsse nacional que a construção da mesma seja antecipada para o mês em curso, obedecendo um critério de prioridade estadual, dentro do princípio ordenado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado. O prazo para o término da usina está previsto em 10 meses e o seu custo em NCr$ 461.000,00. As máquinas a serem instaladas serão locomóveis, marca MERNAK.

6. Existem outros municípios que a emprêsa pretende atuar no ano de 1967, dependendo naturalmente, de seus recursos financeiros. Na possibilidade de concretizarmos nosso Plano, deverão ser beneficiados ainda no ano em curso, as seguintes comunidades: Lábrea, Manicoré, Codajás e Eirunepé.

7. Os recursos da emprêsa em 18.2.67 eram os seguintes:

	NCr$
Banco do Estado do Amazonas S. A. ..	1.092.721,86
Banco de Produção e Fomento do Estado do Acre S. A.	109.496,92
Banco Comercial do Pará S. A.	15.000,00
Banco do Estado do Amazonas S. A. — c/especial de arrecadação.	66.107,20
Banco do Estado do Amazonas S. A. — c/Dep. de Podêres Públicos	801.103,50
TOTAL	2.084.429,48

8. Dêsses recursos estão comprometidos para o ano em curso, face o levantamento efetuado, as seguintes quantias:

	NCr$
Inversões Financeiras	810.100,00
Despesa de Exploração	95.620,00
Despesas de Custeio	670.060,00
TOTAL	1.575.780,00

Nos encargos acima discriminados, estão incluídas a aquisição de 15 máquinas térmicas a vapor, marca "MERNAK", adquiridas em dezembro p. passado, cuja verba específica está depositada em conta de Depósitos de Podêres Públicos, junto ao Banco do Estado do Amazonas S. A.

Deverão ser acrescidos ao montante acima discriminados, cêrca de NCr$ 800.000, de materiais existentes, nas localidades onde iremos instalar as usinas já demonstradas, bem como em nosso Almoxarifado. A impossibilidade de precisarmos o importe determinado, prende-se ao fato da inexistência na emprêsa do contrôle de materiais. Estamos providenciando um levantamento de nossos estoques, a fim de que possamos prestar informações mais precisas.

9. Está programado para o ano em curso, o recebimento das seguintes verbas, que possibilitarão a concretização dos nossos planos:

	NCr$
Ministério das Minas e Energia ..	400.000,00
Impôsto Único (Fundo Federal de Eletrificação)	1.000.000,00 m/m
Fundo de Eletrificação (Dotação Estadual)	1.000.000,00

10. Como se verifica, o campo de aplicação dos recursos por parte da CELETRAMAZON, é vasto, prevendo-se que, teremos até o fim do ano em curso, cêrca de 600 KVA instalados na região amazonense, que possibilitará o incremento industrial.

11. Como se vê pela exposição nos itens imediatamente anteriores, o cumprimento de nosso esquema de trabalho, só poderá ser concretizado, concomitantemente, com o recebimento dos recursos previstos no ano em curso. Entrementes, é desejo não só da sua Administração, como de todos os serventuários, a eliminação de tôdas as despesas consideradas supérfluas ou mesmo aquelas que possam ser proteladas para o futuro próximo, no intuito de que, os nossos serviços não sofram solução de continuidade.

12. Dirigir-se-á a emprêsa, como entidade de direito privado, como realmente ela é. Daremos importância capital ao seu custo operacional. Êsse é nosso pensamento, ao lado do qual, está todo o funcionalismo da emprêsa, consciente de suas obrigações, na certeza de colaborar com o govêrno do Sr. DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA, com o objetivo único de dinamizar o crescimento do desenvolvimento na área.

Aceite Vossa Excelência nossas expressões de estima e particular aprêço.

Dr. JOSÉ LOPES DA SILVA
Diretor Presidente

COMPANHIA AMAZONENSE DE TELECOMUNICAÇÕES — CAMTEL

SENHOR GOVERNADOR:

Servimo-nos do presente para apresentar a Vossa Excelência, em linhas gerais, atendendo à solicitação verbal do senhor Secretário de Imprensa e Divulgação, as atividades realizadas pela CAMTEL em 1966 e seu programa para 1967, como segue:

I — SERVIÇO URBANO DE MANAUS

Obras civis: O contrato para a construção das obras civis da Central Automática de Manaus, foi assinado com a firma Planenge — Planejamentos e Engenharia Ltda., no dia 20 de janeiro de 1966. A referida firma pelo não cumprimento do contrato e, também, por ter requerido concordata, teve o mesmo rescindido pela CAMTEL, em data de 29 de outubro de 1966.

A partir de 3 de dezembro de 1966, a CAMTEL, para dar continuidade às obras, contratou a firma COINTER LIMITADA, desta cidade, que, no momento, subordinada a um contrato de administração, executa os trabalhos de conclusão da obra, o que se dará, aproximadamente, em junho do ano em curso.

Central Telefônica: A Standard Electric S/A, firma encarregada do fornecimento e montagem do equipamento da Central Telefônica, com capacidade para 6.240 terminais, já realizou, até a presente data, aproximadamente, 80% de seus serviços, estando prevista a entrega do equipamento, em funcionamento, no próximo mês de junho. O equipamento já está sendo testado, internamente, por equipe técnica da referida firma.

Rêde externa de cabos: A firma Lacaze & Pizão, encarregada da construção da rêde externa de cabos, que possui capacidade para 10.200 linhas, já executou tôda a rêde de dutos subterrâneos e caixas de visitas, e está com, aproximadamente, 50% da rêde aérea de cabos estendidos e espinados. A entrega da rêde está prevista para junho, em conjunto com a do equipamento, dependendo, porém, da entrega dos cabos subterrâneos, encomendados à firma PIRELLI S/A — Companhia Industrial Brasileira, que, como é do conhecimento de Vossa

Excelência, sòmente no dia 13 do mês de fevereiro pretérito, recebeu o pagamento do valor da entrada inicial da última encomenda, em razão da situação financeira da CAMTEL, até àquela data, não permitir saldar o respectivo compromisso.

Ar condicionado: Totalmente terminada a montagem dos dutos e difusores. Parte do equipamento de condicionadores já está em viagem para Manaus e o restante prestes a ser embarcado no Sul do País. A tôrre de arrefecimento está em construção. O sistema deverá estar em perfeito funcionamento no ato de inauguração do serviço urbano de Manaus.

II — SERVIÇO INTERURBANO

Obras civis: As obras civis executadas nas cidades de ITACOATIARA, PARINTINS, MANACAPURU e COARI, destinadas a abrigar os equipamentos interurbanos, já estão concluídas, exigindo apenas pequenos retoques em razão do trabalho de instalação dos referidos equipamentos. Das obras complementares, apenas o muramento dos terrenos de Manacapuru e Coari falta ser executado, além da casa do gerador de Coari.

Equipamento interurbano: Totalmente instalado em tôdas as cidades que serão servidas nessa primeira etapa de trabalho da CAMTEL, ou sejam, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari, e já em fase de testes. O centro do sistema, instalado em Manaus, também está totalmente montado e em período de experiência, como os das demais cidades.

Tôrres e Antenas: Totalmente construídas as tôrres e montadas as antenas, nas cidades de Manaus, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari.

Convém esclarecer a Vossa Excelência que a firma encarregada da montagem das antenas, a INBELSA — Indústria Brasileira de Eletricidade S.A., também fornecedora de todo o equipamento interurbano, está realizando estudos no sentido de montar mais uma tôrre de antenas em Manaus, em Itacoatiara, a fim de que possa oferecer um rendimento máximo para o serviço interurbano.

III — INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS

Serviço Urbano de Manaus: Dependendo da entrega, pela PIRELLI S. A., dos cabos subterrâneos, o serviço de Manaus deverá entrar em testes de operação a partir do mês de junho do ano em curso.

Serviço Interurbano: Estima-se até o fim do corrente mês o início de operação total do sistema, em fase experimental, dependendo, para funcionamento público, da necessária licença do Conselho Nacional de Telecomunicações, após a vistoria das instalações pelo órgão competente do citado Conselho, a qual já foi solicitada, pela CAMTEL, a Vossa Excelência, através a C. N.º 24/67, de 3 de fevereiro último.

IV — EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

A CAMTEL, de acôrdo com o Plano Estadual de Telecomunicações, aprovado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, poderá expandir seus serviços no ano de 1967, fazendo instalar centros radiotelefônicos nas cidades de MAUÉS, BENJAMIN CONSTANT, BÔCA DO ACRE, MANICORÉ e BORBA, expansão essa que está na dependência do comportamento das quotas do Estado do Amazonas no Fundo Rodoviário Nacional que, de acôrdo com o convênio assinado pelo Govêrno do Estado, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, e a CAMTEL, num percentual de 10% (dez por cento), deverá ser aplicado em serviços de telecomunicações no Estado, a cargo desta Companhia.

Esperando termos oferecido, embora resumidamente, um relatório das atividades e programa da CAMTEL, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossa Excelência a nossa expressão de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

CARLOS ISRAEL RAMOS LINS
Diretor-Presidente

JÚLIO JOSÉ DA SILVA
Diretor-Administrativo

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS
— COHAB-Am. —

RELATÓRIO DO PRIMEIRO PERÍODO DE ATIVIDADES

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS — COHAB-Am., graças ao esfôrço, dedicação e empenho do seu titular na época, Arquiteto CÉSAR OITICICA, de seus Diretores e Auxiliares, conseguiu realizar o que passamos a expor:

A COHAB-Am., criada pela Lei Estadual n.º 226, de 27.06.65, foi constituída a 21 de setembro de 1965, começou a operar a 26 de outubro do mesmo ano, e pode-se colocar entre as suas principais realizações o seguinte:

1 — Levantamento topográfico altimétrico e planimétrico da área onde está construído o Conjunto Residencial de Flôres, em agôsto de 1965 — (área de 11 ha).

2 — Conseguiu a aprovação dos Projetos para a 1ª Concorrência, (56 casas) junto ao Banco Nacional da Habitação — BNH, outubro de 1965.

3 — Abertura da Concorrência Administrativa, para construção de 56 casas populares, do Conjunto de Flôres, 22.12.66.

4 — Início do serviço de desmatamento, destocamento e terraplenagem, do terreno do citado Conjunto, a cargo da firma Irmãos Prata, Engenharia Comércio Ltda., a 27.12.65.

5 — Assinatura do primeiro Contrato para construção de 56 casas populares no Conjunto de Flôres, com a firma Flávio Espírito Santo, em 07.02.66.

6 — Aprovação dos projetos junto ao BNH, para a 2.ª Concorrência de 250 casas no mesmo Conjunto, a 04.03.66.

7 — Abertura da 2.ª Concorrência para 250 casas, vencida pela firma Flávio Espírito Santo, em 14.04.66.

8 — Assinatura do 2.º Contrato com a firma Flávio Espírito Santo, para construção de 250 casas populares do Conjunto de Flôres, em 20.05.66.

9 — Inauguração das primeiras 56 casas populares construídas pela COHAB-Am., em 25.6.66.

10 — Início da construção do prédio da JAMIC — Imigração e Colonização Ltda., por administração, para abrigo dos estudantes filhos de japonêses radicados no Amazonas, em 22.8.66.

11 — Início da construção do prédio da Legião Brasileira de Assistência — LBA, por administração, em 02.10.66.

12 — Rescisão do 2.º Contrato com a firma Flávio Espírito Santo (250 casas), 15.10.66.

13 — Início da construção, por administração direta da COHAB-Am., do restante da obra de 250 casas do Contrato rescindido com a firma Flávio Espírito Santo, em 14.11.66.

Gostaria de chamar atenção para o seguinte: A firma Flávio Espírito Santo, em 120 dias ÚTEIS, executou apenas 26% do total da obra, e a COHAB-Am., em 75 dias CONSECUTIVOS, executou o restante da obra, ou seja, 74%.

Por mais que insistisse, não consegui neste primeiro período de atividades, que a produção da indústria de materiais necessários à construção, satisfizesse ao menos programa de execução da COHAB-Am.

Em relação ao Conjunto do Parque 10 de Novembro, temos:

1 — Desapropriação da área destinada à 1.ª Gleba, para construção de 506 casas populares, em 25.05.66.

2 — Levantamento topográfico, altimétrico e planimétrico de uma área de 47 ha. destinada à 1.ª Gleba do Parque 10 de Novembro, em 15.02.66.

3 — Aprovação dos projetos, junto ao BNH, da 1.ª Gleba, (506 casas), em 08.08.66.

4 — Levantamento topográfico, altimétrico e planimétrico, da área de 57 ha. destinada à 2.ª Gleba do Parque 10 de Novembro, para construção de 894 casas populares, em 11.08.66.

5 — Desmatamento, destocamento e terraplenagem da área da 1.ª Gleba, 38 ha., em 15.08.66.

6 — Assinatura do Convênio com o BNH, para financiamento da 1.ª Gleba, no valor de 1,5 bilhões de cruzeiros (velhos), em 05.08.66.

7 — Abertura de Concorrência Pública para construção de 506 casas populares e 506 sistemas de esgôtos domiciliares, em 28.09.66.

Observação: — Esta concorrência foi anulada, devido aos elevados custos apresentados pela proposta vencedora e que resultaram na inexistência no mercado local, de materiais básicos como: tijolos, telhas, madeira, etc.

8 — Aprovação de projetos, junto ao BNH, para construção de 894 casas populares, na 2.ª Gleba do Parque 10 de Novembro, em 4.11.66.

9 — Orçamento Programa para 1967 e 1968, da Companhia, e remetidos ao BNH, em 04.11.66.

10 — Cronograma de execução das obras do ano de 1967 em 04.11.66.

Além do acima exposto, a Companhia de Habitação do Amazonas — COHAB-Am., conseguiu ainda executar:

1 — Pesquisas Sócio-Econômicas nos igarapés do Mestre Chico, 555 famílias e Cachoeirinha, 992 famílias.

2 — Projeto, orçamento e especificações para a sede da Codeama e Secretaria de Planejamento.

Ressalta-se que neste primeiro período de atividades, a COHAB-Am. consegue, por iniciativa própria, aumentar sua renda em 90% da Dotação Orçamentária inicial para 1966 e em 45% de todo numerário recebido do Govêrno do Estado neste ano.

O mais importante porém, é que partindo do nada, criou a infra-estrutura técnica necessária para a integração do Estado, no Plano Habitacional Brasileiro.

Lutou e conseguiu acompanhar um Plano Federal indeciso, pois muito nôvo, com falhas, é verdade, mais foi um ponto de partida fundamental no qual o País enfrentou, pela primeira vez, um problema social grave e sempre anteriormente esquecido.

Se mais não fizemos foi porque as condições locais de infra-estrutura não nos ajudou, quanto ao que se refere a materiais de construção, e por falta de firmas locais com capacidade para executar obras dessa natureza.

A COHAB-Am., agradece a todos que, direta ou indiretamente a ajudou nesta tarefa. O povo provou pela afluência às inscrições para aquisição de casa da COHAB-Am., que estava precisando de uma iniciativa governamental que lhe financiasse, a longo prazo, casas que pudesse comprar e pagar.

Manaus, 2 de março de 1967.

VICENTE DE PAULA PEREIRA
Dir. Presidente, em exercício

SECRETARIA
DE
PRODUÇÃO

SECRETARIA
DE
PRODUÇÃO

SENHOR GOVERNADOR :

Em cumprimento à determinação constante da Circular datada de 9 do mês p. passado, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o relatório sucinto das atividades desta Secretaria, durante o ano de 1966.

De início, devo dizer que assumi, em caráter eventual, o cargo de Secretário de Produção, honrado que fui por Vossa Excelência, no dia 13 daquele mês, enquanto se aguarda a nomeação do Dr. Hugo Bezerra Brandt, Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura e que será o titular efetivo desta Repartição.

Dêste modo, os dados constantes dêste relatório referem-se a gestão do ex-Secretário Cosme Ferreira Filho e foram extraídos do seu livro "FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO" — Edições Govêrno do Estado do Amazonas.— 1967.

Eis, em resumo, as atividades dos vários setores desta Secretaria:

"DEPARTAMENTO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS

Requerimentos	5.869
Títulos Definitivos..	503
Títulos de Usufruto..	2
Títulos de Doação	6
Títulos de Posse..	91
Títulos de Ocupação	37
Certificados de Averbação	1.293

Posição dos Processos, em 30.11.66, incluindo os remanescentes das administrações anteriores:

Conselho de Terras..	155
Serviço Jurídico..	543
Divisão Técnica..	10.796
Divisão de Levantamento e Cadastro	54
Gabinete da Secretaria	398
Gabinete do Governador	63"

"TRANSPORTES

Nenhum programa de trabalho, nenhum esfôrço de execução, nenhuma tarefa da natureza das que enformam as atribuições da Secretaria de Produção pode ser levada a têrmo sem que se disponha de meios de transporte.

No caso particular desta Secretaria, que tem obrigações diárias a cumprir, na cidade, nas estradas e ao longo dos cursos d'água navegáveis, a existência de uma frota de veículos terrestres e fluviais é medida infra-estrutural intransferível.

Nesse capítulo, partindo, pràticamente da estaca zero, em matéria de veículos e de uma base de operações correspondente — garage e oficina mecânica — tornou-se possível equipá-la, usando dotações orçamentárias específicas, com o seguinte material de uso terrestre:

1 — Aero Willys — automóvel
4 — Camionetas Rural Willys
2 — Pick-Up
6 — Jeeps
1 — Caminhão International a óleo diesel
1 — Caminhão International a gasolina
3 — Caminhões Ford F.600
1 — Carro-Prancha Scânia Vabis M.76 — ano 65

Veículos antigos recuperados e pendentes de recuperação:

1 — Jeep Willys
1 — Jeep Toyota
1 — Caminhão Mercedes Benz
1 — Carro DKW Vemag
1 — Unimog".

EQUIPAMENTO PARA MOTOMECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Partindo do moderno conceito de que o trator constitui a vanguarda da tecnologia, segundo Teodor W. Schultz, torna-se evidente que o equipamento desta Secretaria, com implementos motomecanizados para servir aos ruralistas do Amazonas, era providência infra-estrutural de primeira necessidade.

Considerando a inexistência de qualquer dessas máquinas em condições de operar, no acervo da Secretaria, iniciei a formação de seu equipamento motoacionado, com as seguintes aquisições:

— 1 trator Caterpillar D-4, comprado ao SESP, pela quantia de Cr$ 5.000.000, com autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado;

— 1 trator Caterpillar D-7;

— 1 moto-niveladora (patroll);

— 1 carro-prancha para 30 toneladas (Todo êsse material foi adquirido através de Concorrência Pública).

Mais recentemente, foi feita a compra, também mediante concorrência, de:

— 1 trator de rodas, marca Fenit, com 45/60 HP, na barra de tração;

— 1 trator, marca Allis Chalmers, de esteiras — 75 HP;

— 1 trator D-6, marca International, totalizando 7 máquinas de grande eficiência, que entraram, imediatamente, em ação, tanto operando em trabalhos agrícolas como proporcionando a outros setores da administração pública inestimável colaboração.

Um trator Caterpillar D-4 e outro D-2, além de um trator de rodas Deutz foram recuperados depois de quase dois anos de buscas infrutíferas para apreensão de peças retiradas dos mesmos e no aguardo de peças novas para sua recomposição, nas oficinas especializadas da COMARSA.

Deixo, por conseguinte, esta Secretaria instrumentada com as seguintes unidades motomecanizadas:

— 1 carro-prancha para 30 toneladas, marca Scânia Vabis;

— 1 moto-niveladora — Caterpillar;
— 4 tratores Caterpillar, de esteiras;
— 1 trator de esteiras, D-6 — International;
— 1 trator Allis Chalmers, de esteiras;
— 2 tratores de rodas.

Admito a possibilidade de recuperação, embora dispendiosa, de alguns veículos existentes no Campo Experimental "Angelino Beviláqua", inclusive 1 Unimog, que se encontra nas oficinas da Mercedes Benz.

Além dessas máquinas, a Secretaria adquiriu 5 arados e 4 grades, para serem operados por êsses equipamentos.

Torna-se evidente a pobreza de tais recursos, que precisam ser aumentados, para atendimento às demandas tanto do Município de Manaus como do interior do Estado.

Por falta de meios, retardou-se a compra de uma barcaça, equipamento indispensável ao transporte de tratores quando tenham de operar no interior. Barcaça e carro-prancha completam o parque de máquinas pesadas para agricultura, assegurando seu deslocamento terrestre ou fluvial."

"POSTOS DE REVENDA

Pequena parte dêsse programa infra-estrutural, que deve ser levado a têrmo pelo titular que me suceder, póde ser realizada com a instalação de postos de revenda em Manaus, Itacoatiara, Manacapuru, Autazes, Santo Antônio do Içá e Parintins, num total de 6 unidades, que realizaram, até 30 de novembro último, o seguinte movimento de venda:

Manaus	Cr$	14.974.076
Itacoatiara	Cr$	6.035.995
Autazes	Cr$	1.525.050
Manacapuru	Cr$	1.472.367
Santo Antônio do Içá	Cr$	1.094.900
Parintins		
TOTAL GERAL	Cr$	25.102.388

"FRIGORÍFICOS

Com a finalidade de assegurar apoio ao desenvolvimento da pecuária e à ampliação das atividades pesqueiras, foi preocupação desta Secretaria colocar em funcionamento os dois grandes frigoríficos do Estado e instalar o serviço de pasteurização de leite.

Essas operações deveriam desdobrar-se em três etapas. Entretanto, sòmente a primeira delas pôde ser cumprida, com a restauração e entrada em funcionamento do grande frigorífico F-1, à rua Monteiro de Souza, em frente à Secretaria de Fazenda do Estado.

Desde sua recuperação até à presente data, grandes quantidades de peixe, carne e de outras mercadorias perecíveis foram ali armazenadas, assegurando e regularizando o abastecimento da cidade, sobretudo em carne e peixe.

Nesse período alcançou a elevada cifra de 1.213.982 kg. o total das mercadorias recolhidas ao F-1, produzindo receita bruta da ordem de Cr$ 20.986.640.

Êsse próprio do Estado está carecendo de urgentes reparos, para o que solicitei as providências do Govêrno através de exposição encaminhada à Secretaria de Viação e Obras."

"SERVIÇOS DE MOTOMECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Tornado autofinanciável pelo Decreto-Lei nº 522, de 26 de abril de 1966, o Serviço de Mecanização Agrícola da Secretaria de Produção apresentou o seguinte acervo de trabalho e de receita, até 19 de dezembro de 1966:

Govêrno do Território de Roraima	Cr$	330.000
Irmãos Prata..	Cr$	120.000
Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas	Cr$	1.680.000
1º Distrito Rodoviário Municipal	Cr$	1.235.000
Companhia Siderúrgica do Amazonas	Cr$	520.000
Companhia de Eletricidade de Manaus	Cr$	280.000
Comando de Rotas Aéreas	Cr$	112.500
José Arimatéa Furtado	Cr$	40.000
Centrais Elétricas do Amazonas ..	Cr$	225.000

Edval Santana	CrS	52.500
Prefeitura Municipal de Manaus . .	CrS	120.000
Sardis Chaves Monteiro	CrS	655.000
Guarnição de Elementos de Fronteiras	CrS	595.000
Sílvio Afonso de Almeida	CrS	440.000
Rossini Lima	CrS	450.000
Júlio César Queiroz	CrS	630.000
Universidade do Amazonas.	CrS	140.000
Hospital São José Ltda.	CrS	2.040.000
Madeiras Compensadas da Amazônia	CrS	480.000
Departamento Rodoviário Municipal	CrS	840.000
Departamento de Águas	CrS	1.440.000
Planejamento Engenharia Ltda. . .	CrS	6.710.000
Companhia de Habitação da Amazônia	CrS	8.000.000
Cia. Brasileira de Plantações. . .	CrS	600.000
Olaria do Estado do Amazonas . .	CrS	45.000
José Ribamar Siqueira	CrS	318.000
Petrônio Pinheiro	CrS	1.022.000
Cointer	CrS	240.000
Constram.	CrS	80.000
Mário Paiaro	CrS	530.000
TOTAL	CrS	29.970.000"

Estas, Senhor Governador, são, em linhas gerais, as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Produção no exercício de 1966.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO, em Manaus, 2 de março de 1967.

BENJAMIM SANCHES DE OLIVEIRA
Secretário de Produção, em exercício

SECRETARIA
DE
IMPRENSA
E
DIVULGAÇÃO

SENHOR GOVERNADOR:

CUMPRE-NOS passar às suas mãos, ao iniciar-se o Govêrno de Vossa Excelência, o presente Relatório das atividades da Secretaria de Imprensa e Divulgação no decorrer do ano de 1966.

ÊSTE órgão cumpriu tôdas as suas tarefas específicas, mantendo as boas relações do poder público com a imprensa falada e escrita, orientando a divulgação oficial do Estado, colaborando na elaboração de Mensagens do Chefe do Executivo e, fundamentalmente, fazendo publicar as obras das Edições Govêrno do Estado do Amazonas, que tiveram a maior ênfase na administração do professor ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS. De todo o movimento financeiro decorrente dessas atividades, foi prestada conta regular ao Tribunal competente e à Secretaria de Fazenda.

NAQUELE exercício de 1966 esta Secretaria de Imprensa e Divulgação contou com receitas previstas no Orçamento do Estado, da ordem de Cr$ 320.450.000, sendo Cr$ 160.000.000, do Fundo de Turismo e Propaganda e Cr$ 160.450.000 de recursos orçamentários pròpriamente ditos.

DOS recursos do Fundo de Turismo e Propaganda, previstos naquela ordem de Cr$ 160.000.000, foram recebidos sòmente Cr$ 130.700.000 e realizada uma despesa global de Cr$ 126.592.428, o que deixa um saldo credor orçamentário em favor desta Secretaria, da ordem de Cr$ 33.407.572.

DOS recursos orçamentários pròpriamente ditos, da ordem de Cr$ 160.450.000, realizamos uma despesa de Cr$ 99.301.780, com um saldo credor, por consequência, de Cr$ 61.148.220.

BALANCEANDO-SE o global dessas contas, temos os seguintes números:

Receita total prevista	CrS	320.450.000
Recursos recebidos		238.888.500
Despesas realizadas		225.894.208
Saldos recolhidos		12.994.292
Recursos a receber		81.561.500
Dívidas a pagar		79.415.725

QUANTO às publicações das Edições Govêrno do Estado do Amazonas, em 1966, somaram a 54 o número de livros e plaquetas (Anexo n.º 1), ocorrendo aí as maiores despesas dêste órgão. Anexamos também ao presente, uma relação do estoque de tôdas as nossas publicações, (Anexo n.º 2). Contudo o programa de divulgação do Estado não se limitou à publicação dêsses livros, mas estendeu-se ao cinema, através de contrato legal realizado com a emprêsa J. BORGES FILMES LTDA., contrato êsse realizado mediante tomada de preço e com o competente registro no Tribunal de Contas, em decorrência do qual as atividades administrativas do Estado foram levadas às telas dos cinemas de todo o País. Os jornais de Manaus e as nossas emissôras, que também se constituem em poderosos e necessários órgãos de divulgação, receberam publicidades, valendo acrescentar aqui, que a publicação dos atos de Govêrno das diversas Secretarias de Estado e ùltimamente do próprio DASPA, foi centralizada nesta SID.

ESTAS, em resumo, as atividades da Secretaria de Imprensa, no decorrer do ano de 1966.

Sendo o que se me oferece na oportunidade, aproveito do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência os meus protestos de respeito e distinguida consideração.

MÁRIO JORGE COUTO LOPES
Secretário de Imprensa e Divulgação

ANEXO N.º 1

LIVROS EDITADOS PELO GOVÊRNO DO ESTADO EM 1966

Série TORQUATO TAPAJÓS

1. Teatro Amazonas (2.º volume)
2. O mundo de Clarice Lispector

3. Mosáicos do Amazonas
4. Teatro Amazonas (3.º volume)
5. Nascimento de uma cidade
6. Plantas e animais bizarros do Amazonas

Série EUCLIDES DA CUNHA

1. Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia (1.º volume)
2. Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia (2.º volume)
3. Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem
4. Euclides da Cunha e o paraíso perdido
5. Brasil: Alguns valôres essenciais

Série RAIMUNDO MONTEIRO

1. 11 anos na Amazônia
2. Seleta literária do Amazonas
3. Ciclo das águas
4. Teatro infantil
5. José Veríssimo visto por dentro
6. Convite frugal
7. Defumadores e porongas

Série ALBERTO TÔRRES

1. A Amazônia e a integridade do Brasil
2. Aspectos da experiência portuguêsa na Amazônia
3. Épocas e visões regionais do Brasil

Série MONTEIRO DE SOUZA

1. Pequena Geografia do Amazonas
2. Amazônida: História e Administradores do Amazonas

Série EULÁLIO CHAVES

1. Problemas de Direito e Estado
2. Problemas de Direito Internacional Privado
3. Elementos de Direito Financeiro e Finanças (1.º volume)
4. Dicionário das Delegacias de Polícia

Série EDUARDO RIBEIRO

1. Leis, Decretos e Regulamentos do Amazonas (2.º volume)
2. Leis, Decretos e Regulamentos do Amazonas (3.º volume)
3. Legislação Fiscal sôbre Receita Pública

PLAQUETAS EDITADAS PELO GOVÊRNO DO ESTADO EM 1966

1. Arquitetura e paisagismo na Amazônia
2. A democracia na América Latina
3. GEF: Fator de interação na Amazônia
4. A colonização européia nos trópicos
5. Euclides da Cunha e o Itamaraty
6. Um ano e seis meses de Govêrno
7. Dois anos de Govêrno
8. A fundação de Belém
9. A contribuição do índio à economia amazonense
10. Uma introdução à realidade sócio-econômica da Amazônia
11. Trópico e desenvolvimento
12. Dinâmica de uma administração
13. A visita do Presidente Castello Branco ao Amazonas
14. Manaus, 1910
15. Estatuto da Educação no Amazonas
16. Encontro de Sociedades tribal e nacional
17. Roteiro histórico das fortificações no Amazonas
18. À margem da ação de Rio Branco
19. Euclides da Cunha e a Amazônia
20. O turismo na formação das lideranças
21. Região, desenvolvimento e cultura
22. O futuro dos trópicos úmidos
23. Operação Amazônia
24. Amazônia humana: população e renda

ANEXO N.º 2

ESTOQUE DE PUBLICAÇÕES REALIZADAS PELO GOVÊRNO

Série PAULINO DE BRITO

1. Itacoatiara, Roteiro de uma cidade 9
2. Codajás, vida de um município . . . 92

Série MONTEIRO DE SOUZA

1. História do Amazonas	154
2. Noções de Moral e Cívica	64
3. Súmula de História do Amazonas .	3.519
4. Pequena Geografia do Amazonas .	—
5. Amazônida: História e administradores do Amazonas	190

Série EDUARDO RIBEIRO

1. Leis, Decretos e Regulamentos (1.º volume)	439
2. Leis, Decretos e Regulamentos (2.º volume)	445
3. Leis, Decretos e Regulamentos (3.º volume)	300
4. Legislação fiscal sôbre Receita Pública	480

Série ALBERTO TÔRRES

1. Rotina e Dinâmica na vida brasileira	(esgotado)
2. A autonomia do Amazonas	44
3. Tempo e vida na Amazônia	165
4. A Amazônia e a integridade do Brasil	113
5. Aspectos da experiência portuguêsa na Amazônia	97
6. Épocas e visões regionais do Brasil	715

Série RAIMUNDO MONTEIRO

1. Andirá	(esgotado)
2. Retalhos de minha alma e da de outros também	84
3. Renata	161
4. Ciclo das Águas	180
5. Seleta Literária	610
6. José Veríssimo Visto por Dentro ..	4
7. 11 anos na Amazônia	39
8. Convite frugal	339
9. Teatro Infantil	40
10. Defumadores e porongas	360
11. Álgida	750

Série TORQUATO TAPAJÓS

1. Um cabôclo amazônico 7
2. Três municípios amazonenses 181
3. Teatro Amazonas (1.º volume) ... 113
4. Teatro Amazonas (2.º volume) ... 139
5. Teatro Amazonas (3.º volume) ... 237
6. Mosáicos do Amazonas 146
7. A Cabanagem 300
8. O mundo de Clarice Lispector 177
9. Plantas e animais bizarros do Amazonas 198
10. Lendas Amazônicas 791
11. Nos altiplanos do Nhamundá 750
12. Nascimento de uma cidade 322

Série EUCLIDES DA CUNHA

1. A terra e o homem nos trópicos .. —
2. Planejamento e programação regional ..... —
3. Porque perdemos a batalha da borracha ..... —
4. Predelinquência infantil em Manaus 162
5. Estrutura Geo-Social e econômica do Amazonas 82 (1º)
6. Estrutura Geo-Social e econômica do Amazonas 195 (2º)
7. Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem 190
8. Euclides da Cunha e o paraíso perdido 257
9. Brasil: alguns valores essenciais . 810
10. Em memória de Stradelli 1.350

Série EULÁLIO CHAVES

1. Temas de Direito Constitucional e Social 200
2. Problemas de Direito Internacional Privado 203
3. Problemas de Direito e Estado ... 162
4. Elementos de Direito Financeiro e Finanças (1.º) 68
5. Dicionário das Delegacias de Polícia 400

Plaquetas

1.	Dinâmica de uma Administração .	660
2.	Origens de Parintins	556
3.	Encontro de Sociedades	482
4.	Estudos de Antropologia	750
5.	Região, Desenvolvimento e Cultura	41
6.	O CIGS e a Amazônia	500
7.	A Integração da Amazônia à civilização brasileira	12
8.	Euclides da Cunha e a Amazônia .	80
9.	Euclides da Cunha e o Itamaraty	78
10.	À margem da ação de Rio Branco	108
11.	O turismo na formação das lideranças	12
12.	Uma introdução à realidade sócio-econômica da Amazônia	102
13.	Operação Amazônia e a integração nacional	204
14.	Estrada Manaus-Itacoatiara	976
15.	Arquitetura e Paisagismo na Amazônia	264
16.	A democracia na América Latina	575
17.	Manaus, 1910	609
18.	Discurso do Desdor. Paulo Jacob .	700
19.	GEF, Fator de integração na Amazônia	2
20.	Um ano e seis meses de administração	770
21.	A Liga da defesa	220
22.	Estrada Manacapuru-Cacau Pirêra	340
23.	Amazonas em Canudos	41
24.	Dois anos de Govêrno	55
25.	O problema Nacional da Amazônia	20
26.	Revisão Municipal	6
27.	Amazônia Humana: População e Renda	17
28.	Roteiro das Fortificações	25

LIVROS AVULSOS EDITADOS PELA S.I.D.

1.	Anuário Estatístico	259
2.	Sumário dos Inquéritos	1.770
3.	Constituição do Estado	990
4.	Mensagem 1965	—
5.	Mensagem 1966	—

LIVROS ADQUIRIDOS PELA S.I.D.

1.	Lunamarga	148
2.	Memórias de um palhaço	7
3.	Três episódios no Rio	54
4.	Histórias do Submundo	—
5.	Roteiro do Folclore	—
6.	Outras histórias do Amazonas ...	—
7.	Chavascal	50
8.	A Amazônia em novas dimensões .	11
9.	Dicionário de Ruy Barbosa	20
10.	Inflacionismo e Desenvolvimentismo	7
11.	Rimas da Primavera	10

SECRETARIA
DE
PLANEJAMENTO

1) GABINETE DO SECRETÁRIO

2) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS — CODEAMA

3) DEPARTAMENTO DE TURISMO E PROMOÇÃO — DEPRO

SENHOR GOVERNADOR:

Apresentamos nas linhas que se seguem, as atividades do Gabinete do Secretário sem Pasta para a Coordenação e o Planejamento, no ano de 1966.

PLANEJAMENTO (ajustamento)

Comandou e controlou, ajustando quando necessário, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado para o biênio 1965/1966, conseguindo a execução de grande parte do mesmo.

COORDENAÇÃO

1 — Coordenou o trabalho dos diversos Setores públicos e privados, encarregados da execução do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social — "PLANO BIENAL", visando a dar maior rendimento na realização das obras sugeridas no aludido plano.

2 — Participou ativamente na coordenação dos trabalhos do Congresso Regional dos Municípios, realizado nesta cidade, entre 14 e 17 de julho de 1966, o qual contou com a participação de 84 membros, entre prefeitos de municípios amazonenses, representantes de órgãos do Govêrno do Estado, Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública e CTEF do Ministério da Fazenda.

3 — Participou da I Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, realizada entre 3 a 11 de dezembro de 1966, assessorando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e coordenando o trabalho das equipes do Govêrno e dos empresários amazonenses.

4 — Assistiu os trabalhos da Reunião dos Embaixadores da Amazônia, realizada entre 11 e 19 de janeiro do ano em curso, assessorando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e coordenando a atuação do Govêrno naquele conclave.

JOÃO AUGUSTO SOUTO LOUREIRO
Secretário sem Pasta para a Coordenação e o Planejamento, em exercício

---

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS — CODEAMA

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CODEAMA

A Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEAMA, criada pela Lei n.º 102, de 17 de novembro de 1964, vem procurando cumprir as finalidades para as quais foi criada.

Na realidade, a CODEAMA logrou fortalecer-se através do relativamente curto espaço de tempo que marcou sua atuação, pouco mais de dois anos de existência, graças ao apoio que vem recebendo do Executivo amazonense.

A institucionalização da CODEAMA tem profundo significado na evolução da sociedade amazônica. Ela representa a inauguração de uma nova época, caracterizada por uma abordagem técnica aos problemas sócio-econômicos, com vistas ao desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Seguindo esta f i l o s o f i a desenvolvimentista, a CODEAMA vem atuando, desde a sua criação, dentro de 4 campos principais:

a — publicação de estudos sócio-econômicos especializados, inclusive traduções de textos de técnicos de renome mundial, que interessam ao desenvolvimento econômico estadual;

b — realização de estudos e levantamento sócio-econômicos, formulação de critérios de prioridade para financiamento e alocação de recursos de investimento e emissão de pareceres técnicos;

c — constituição de entidades que objetivam ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado;

d — realização de cursos que têm em vista o aperfeiçoamento do pessoal técnico.

No primeiro dos campos apontados anteriormente, além de alguns trabalhos menores, destacam-se as seguintes publicações:

1) Na série Estudos Específicos:

1 — Manacapuru — Provável Celeiro da Juta.
2 — Sistema de Transporte Coletivo de Manaus.
3 — O Sistema de Planejamento Estadual do Amazonas.
4 — Juta — James M. Dempsey (Tradução).
5 — Projetos Industriais (Modelos básicos para pedidos de Financiamentos).
6 — Nôvo Distrito Ferrífero no Brasil — Rio Jatapu, Amazonas.
7 — Proposição de uma Política Mineral para o Estado do Amazonas.
8 — A Missão do BNDE em Manaus.
9 — Reflexões sôbre o Desenvolvimento da Amazônia.
10 — A Cultura da Juta e sua Mecanização.
11 — Incentivos Fiscais no Amazonas (Leis Estaduais).
12 — Reivindicações.
13 — Os Flutuantes de Manaus.
14 — Diagnóstico Sócio-Econômico da Cultura da Juta na Amazônia.
15 — Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Agricultura no Amazonas.
16 — Diagnóstico Sócio-Econômico Preliminar da Produção Industrial no Amazonas.
17 — Diagnóstico Sócio-Econômico Parcial da Indústria Extrativa no Amazonas.
18 — A Cidade de Manaus.
19 — Legislação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia.
20 — Um Estudo Parcial da Estrutura do Mercado Consumidor da Amazônia e suas Tendências.
21 — Juta: a Fibra Dourada da Índia — Dr. B. C. KUNDU (Tradução).
22 — Uma Bibliografia sôbre o Desenvolvimento Econômico.

2) Na série Estudos de Viabilidade:

1 — Juticultura Mecanizada — Pré-Projeto.
2 — Rizicultura Mecanizada — Pré-Projeto.
3 — Industrialização de Óleos Vegetais — Pré-Projeto.
4 — Usina de Pasteurização do Leite — Pré-Projeto.
5 — Pecuária Leiteira — Pré-Projeto.
6 — Industrialização da Mandioca — Pré-Projeto.
7 — Industrialização da Madeira: Placas de Madeira Aglomerada.
8 — Industrialização da Madeira: Serraria.

3) Na série Estudos Indicativos:

1 — Informações Indicativas para um Projeto de Fazenda de Gado e Plantações em uma área de 10.000 hectares — Várzea — Terra Firme.
2 — Indicação para o estabelecimento, em Manaus, de uma Companhia de Armazéns e Silos.

4) Relatórios:

1 — Relatório das Atividades da CODEAMA em 1965.
2 — Relatório da Viagem de Observação sôbre a Cultura de Fibras no Estado do Pará.
3 — Relatório da Viagem de Observação sôbre a Cultura de Fibras e atuação da SPVEA e IPEAN.
4 — Relatório de uma viagem aos Estados da Guanabara, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizada pelo Secretário Executivo, Economista Ronaldo Bomfim e pelo Chefe do Setor de Pesquisas, Economista Edison Farias.
5 — Relatório das Atividades da CODEAMA (Período: janeiro de 1966 a janeiro de 1967).

No segundo campo de atuação, a CODEAMA apresentou os seguintes trabalhos:

1 — Instituição de um Grupo Executivo para a elaboração de um Atlas Geo-Econômico do Estado do Amazonas;

2 — Reformulação dos critérios de distribuição dos recursos a serem utilizados nos têrmos das reivindicações conjuntas dos Estados do Amazonas, Pará e Acre;

3 — Elaboração do Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado do Amazonas;

4 — Pesquisa econômica das regiões circunvizinhas à cidade de Manaus, com a finalidade de conhecer as condições da produção de gêneros alimentícios;

5 — Levantamento sócio-econômico de Itacoatiara;

6 — Patrocínio e participação em pesquisa sócio-econômica sôbre os flutuantes de Manaus, realizado por acadêmicos da PUC do Rio de Janeiro;

7 — Levantamento das condições da produção de juta no Município de Manacapuru;

8 — Estudo sôbre a situação dos prensadores e exportadores de juta e seus custos operacionais;

9 — Elaboração, financiamento e execução de projeto de racionalização da cultura da juta;

10 — Estudo de mercado sôbre a indústria de confecções;

11 — Estudo de mercado sôbre a indústria de móveis;

12 — Estudo de mercado sôbre a indústria de raspa de mandioca;

13 — Estudo de mercado para averiguar a possibilidade de instalação de um serviço de táxi aéreo;

14 — Levantamento do custo operacional do sistema de transportes coletivos de Manaus;

15 — Custeio de um trabalho de reconhecimento aéreo de formações geológicas previstas teòricamente no Distrito Ferrífero do Jatapu;

16 — Realização de estudos para apontamento do Município-Modêlo do Estado do Amazonas;

17 — Celebração de convênio com o Centro de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas para realização de estudos e pesquisas de interêsse da CODEAMA;

18 — Levantamento das importações e exportações do Estado do Amazonas;

19 — Levantamento da produção agrícola e extrativa do Estado;
20 — Estudo da evolução da receita tributária do Estado;
21 — Estudo da incidência tributária sôbre a madeira;
22 — Estudo da estrutura do custo da produção de juta;
23 — Elaboração da matriz insumo-produto da economia da juta;
24 — Estudo e observação sôbre a cultura das fibras no Estado do Pará;
25 — Pesquisa sócio-econômica dos municípios amazonenses;
26 — Elaboração dos pré-projetos apresentados na I RIDA;
27 — Estudo econômico da região pecuária e leiteira do Estado;
28 — Estudo de mercado da carne no Amazonas;
29 — Estudo do consumo do leite em Manaus;
30 — Pesquisa sócio-econômica da cidade de Manaus;
31 — Estudo sôbre a balança comercial do Estado do Amazonas;
32 — Estudo da evolução demográfica do Estado do Amazonas;
33 — Cálculo da Renda per-capita do Estado do Amazonas;
34 — Estudo do mercado da juta;
35 — Levantamento do consumo de derivados de petróleo no Estado do Amazonas;
36 — Coleta de informações para o projeto de construção do pôrto de Itacoatiara;
37 — Levantamento de dados estatísticos sôbre a economia estadual;
38 — Cálculo estimativo do desemprêgo no Estado do Amazonas;
39 — Sugestões para a elaboração de uma estratégica do desenvolvimento econômico e social para o Amazonas;
40 — Informações sôbre a oportunidade de empreendimento pecuário;

41 — Estudo sôbre o movimento de empréstimos bancários para as diversas atividades econômicas do Estado do Amazonas;
42 — Colaboração com o BCA, na elaboração de um plano de financiamento à pecuária;
43 — Levantamento de informações para uma reportagem especial sôbre o Amazonas na revista "Banas Informa" de 18.7.66, sob o título de "O Despertar do Amazonas", e para a revista "Manchete";
44 — Elaboração de um estudo parcial da estrutura do mercado consumidor da Amazônia e suas tendências;
45 — Estudo de mercado de embarcações de madeira no Estado do Amazonas;
46 — Levantamento estatístico visando determinar as características sócio-econômicas e culturais da cidade de Manaus;
47 — Estudos sôbre a elasticidade-renda da procura de determinados bens de consumo durável em Manaus;
48 — Determinação dos coeficientes de elasticidade preço da oferta de juta no Estado do Amazonas;
49 — Estudos objetivando a produção local de sementes de juta e realização dos testes estatísticos necessários à determinação do grau de significância da experimentação.

No terceiro campo, ressaltam as seguintes realizações:

1 — Criação de um Grupo de Trabalho para estudar o problema de telecomunicações no Estado, que deu origem à CAMTEL;
2 — Idem, idem para estudar o problema do deficit habitacional, que originou a COHAB-AM;
3 — Elaboração dos estudos para a criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Amazonas — CODEA, bem como a preparação de sua estrutura jurídico-administrativa.

No setor de formação de recursos humanos, destacam-se as realizações dos seguintes cursos:

1 — Curso Superior de Gerência do Manegement Center do Brasil.
2 — Curso sôbre Demografia, ministrado pelo Prof. ARTUR HEHL NEIVA.
3 — Curso de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia, em colaboração com o Govêrno do Estado e com a Federação das Indústrias.
4 — Curso de Orçamento Por Programa — ministrado pelo Prof. ROBERTO ANDRADE.
5 — Curso Especial para a Amazônia, do Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE.

BENEDITO JORGE DO CANTO PINTO
Secretário Executivo, em exercício

DEPARTAMENTO DE TURISMO E PROMOÇÃO

SENHOR GOVERNADOR:

Em atendimento à Circular de Vossa Excelência, de 9.2.67, honra-me apresentar-lhe o Relatório de nossas atividades, bem como uma idéia geral do que foi planejado e do que conseguimos, efetivamente, realizar, em 1966, visando a dinamização do Turismo neste Estado.

O Departamento de Turismo e Promoção do Estado do Amazonas (DEPRO) foi criado pela Lei n.º 223, de 18 de junho de 1965, com a finalidade de promover as possibilidades turísticas e econômicas do Estado, havendo o seu primeiro Diretor Geral, Sr. Luiz Maximino Corrêa, tomado posse a 2 de outubro do mesmo ano.

De início, é de ver, impunha-se organizar, criar um quadro funcional, esquematizar um Regulamento Interno, enfim, implantar um organismo que funcionasse a contento, com as mínimas falhas.

A partir do momento em que se contou com algumas condições de trabalho, instalado o DEPRO a essa época em dependências do Palácio Rio Negro, iniciaram-se demarches e providências no sentido de dar andamento às suas atividades, visando a maior dinamização da máquina turístico-promocional.

Assim, no período que vai do primeiro momento de efetivo funcionamento do DEPRO até o fim do exercício de 1965, planejamos ou realizamos o seguinte:

1 — Contactos

Visando uma divulgação de âmbito nacional e mesmo internacional, das possibilidades turísticas e econômicas do Estado, junto a:

Federação do Comércio e Indústria dos diversos Estados
Embaixadas estrangeiras
Consulados e Embaixadas do Brasil no exterior
Agências de Turismo, nacionais e estrangeiras

2 — Número especial da revista "Arquitetura"

Coube ao DEPRO a organização e as gestões no sentido de publicação de um número especial dessa revista, órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil, todo êle versando sôbre Manaus, seu urbanismo, sua arquitetura, enfatizando os projetos do atual Govêrno.

3 — Folhetos

Como não podia deixar de acontecer, planejou-se a elaboração e execução de folhetos, que fizessem conhecidos nossos aspectos turísticos e econômicos. Assim tivemos, numa primeira fase:

"Amazosas — Perfil Geográfico e Econômico" — edição em inglês e espanhol.
Outrossim, em fase de tomada de dados e elaboração, para impressão posterior, as edições seguintes:
"Amazonas — Perfil Geográfico e Econômico" — edição em inglês e espanhol.
"A Pesca no Amazonas" — em português.
"Manaus — 1900" — em português e espanhol.
"A Cozinha Amazonense, sua Diversidade" — em português e espanhol.
"Banhos e Igarapés" — em português e francês
"Roteiro Turístico de Manaus" — em português
"Municípios Amazonenses" — em português.
"Venha Amar o Amazonas".

Ainda no que se refere a êste tópico, como colaboração do DEPRO às Agências de Turismo locais (Selvatur e Amazon Explorer's), fêz-se imprimir folhetos destinados a divulgar os programas das citadas agências, sendo o texto em português e inglês.

4 — Mostra de Cartazes Turísticos da França

Numa promoção conjunta, DEPRO — Embaixada da França, levou-se a efeito a referida mostra, em Manaus.

5 — "A Guerra Mais ou Menos Santa", de Mário Brasini

Visando a um aumento das atividades culturais e como um incentivo ao Teatro Escola Amazonense de Amadores, sob o patrocínio do DEPRO, foi encenada a peça acima, no Teatro Amazonas.

6 — Hotel de Turismo

Sendo nossa intenção contarmos com um hotel efetivamente no meio da selva, mas não muito longe da cidade, partimos para a identificação do lugar ideal, para, numa segunda etapa, iniciarmos as demarches no sentido de interessarmos grupos hoteleiros na construção e exploração do mesmo.

Lages

Ponto panorâmico não muito distante foi o local escolhido. Nossa idéia é de um hotel que atendesse às exigências turísticas internacionais: todos os apartamentos com ar-condicionado, em número de 150, bar, boite, piscina, ancoradouro para barcos, etc. Vários grupos mostraram-se interessados, e dois representantes do Grupo Meinberg, de São Paulo, estiveram em Manaus fazendo um estudo "in loco".

7 — Pousadas

Pretendendo a irradiação do turismo para o "hinterland", a fim de atender, inclusive à curiosidade, o desejo de aventura e maior contato com a natureza, gran-

demente demonstrado pelos turistas que nos têm visitado, planejamos a construção de uma rêde de pousadas, que seriam pequenos hotéis rústicos, mas dentro dos requisitos de confôrto. Ficariam as mesmas localizadas em Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e Rodovia Torquato Tapajós, esta às margens do rio Preto, pouco distante de Manaus.

Como colaboração com o DEPRO, os arquitetos César Oiticica e Ivan Pimentel elaboraram o projeto, obedecendo à diretriz confôrto-economia.

8 — Impressão de Cartazes

Inicialmente, providenciou-se a impressão de 8 tipos de cartazes. A par disso, elaborou-se os cartazes que seriam impressos em 1966.

9 — Organização de Excursões

Várias foram as excursões programadas e realizadas nesta primeira fase de nossas atividades. Muitos e bem diversos os visitantes que estiveram conosco, desde estudantes até diplomatas, professôres, parlamentares, etc.

10 — Recepção

Entre os vários grupos que nos visitaram, durante nossa fase inicial, contam-se:

a) Agentes de Turismo norte-americanos
b) Jornalistas nacionais e estrangeiros
c) Diplomatas
d) Cineastas
e) Grupos de Turistas
f) Equipe de cinema e TV, do país e do exterior.

11 — "Amazonas... Amazonas". Equipe de Filmagens.

Atendendo para a grande penetração e o poder de divulgação do cinema, e, ainda, para a rapidez com que, mundialmente, sensibilizaríamos as pessoas para as belezas do Amazonas, entramos em contato com vários cineastas, tendo como finalidade a realização de um do-

cumentário. A equipe que nos ofereceu a melhor proposta e com quem contratamos a referida realização, só por seus integrantes garante o êxito do referido filme: Diretor: Glauber Rocha, Diretor de Fotografia: Fernando Duarte, Diretor de Produção: Roberto Pires.

Organizou-se um serviço que, através das Representações do Estado da Guanabara, São Paulo e Distrito Federal, fizessem a divulgação de nossas coisas e de nossas possibilidades, através de fotografias e notícias distribuídas a jornais, rádios, estações de televisão, revistas, etc.

12 — **"Sede do DEPRO"**

Necessitando-se implantar definitivamente o Departamento de Turismo e Promoção, foi pedida a colaboração do Arquiteto Severiano Porto, que, graciosamente, elaborou o projeto da Sede dêste Departamento, cuja obra teve início em janeiro de 1966.

Estas foram as nossas realizações durante os dois primeiros meses de atividades do Departamento de Turismo e Promoção do Estado.

A partir de janeiro de 1966, com o Departamento já implantado, com um plano de trabalho traçado, com uma equipe já organizada, com a experiência, embora pequena, mas que nos dará a diretriz certa, passamos a uma ação maior, e é o saldo do nosso trabalho que submetemos a sua apreciação.

Exposições em Manaus

Entre as Exposições realizadas pelo DEPRO em Manaus, salientamos:

Primeiro Salão de Móveis do Amazonas

Com a colaboração das indústrias de móveis do Estado o DEPRO montou o salão de móveis, primeiro no gênero realizado no Estado. Funcionou, também na base de um salão de decoradores, pois além dos móveis foram expostos arranjos de plantas, quadros, santos antigos, pratas e louças completando os ambientes. Os desenhos dos móveis foram fornecidos pelo DEPRO aos fabricantes.

Exposição da Juta

Pela primeira vez no Amazonas foi realizada, em conexão com a Primeira Festa da Juta, uma exposição que apresentasse o presente estágio da indústria jutífera do Amazonas, bem como objetos artesanais fabricados com a referida fibra.

Feira da Cultura

O DEPRO realizou a Primeira Feira da Cultura do Amazonas, com exposição de livros raros, quadros e gravuras de artistas amazonenses, e "stands" em que eram vendidos livros de autores amazonenses e discos.

Exposição de Arte Sacra

Durante a Semana Santa do ano de 1966, o DEPRO montou, com a colaboração do Arcebispado e de colecionadores, a Primeira Exposição de Arte Sacra do Amazonas.

Exposição Dois Anos de Govêrno

Por solicitação do Govêrno do Estado, o Departamento de Turismo e Promoção montou uma exposição comemorativa ao segundo aniversário do Govêrno do Professor Arthur Reis, apresentando as principais realizações governamentais.

O DEPRO realizou, ainda, as seguintes exposições:

a) Exposição 4.000 anos de Arte Mexicana (Arquitetura)
b) A vida na União Soviética
c) A vida no Japão
d) Desenhos Infantis da União Soviética
e) Exposição do Pintor Moacir Andrade
f) Exposição do Pintor Haneman Bacelar
g) Exposição de Material do DEPRO
h) Exposição de Artesanato Industrial
i) Exposição Espacial dos E.U.A.
j) Exposição de Desenhos Infantis do Amazonas,

Exposições Realizadas fora do Estado

O Departamento de Turismo e Promoção realizou fora do Estado as seguintes exposições:

Pavilhão do Amazonas na Feira do Atlântico

No Rio de Janeiro, Pavilhão de São Cristóvão, o DEPRO, planejou e mandou construir, pelos arquitetos Antony-Pereira da Cunha, um pavilhão de 450m2, e, madeiras da região, seguindo a inspiração das palafitas comuns à Amazônia. O pavilhão saía de um lago de 500m2, e possuía uma ilha interna em que eram apresentados os pássaros e aves do Estado. No lago, 5.000 peixes ornamentais foram levados de Manaus. Grande sucesso alcançou, também, a venda de cerâmica índia, guaraná, castanha, tecido de juta, pimenta do reino em pacotes, objetos de artesanato índio, bem como os refrescos e pratos regionais. Foi considerado pela Imprensa do Estado da Guanabara o mais belo pavilhão da Exposição.

Exposição Amazonas 66

Preparada para o DEPRO pela "Staff Press", constitui-se em uma exposição de painéis de 2x160m, montados em duralumínio, com legendas em português, inglês e francês, dando uma idéia real do Estado, com seus panoramas exóticos, seus tipos étnicos, suas construções, antigas e modernas, sem nenhuma alusão ao atual Govêrno. Foi primeiramente, exibida no Aeroporto "Santos Dumont", no Rio de Janeiro.

Exposição do Amazonas em Pôrto Alegre

Uma exposição de dimensões menores foi montada no SESI em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul, com a colaboração dos estudantes amazonenses naquele Estado.

Patrocínio a Festival de Cinema

De comum acôrdo com o Grupo de Estudos Cinematográficos do Amazonas, o DEPRO patrocinou os seguintes festivais de cinema:

a) Primeiro Festival de Curta Metragem Amazonense
b) Primeiro Festival de Curta Metragem Brasileiro do Amazonas
c) Festival de Cinema Francês
d) Festival de Curta Metragem Mexicano
e) Festival do Cinema Japonês
f) Festival de Cinema Novo Argentino
g) Festival de Curta Metragem Tcheco
h) Festival do Filme Experimental Norte-Americano
i) Festival de Cinema da U.R.S.S.
j) Apresentação do filme russo "Hamlet" de Kosinw
k) Estréia de Gala do Documentário "Amazonas ... Amazonas"
l) Exibições especiais de filmes sôbre o Amazonas, para os estudantes que participaram das programações "Manaus, Capital das Férias".

Noite de Cinema Amazonense

O DEPRO organizou noites de cinema amazonense em outras unidades da Federação, citamos entre elas:

a) Maison de France — Rio de Janeiro
b) Universidade Federal do Rio Grande do Sul
c) Grupo de Estudos Cinematográficos de Pôrto Alegre
d) Cinemateca Brasileira — São Paulo
e) Universidade Católica de São Paulo
f) Universidade de Brasília
g) Cine-Clube de Brasília
h) Palácio Guanabara — Rio de Janeiro
i) Universidade Federal do Pará
j) Federação dos Cine-Clubes Norte — Nordeste — Fortaleza

Festivais e Espetáculos de Teatro em Manaus

Em Manaus, o DEPRO patrocinou os seguintes espetáculos:

a) "A Guerra mais ou menos Santa" — Teatro Amazonas

b) "Morte e Vida Severina" — TUCA — Teatro Amazonas
c) "Coral João Gomes Junior" — Teatro Amazonas
d) "Orquestra Sinfônica da Universidade do Pará" — Teatro Amazonas
e) Coral da Universidade do Pará — Teatro Amazonas
f) Madrigal de Belém — Teatro Amazonas
g) Grupo dos Andirás — Bosque Clube — (Folclore)
h) Grupo dos Tarianos — Olímpico Clube (Folclore)
i) Pianista Oriano de Almeida — Teatro Amazonas
j) Pianista Lélia Tozzato — Teatro Amazonas
k) Pianista Vítos de Lemos Alexandre — Teatro Amazonas
l) Espetáculo de Arena, com os componentes do TUCA — Teatro de Arena do Colégio Estadual do Amazonas
m) Grupo dos Cacetinhos — Bosque Clube — (Folclore).

Concurso organizado pelo DEPRO

a) Primeiro Concurso de Desenho e Literatura para a Infância e Juventude — Com participação da VASP e de Paulina Kaz Promoções.

Serviço de Guias

O DEPRO organizou um serviço de guias que, além de prestar serviços diretamente ao Departamento, é cedido às organizações de turismo do Estado e de outras unidades da Federação e mesmo do exterior. Nos últimos 8 meses, prestou serviço de assistência às seguintes programações:

a) Manaus, Capital das Férias — DEPRO — Paulina Kaz — VASP
b) Excursões do Touring Clube
c) Excursões da USE Turismo
d) Excursões da Exprinter
e) Excursões da Selvatur
f) Excursões da American "Explorer's"
g) Excursões da Brazil Safari Tours

h) Participantes da Primeira Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia
i) Participantes da Reunião de Embaixadores do Brasil
j) Excursão da Universidade Católica de São Paulo
k) Excursão dos Engenheiros de Minas Gerais
l) Excursão da Universidade de Brasília
m) Excursão da Faculdade de Direito de Ribeirão Prêto
n) Excursão das Bandeirantes de São Paulo

Cinema — Fotografia — Reportagens

O Departamento de Turismo e Promoção inseriu, no ano de 1966, como colaboração, matéria paga, ou reportagens grátis, material sôbre o Amazonas, nos seguintes meios de divulgação:

Cinema e Televisão

a) TV Globo — Rio
b) TV Tupi — Rio
c) Atualidades Atlântida
d) Agência Nacional
e) Jornal São Luiz
f) TV Bandeirante — São Paulo
g) TV Excelsior — Rio
h) TV — Rio
i) TV — Gaúcha

Revistas

a) Cruzeiro
b) Manchete — 2 vêzes
c) Dinner's Clube — 2 vêzes
d) Arquitetura
e) Time
f) Vogue
g) Amazônia-Pará
h) Paris Match

Jornais

a) O Estado de São Paulo — 3 suplementos
b) A Fôlha de São Paulo

c) O Globo
d) Jornal do Brasil
e) Última Hora
f) Correio da Manhã
g) Diário de Notícias
h) Província do Pará — Belém
i) O Povo — Fortaleza
j) Diário de Minas
k) Última Hora — Brasília
l) Diário do Povo — Pôrto Alegre

O DEPRO, deu apoio e facilitou os trabalhos das equipes de jornalistas, da imprensa escrita, falada e televisionada que visitaram o Amazonas. Entre êles podemos citar: Glauber Rocha, Paulo Gil, Fernando Duarte, Allain Desailles, Câmara Cascudo, Ubiratan Lemos, Indalécio Wanderley, Nazaré Pinto, Jim Woodma, Arcelina Públio, Danielle Deschamps, Peter Kratz, Michelle Vautier, Barry Lando, Elaine Hoover, Almir Silva, A. Grandsout e equipes da TV de Moscou, da TV Roma de "Vogue" chefiada pelo jornalista Bruno Barbey e etc.

O Departamento de Turismo e Promoção, organizou, a pedido da Casa Civil do Palácio Rio Negro, recepções aos principais visitantes, como sejam, Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores e Embaixadores estrangeiros.

Ao ensejo, reafirmo a Vossa Excelência as seguranças do meu maior aprêço e distinguida consideração.

JOSÉ JOAQUIM MARINHO
Diretor Geral

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

Anexo 1

MANAUS, CAPITAL DAS FÉRIAS

Acreditando que o turismo poderia se transformar em instrumento de desenvolvimento não apenas econômico mas, também cultural, o Departamento de Turismo e Promoção lançou a programação **MANAUS, CAPI-**

TAL DAS FÉRIAS, visando atrair até Manaus, estudantes de tôdas as unidades da federação brasileira, para aqui passarem suas férias, conhecendo, não sòmente um panorama exótico, como, também, as realizações do homem amazonense e suas possibilidades.

Nunca é demais lembrar que, apenas uma percentagem mínima da população brasileira, atinge a Universidade e, que dessa minoria, sairão os futuros líderes da economia, da política e das fôrças armadas do país. Necessário, portanto, se faz criar, a médio prazo uma mentalidade amazônica nos homens que futuramente tomarão as decisões nacionais. Um programa dirigido aos universitários brasileiros, pareceu-nos, portanto, o mais indicado para atingirmos tal objetivo.

O Departamento de Turismo e Promoção preparou um programa incluindo, além de passeios, excursões pela floresta, visita a prédios públicos e museus, audições de canto, exibições de folclore e festas sociais, uma série de conferências sôbre os problemas do Amazonas, pronunciadas por técnicos de alto gabarito e iniciadas, sempre, com uma explanação do Governador do Estado, Professor Arthur Cézar Ferreira Reis.

O DEPRO, necessitando, então, de uma organização de turismo, que nas diversas capitais do Sul do País se encarregasse do mecanismo da programação, foi encontrar em Paulina Kaz Promoções uma emprêsa privada que, sem visar lucros extraordinários, propôs-se a lançar, nas Universidades, tal programa. A Aviação Aérea São Paulo, prontificou-se a conceder tarifas especiais e excedendo as expectativas, sòmente no mês de julho de 1966, mais de 600 universitários do Estado da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, visitaram o Amazonas.

RESPONSABILIDADE DO GOVÊRNO DO AMAZONAS

O Govêrno do Estado, por intermédio do DEPRO, assumia com os estudantes as seguintes responsabilidades:

a) Hospedagem em alojamento de estudantes
b) Transporte Urbano
c) Organização de excursões à floresta
d) Apresentação de espetáculos folclóricos

e) Organização de excursões fluviais
f) Organização de um ciclo de conferências sôbre o Amazonas, suas realidades e possibilidades
g) Festas e programas sociais

Tôdas as demais despesas, inclusive passagem e alimentação, correriam por conta dos estudantes, que teriam as referidas passagens e hospedagem financiadas, em 10 prestações, pela VASP e Paulina Kaz Promoções.

Passamos a palavra ao Governador Arthur Reis, que definirá os resultados obtidos pela programação em pauta: "No caso de MANAUS, CAPITAL DAS FÉRIAS, pode se afirmar, sem mêdo a êrro, que os resultados superaram qualquer expectativa. Em primeiro lugar há que se destacar um resultado imponderável, que é o que levou o Govêrno à adotar e realizar o programa: o Amazonas ficou com sua realidade e sua potencialidade mais conhecidas pelos universitários de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais. A promoção despertou o interêsse de todo o País por aquela região. Tal fato é importante: é reconhecidamente, mais importante que qualquer outro. Mas, para os que desejam contar com resultados concretos, objetivos e mais imediatamente perceptíveis, o comércio de Manaus poderá testemunhar o que os economistas chamam de "aceleração de vendas" no período em que seis centenas de universitários estiveram na cidade. Foram tantas as compras, que forçaram as lojas de mercadorias típicas da região a renovarem, apressadamente, seus estoques, cedo esgotados pela procura. O Govêrno do Estado, porém, persiste em afirmar que o melhor resultado foi o que promoveu uma modificação da imagem pela qual o Amazonas é visto com prejuízos reais para seu progresso. E isso foi conseguido." (Entrevista concedida pelo Governador Arthur Reis à imprensa do Estado da Guanabara).

A "aceleração das vendas", referida acima, pelo Governador do Estado, realmente foi constatada. Um levantamento realizado pela Assessoria Econômica do DEPRO, calcula em Cr$ 90.000 (noventa mil cruzeiros) a despesa realizada por cada universitário em Manaus, sem incluir as despesas de alimentação pagas ao restaurante concessionário.

Em um outro caso, também, a programação "MANAUS, CAPITAL DAS FÉRIAS" constituiu-se em grande sucesso.

Trata-se da imensa repercussão alcançada em todo o país, fazendo com que estações de rádio e televisão, jornais e revistas de todo o país, oferecessem, sem nenhum ônus, espaço aos estudantes para que contassem o que tinham visto e aprendido no Amazonas. E êles, surpreendendo o Departamento de Turismo, prepararam excelentes trabalhos sôbre o Amazonas, tendo alguns montado, em suas Universidades, exposições fotográficas.

PRIMEIRA FESTA DA JUTA

Tratando-se de um dos esteios da economia amazonense, a juta merecia uma divulgação maior do papel que representa na vida do Estado, tanto dentro de nossas fronteiras quanto em outras unidades da federação.

Indiscutìvelmente, foi uma das programações mais trabalhosas, uma vez que envolvia um planejamento complexo, de execução difícil, principalmente se levarmos em conta as dificuldades que uma cidade pequena e isolada oferece.

A Primeira Festa da Juta, englobava as seguintes programações:

a) Reunião de técnicos de juta dos diversos Estados plantadores.
b) Reunião de plantadores, indústrias e exportadores da juta.
c) Exposição da Juta — Estado atual das plantações — fiação, tecelagem e artezanato.
d) Desfile de candidatas ao título Rainha da Juta.
e) Baile de eleição da Rainha da Juta (Primeiro baile realizado no Teatro Amazonas).
f) Criação de uma coleção de vestidos confeccionados em juta.

O DEPRO realizou, etapa por etapa, a programação, que resultou em um grande sucesso publicitário, atraindo as atenções da imprensa do Sul do País e mesmo do exterior.

PROBLEMAS DE TRANSPORTE AÉREO

Em uma cidade com a situação geográfica de Manaus, rodeada por florestas, sem ligações rodoviárias com o resto do país, o transporte aéreo adquire, depois

do transporte fluvial, uma posição da maior importância. As ligações com as principais cidades do país não apresentavam maiores problemas, desde que, pràticamente todos os dias realizam-se vôos ligando Manaus ao Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belém do Pará. Apenas eventualmente — principalmente no fim do ano e proximidades do carnaval — existe grande dificuldade de espaço nesses vôos. Em alguns dias as freqüências para Brasília e Rio de Janeiro são maiores, como, por exemplo, nas sextas-feiras, quando existem 3 vôos.

No fim do ano de 1965, ao se iniciarem os trabalhos do Departamento de Turismo e Promoção, um dos maiores problemas que se apresentava era o das ligações aéreas internacionais.

As emprêsas brasileiras de navegação aérea consultadas — entre elas a VARIG — não se interessaram por nenhuma linha internacional via Manaus. O DEPRO, então, consultando os acôrdos de navegação aérea, assinados pelo Brasil, chegou a conclusão de que as "Aerovias Nacionais da Colômbia" — AVIANCA — apresentava condições excepcionais para operar na linha Manaus-Bogotá, aonde os passageiros fariam conexão com seus vôos para os Estados Unidos — costas oriental e ocidental — e Europa.

Após os contatos preliminares, fomos surpreendidos pela vontade da referida Emprêsa em operar essa linha. Seria necessário remover alguns obstáculos e o Departamento de Turismo e Promoção, em nome do Govêrno do Estado do Amazonas, emprestou seus bons ofícios à AVIANCA. Presentemente os dirigentes colombianos aguardam apenas, a solução de problemas de ordem técnica, para iniciarem os vôos regulares Bogotá-Manaus-Bogotá, com paradas eventuais em Letícia. A inauguração dessa linha deverá ocorrer nos primeiros dias do mês de março do corrente ano.

Além dos resultados aparentes, como sejam os de facilitar o acesso de turistas norte-americanos, colombianos e europeus à Manaus, o de romper com o isolamento internacional da capital amazonense, outros, como, por exemplo, o de se contar com mais um instrumento de divulgação do Amazonas no exterior, deverá ser levado em conta, principalmente porque não implicará em nenhum ônus para o orçamento estadual. Uma equipe de publicistas da AVIANCA já estêve em Manaus, e, no

momento, prepara, em Bogotá, folhetos, cartazes e "slides" de propaganda, em várias línguas, para serem usados como propaganda do Amazonas, na Colômbia, Estados Unidos e Europa.

PLANO DE APLICAÇÃO DA VERBA DO FUNDO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E PROMOÇÃO NO VALOR TOTAL DE Cr$ 160.000.000

PESSOAL

01.00 —	Vencimentos	20.000.000	
02.00 —	Gratificação pela prestação de serviços extraordinários	2.000.000	
04.00 —	Diárias	3.500.000	25.500.000

MATERIAL DE CONSUMO

02.00 —	Impressos, artigos de expediente e desenho	10.000.000	
05.00 —	Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem	1.000.000	
06.00 —	Combustíveis e lubrificantes	12.000.000	
07.00 —	Materiais e acessórios de máquinas de viaturas, de aparelhos e de móveis	1.500.000	
15.00 —	Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios, roupa de cama, mesa e banho	3.500.000	
16.00 —	Material para fotografia, filmagem, radiografia, gravação, radiofonia e telecomunicações	1.000.000	

17.00 —	Material para conservação de bens imóveis	500.000	
19.00 —	Outros materiais de consumo	1.000.000	30.500.000

SERVIÇOS DE TERCEIROS

01.00 —	Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais	3.000.000	
02.00 —	Passagens, transportes de pessoal e de suas bagagens, pedágios	7.000.000	
03.00 —	Assinaturas de jornais e recortes de publicações periódicas	500.000	
04.00 —	Iluminação, fôrça motriz e gás	1.000.000	
05.00 —	Serviços de asseio e higiene, taxas de água, esgôto, lixo e outras correlatas ...	500.000	
06.00 —	Reparo e adaptações de bens móveis e imóveis	1.000.000	
07.00 —	Serviços de divulgação, de impressão e de encadernação ..	20.000.000	
08.00 —	Serviços de comunicação em geral	5.000.000	
15.00 —	Outros serviços de terceiros	1.000.000	39.000.000

ENCARGOS DIVERSOS

01.00 —	Despesas miúdas de pronto pagamento ..	500.000	
04.00 —	Festividades, recepções, hospedagens e homenagens ., ...	13.000.000	

08.00 —	Exposições, congressos e conferências ..	10.000.000	
12.00 —	Outros encargos diversos	500.000	24.000.000

4.1.0.0. — INVESTIMENTOS

4.1.3.0. Equipamentos e instalações:

4.1.3.1.	Máquinas, motores e aparelhos	12.000.000	
4.1.3.4.	Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica	13.000.000	
4.1.3.6.	Embarcações	12.000.000	37.000.000

4.1.4.0 — MATERIAL PERMANENTE

02.00 —	Material bibliográfico, discotecas e filmotecas, objetos históricos, obras de arte e peças de museus ..	4.000.000	
05.00 —	Utensílios de copa e cozinha, dormitório e enfermagem	500.000	
08.00 —	Mobiliário em geral	500.000	5.000.000
			160.000.000

JOSÉ JOAQUIM MARINHO
Diretor Geral

INSTITUTO
DE
PREVIDÊNCIA
E
ASSISTÊNCIA
DOS
SERVIDORES
DO
ESTADO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 1966

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Apresentaram êstes dois (2) setores de trabalho, o seguinte movimento:

Processos protocolados	5.901
Informações prestadas	162
Certidões expedidas	7
Promoções expedidas	3
Cópias autênticas	6
Justificativas	6
Promoções de funcionários	6
Nomeações de funcionários	53
Aposentadoria	1
Ofícios remetidos a diversos — D.P.	344
Ofícios remetidos a diversos — D.S.A.	130
Ofícios remetidos ao Sr. Governador	26
Ofícios remetidos ao Chefe da C. Civil	8
Ofícios recebidos de diversos	98
Ofícios recebidos do Sr. Governador.	6
Ofícios recebidos do Chefe da Casa Civil	6
Ofícios recebidos da Rep. Itacoatiara	19
Ofícios recebidos da Rep. Parintins .	15
Circulares recebidas da Casa Civil ..	6
Circulares recebidas do Sr. Governador	9
Circulares recebidas de diversos .. .	19
Memorandos enviados a diversos — D.P.	94
Memorandos enviados a diversos — D.S.A.	139
Memorandos recebidos de diversos —	8
Portarias de pagamento de pessoal baixadas	1.466

SERVIÇO MÉDICO

Inaugurado o Centro de Saúde no dia 27.6.66, desenvolveu o seguinte trabalho no decorrer dêste ano:

Atendimentos no Ambulatório . . .	30.259
Encaminhamentos	13.330
Hospitalizações	1.494
Serviço Odontológico	10.117
Serviço Radiológico	3.344
Laboratório	9.946
Fisioterapia	916
Cadastro de gestante	698

SERVIÇO DE BENEFÍCIO

Até a presente data foram inscritos no S.B.:

Segurados	11.812
Dependentes	17.083
Total	28.895

Este número, entretanto, não representa mais do que 30% (trinta por cento) daqueles que, por direito, devem estar vinculados ao IPASEA. Isso decorre do fato de grande número de funcionários estaduais, até esta data, ainda não terem regularizado sua situação junto à nova entidade previdenciária do Estado.

Lançamentos contábeis atingiram em 1966, o expressivo número de 65.000 lançamentos, contra 55.201, em 1965 e 23.836, em 1964.

Processos instruídos:	3.050
Auxílios Natalidades	688
Auxílios Funerais	31

A despesa com pagamento de pensão do Montepio atingiram a casa de Cr$ 441.812.524 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitocentos e doze mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros).

SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE CAPITAL

Êste Serviço, face ao programa de construção e das medidas financeiras restritas que o Instituto sofreu no ano de 1966, pouco realizou dentro das suas finalidades.

Em 1966, devidamente autorizados por Vossa Excelência, pagamos empréstimos deferidos em 1965, no montante de Cr$ 66.468.192 (sessenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cento e noventa e dois cruzeiros), o que somados aos empréstimos concedidos em 1965, perfaz a importância de Cr$ 158.940.886 (cento e cinqüenta e oito milhões, novecentos e quarenta mil oitocentos e oitenta e seis cruzeiros). Vale ressaltar que o montante total de empréstimos solicitados a êste I.P.A.S.E.A., até esta data, atinge a soma de Cr$ .... 2.250.152.780 (dois bilhões, duzentos e cinqüenta milhões, cento e cinqüenta e dois mil, setecentos e oitenta cruzeiros), correspondente a 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) requerimentos dirigidos a esta Presidência.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Do orçamento estabelecido para êste Instituto, foram arrecadados Cr$ 1.575.492.442 (hum bilhão, quinhentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois cruzeiros), com os quais cumprimos quase todos os compromissos desta Autarquia, restando-nos, ainda, por fazer, o pagamento do montepio referente ao mês de dezembro e contas a fornecedores, inclusive de equipamento pesado adquirido num valor aproximado de Cr$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros). Em contrapartida, temos a receber do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, correspondente aos meses de novembro e dezembro, Cr$ 85.000.000 (oitenta e cinco milhões de cruzeiros), referentes a contribuição de oito (8%) por cento dos funcionários daquela Autarquia, somados aos meses de outubro, novembro e dezembro, ainda não recebidos da Secretaria de Fazenda, e que representa um montante de Cr$ 310.000.000 (trezentos e dez milhões de cruzeiros), perfazendo um total de Cr$ 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões).

Contando-se, entretanto, com as disponibilidades dêste Instituto retidas na S.F., oriundas da Lei n.º 171, sôbre o Impôsto de Transação, num montante de Cr$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) — 20% (vinte por cento) da aludida arrecadação, nos anos de

1965 e 1966 — o "superavit" real que passa a 1967, como saldo líquido do Instituto, atinge a importância de Cr$ 615.000.000 (seiscentos e quinze milhões de cruzeiros).

SERVIÇO JURÍDICO

O Serviço Jurídico sem, entretanto, atingir a plenitude de suas finalidades, cumpriu um extenso programa de trabalho, prolatando duzentos e dezesseis (216) pareceres em processos administrativos e outros que tramitam na Justiça comum, redigiu e apresentou à sanção desta Presidência, seis (6) Ordens de Serviço; duas (2) exposições de motivos, 1 promoção, 3 mensagens, 6 contratos, 2 escrituras, 2 decretos e 16 memorandos.

AGÊNCIAS DO INTERIOR

Estão funcionando, presentemente, duas agências do IPASEA, em cidades do Interior do Estado: uma em Itacoatiara, dispondo de serviço médico e odontológico, próprios e outros de menor importância, e outra em Parintins, que terá sede própria com instalações adequadas.

O Centro de Saúde de Parintins contará com Gabinete para o Diretor, Secretaria, Portaria, depósito para material (dois), Tesouraria, Cantina, Gabinete Médico, Clínica Fisioterápica, Gabinete Odontológico, Laboratório, Sala de Curativos, Sanitários para funcionários, e para depósitos.

Disporá também a Representação de Parintins, anexo ao Centro de Saúde, de residência para o Representante e mais duas residências para o pessoal técnico (médico, dentista, etc.), construídas em outro local.

Deverá custar aos cofres do Instituto êste investimento a quantia superior de Cr$ 150.000.000 (cento e cinqüenta milhões de cruzeiros).

CONVÊNIOS COM O MINISTÉRIO DE SAÚDE

Pelo processo n.º 47.381/65 M.S. solicitamos ao Govêrno Francês, às firmas Compagnie Générale de Radilogie e aos Membros de Alliance Française du Material Hospitalier, devidamente autorizados por Vossa Exce-

lência, um financiamento em material hospitalar, no valor de 482.083 francos franceses, correspondente a Cr$ 218.865.082 (duzentos e dezoito milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e oitenta e dois cruzeiros), já em face final o processo, dependendo, exclusivamente, da autorização do Presidente do Senado Federal, para concretização do fato.

Outra solicitação fizemos ao Ministério de Saúde, desta vez para aquisição financiada de oito (8) hospitais, instalados e equipados, à Robin International Corporation com uma área construída de 1.110m2 (mil, cento e dez metros quadrados), pelo preço de US$ 728.000 ou sejam: Cr$ 1.603.602.000 (um bilhão seiscentos e três milhões, seiscentos e dois mil cruzeiros), cada unidade, financiada em dez (10) anos, com dois (2) anos de carência.

Esta operação já se encontra bastante adiantada e tanto como a do equipamento francês, foram autorizadas pela Assembléia Legislativa do Estado através da Lei n.º 476, de 5.10.1966, publicada no Diário Oficial de n.º 2.057, da mesma data.

Primeiramente serão entregues três (3) dessas unidades, que nos têrmos da lei acima mencionada, serão construídas nas cidades de Lábrea, Eirunepé e Manaus.

HOSPITAL DO PRONTO SOCORRO DO SERVIDOR

Será o Hospital do Pronto Socorro do Servidor, erigido em continuação ao nosso Centro de Saúde, com 56 leitos, com frente para a rua Visconde de Pôrto Alegre, com os números 486 e 492, desapropriados e pagos por êste Instituto, num valor total de Cr$ 55.673.533 (cinqüenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e três mil quinhentos e trinta e três cruzeiros), sem as despesas de cartório.

LOTERIA
DO
ESTADO

SENHOR SECRETÁRIO:

Com o intuito de despertar a atenção do público, e até mesmo satisfazer a sua vontade, conseguimos junto a Delegacia de Rendas Internas, autorizaçao para usarmos o plano L-A, cujo prêmio maior é de Cr$ 10.000.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), e que está sendo usado desde a Extração n.º 54, de 1.º de dezembro de 1966, o qual foi muito bem recebido pelo nosso povo. Tanto é verdade, que o número de bilhetes encalhados vem reduzindo de extração a extração.

FUNCIONALISMO — com a reestruturação do quadro de funcionários dêste Serviço, efetuada com a Lei n.º 542, de 15 de dezembro de 1966, foi dada melhor condição de vida a êstes servidores, que diuturnamente nos ajudam a levar avante, e manter no conceito público, o Serviço de Loteria do Estado. Apenas a Diretoria se ressente de um de seus membros, lacuna esta, desde o mês de maio de 1966, que é de Diretor Administrativo, o que vem acarretando acúmulo de serviço.

MOVIMENTO FINANCEIRO — com dados precisos e abordando assuntos vários que dizem respeito à Tesouraria, enviamos junto a êste, o Relatório apresentado pela mesma, para que melhor possa Vossa Excelência examinar a situação econômico-financeira dêste órgão.

PROCESSO — ao concluirmos o presente RELATÓRIO, no qual procuramos traduzir todo o nosso trabalho durante o ano findo queremos frisar que, apesar do lamentável fato ocorrido neste setor, com o desfalque de Cr$ 19.532.860 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta cruzeiros), praticado por um ex-servidor dêste órgão, e para o que tomamos na

época tôdas as providências cabíveis ao caso, não veio o fato desabonar o conceito da Loteria, perante a opinião pública, o que comprova o interêsse por parte dos adquirentes de bilhetes, nas extrações que são realizadas tôdas as quinta-feiras.

a) PEDRO NOLASCO PENNAFORT
Diretor-Presidente

RELATÓRIO DO MOVIMENTO FINANCEIRO DO SERVIÇO DE LOTERIA DO ESTADO DO AMAZONAS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1966

Ao relatarmos o movimento financeiro dêste Serviço, durante o período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro, temos a satisfação de declarar que os resultados a que chegamos, ao atingir esta segunda meta, de nossa gestão, nao foram tão desalentadores, conforme profetizavam pessoas dotadas de espíritos desavisados que se comprazem em lançar mão da crítica, para amesquinhar a boa-vontade e o esfôrço do próximo.

Contrariando o pessimismo de muitos, em face do volume de bilhetes encalhados, ao encerramento de nossas extrações semanais, o resultado final é bem auspicioso leva-nos a crer que o êxito total dêste Serviço não tardará. Considere-se, como ponto de partida, que os encalhes, na data das extraçoes, representam prejuízo, maior ou menor, conforme o número de bilhetes encalhados, mas não esqueçamos que, com o correr do tempo êsses encalhes são, paulatinamente, recuperados, conforme provaremos mais adiante; razão pela qual voltamos a afirmar, como já o temos feito em outras ocasiões, que os encalhes podem representar o espantalho das loterias, mas não deve sobressaltar seus proprietários ou concessionários.

Para reforçar o nosso otimismo, devemos frisar, que estamos lidando com jogadores que, por assim dizer, não sabem jogar, de vez que não procuram receber seus prêmios dentro do prazo legal, ou sejam seis meses, e tanto isso é verdade, que nossas extrações estão prescrevendo com uma média de Cr$ 800.000 a Cr$ 1.000.000. Além disso, muitos bilhetes premiados são jogados, pelo públi-

co, nos depósitos de papéis inservíveis que são vasculhados, diàriamente, por êsse mesmo público, que consegue não raras vêzes, prêmios até Cr$ 7.000, prova cabal de que o público não sabe jogar.

Entretanto isto não significa que o exercício de 1966 foi um mar de rosas, para nós; além do acúmulo de serviço, lutando com a falta de funcionários, por motivos alheios à vontade do Govêrno, tivemos o desprazer de passar momentos desagradáveis, motivados pela falta de escrúpulos de um ex-funcionário, que se apropriou, indèbitamente, de valores que atingiram o montante de Cr$ 19.532.860, evadindo-se posteriormente. Houve inquérito administrativo, nossa honestidade e lisura no trato dos dinheiros dêste Serviço, com a graça de Deus, foi provada mas por incrível que pareça, não recebemos uma cópia do tal inquérito e, por isso, estamos na ignorância dos resultados.

Esta irregularidade nos obriga a conservar tal quantia como numerário existente em Caixa, quando, na realidade, só existem papéis. Êste fato devido ao vulto do alcance, tanto prejudicou a Loteria como nos proporcionou grande mal-estar e dias bem amargos, mas não abalou a confiança que o público vinha depositando neste Serviço, razão pela qual não devemos atribuir o volume de encalhes a tal fato, que é motivado, ùnicamente, pela infração de Decreto Lei Federal n.º 6.259, que estipula uma emissão de 6.000 bilhetes, para cada 1.000.000 (Hum Milhão) de habitantes, dispositivo êste que estamos contrariando com emissões de 10.000 bilhetes (Dez Mil), para uma população de 180 a 200 mil habitantes; esta é a verdadeira e única causa de semelhante volume de bilhetes encalhados que só poderá terminar para o futuro.

Temos feito tudo que nos é possível, para expandir êste Serviço, o êxito tem sido insignificante; basta dizer que temos vários Municípios, onde poderíamos fazer bons negócios, mas faltam os meios de transportes, rápidos e seguros. Nossos bilhetes são vendidos em Roraima, com grande sacrifício e despesas para o distribuidor, que tem de viajar de avião onde resulta que o lucro não é tão compensador como parece, mesmo sabendo-se que os bilhetes são vendidos com preços majorados. Mesmo assim, com a graça de Deus, em Roraima tudo vai correndo bem.

Pelo exemplo de Roraima, podemos avaliar o que aconteceria com as pessoas que pretendessem distribuir nossos bilhetes em outras cidades ou municípios do Interior do Estado, aventura esta que ninguém quer tentar.

Isto pôsto, passemos a verdadeira finalidade dêste Relatório: historiar o movimento de bilhetes, receita e despesa dêste Serviço, durante o exercício de 1966.

EXTRAÇÕES

Foram realizadas 48 extrações, sendo que a extração de número 57, realizada no dia 22 de dezembro. em comemoração aos festejos natalinos, foi feita em dobradinha, com 20.000 bilhetes.

BILHETES POSTOS À VENDA

Êste Serviço pôs em circulação 490.000 bilhetes lotéricos, no valor de Cr$ 2.166.600, referentes a planos de Cr$ 32.400.000, Cr$ 42.000.000, Cr$ 52.500.000 e 105.000.000, com prêmios maiores de Cr$ 5.000.000, Cr$ 10.000.000. e Cr$ 20.000.000.

BILHETES VENDIDOS

Durante o exercício de 1966 foram vendidos ..... 339.773,5 bilhetes, no valor de Cr$ 1.491.605.541.

BILHETES ENCALHADOS

150.226,5 bilhetes foi o total dos encalhes verificados durante o ano de 1966, avaliados em Cr$ 674.994.459.

ENCALHES RECUPERADOS

Durante o exercício, ora relatado, o título "Encalhes e Devoluções", foi creditado por Cr$ 329.360.500, correspondente ao valor dos prêmios que não foram vendidos. Passa para o exercício de 1967, no valor de Cr$ 22.343.350.

PRÊMIOS PAGOS

Entre prêmios principais, secundários, centenas, dezenas e finais, efetuamos pagamentos no total de Cr$ 808.449.550.

COMISSÕES

Nossos cambistas receberam, pela colaboração que nos prestaram durante o ano, comissões no valor de Cr$ 161.251.654.

ENCARGOS FEDERAIS

Cr$ 237.992.000 foi o montante de impostos pagos ao Govêrno Federal, por intermédio das Repartições arrecadadoras, sendo Cr$ 132.292.000 de Impôsto de Renda e Cr$ 105.700.000, de Impôsto Federal, 5%.

MOVIMENTO DE GUICHÊS

Nossos guichês efetuaram pagamentos no valor de Cr$ 373.400.000.

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A

Esta conta acusa, na data dêste Relatório, um saldo de Cr$ 72.325.116, a favor do Serviço de Loteria do Estado do Amazonas.

ESTÁDIO VIVALDO LIMA

Durante o exercício de 1966, depositamos no Banco do Estado do Amazonas S/A, a favor do "ESTÁDIO", a quantia de Cr$ 79.000.000, ficando um saldo de Cr$ 43.000.000 a favor da referida praça de esportes, ora em construção. É nosso pensamento liquidar êste débito, o mais breve possível, mas isto não se pode pensar e fazer de imediato, de vez que não podemos deixar êste Serviço sem lastro bancário, a fim de evitar aborrecimentos ao govêrno.

Estamos certos de que a administração da construção do Estádio, compreendendo que temos razão, nos dispensará um pouco de paciência e se conformará com a situação, mormente se considerar que nunca deixamos de creditar a contribuição do Estádio, nem mesmo nas piores extrações que temos tido. Pode a Diretoria da construção do Estádio, estar certa de que, cumpriremos nossa palavra, pois, nosso desejo é pagar tudo, de sorte que os depósitos sejam feitos em tôdas extrações, no valor de contribuição.

SECRETARIA DE FAZENDA C/EMPRÉSTIMO

Em outubro de 1965, quando inauguramos êste Serviço, nos foi concedido pela Fazenda Pública do Estado, um empréstimo de Cr$ 10.000.000, para fazer face às primeiras despesas dêste Serviço, empréstimo êste que com a graça de Deus, já recolhemos aos cofres do Estado, conforme guia n.º 2.070, de 25 de maio dêste ano.

VIATURAS

Ao inaugurarmos êste Serviço, o Estado nos cedeu, por empréstimo, um Jeep Toyota, bastante usado, veículo êste que nos proporcionava despesas e dôres de cabeça, razão pela qual resolvemos devolvê-lo. A falta de uma condução nos tem acarretado transtornos, quando temos de resolver casos urgentes nos bancos, repartições ou com a Gráfica que nos fornece as emissões, mas, infelizmente, temos de continuar assim e aguardar dias melhores, para não sobrecarregar êste órgão com muitas despesas.

GRÁFICA

Por fôrça de uma nova concorrência, as emissões de nossos bilhetes deixaram de ser impressos na Papelaria Velho Lino Ltda., passando para as oficinas de Sérgio Cardoso & Cia., firma que saiu vencedora na concorrência.

Esta mudança de gráfica vai nos proporcionar uma economia de Cr$ 25.000.000 a 30.000.000 de cruzeiros, durante o ano.

As novas oficinas estão trabalhando bem, mas achamos que o serviço de clichês deve ser mais variado.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nossas contribuições referentes ao exercício de 1966, estão tôdas pagas e atingiram a soma de Cr$ 4.523.544.

EMISSÕES DE BILHETES

Durante o corrente ano êste órgão dispendeu, com a impressão de bilhetes e listões, o total de Cr$ 56.805.680.

PRÊMIOS PRESCRITOS

Durante o exercício de 1966, prescreveram prêmios no total de Cr$ 28.208.375, numa base de Cr$ 800.000, em cada extração.

PREVISÕES EM SUSPENSO

O total de encargos previstos, para prêmios que não foram vendidos, alcançou a cifra de Cr$ 65.359.612.

FUNCIONÁRIOS

Vencimentos e tôdas as vantagens determinadas pela CLT, foram pagas aos servidores contratados.

Cr$ 28.388.911, foi a despesa total dêste órgão, com o quadro de seus servidores.

O Serviço de Loteria do Estado do Amazonas, encerrou o exercício de 1966, com a disponibilidade de Cr$ 162.115.146, sendo Cr$ 72.325.116, no Banco do Estado, Cr$ 22.800.000, em moeda corrente legal do País e Cr$ 66.990.030, em documentos afiançados.

Para o ano em curso, a previsão semanal é a seguinte:

	NCr$	NCr$
Receita média pela venda de bilhetes representativos do valor de NCr$ 52.500,00		39.375,00

Previsão de Despesa:

Prêmios a pagar	28.855,00
Impôsto Federal — 5%	2.500,00
Impôsto de Renda	6.145.10
Comissões:	
10% s/NCr$ 3.750,00	3.750,00
25% s/1.500 bilhetes a NCr$ 5,00	375,00
2% s/2.000 ditos a NCr$ 5,00 ..	200,00
Impressão de 10.000 bilhetes e 500 listões	704,00
Propaganda e publicidade	135,00
Diversas despesas	200,00

Pessoal:

	NCr$	NCr$	
Vencimentos	1.000,00		
F. G. Tempo de Serviço	45,00		
Cota Patronal	50,00	1.095,00	
Estádio Vivaldo Lima		2.000,00	45.959,10
DEFICIT		NCr$	6.548,10

Os "deficits" vêm sendo recuperados com os valores constantes dos prêmios atribuídos a bilhetes não vendidos e com os recursos outros resultantes de prêmios que deixam de ser pagos pela decorrência do prazo de prescrição de direito ao seu recebimento, e que se elevam à cêrca de NCr$ 700,00, semanalmente.

A legislação referente a loterias foi alterada em recente decreto-lei federal, mantidas as loterias estaduais e seus planos atuais, pelo que esperamos, em curto prazo apresentar a Vossa Excelência estudo detalhado sôbre as modificações que deverão ser feitas no Serviço que nos foi confiado.

a) MANOEL LOPES LISBÔA
Diretor-Tesoureiro

GRUPO EXECUTIVO PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO DE MANAUS

(G E C E M)

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1966

Senhor Presidente e demais Membros da Comissão de Contrôle da Administração do Estádio "Vivaldo Lima":

Apraz-me, como Presidente do Grupo Executivo para a Construção do Estádio de Manaus, apresentar à apreciação e julgamento de Vv. Sas., o relato do que me foi dado executar durante o exercício recém-findo.

Os trabalhos vêm se processando em ritmo moderado, face ao volume da obra a ser executada e o montante financeiro oriundo de fontes pagadoras de recursos limitados.

Assim é que, a Secretaria de Fazenda e a Loteria do Estado do Amazonas estão contribuindo para o cumprimento de suas obrigações no que diz respeito ao custeio dessa obra grandiosa. A COINTER & CIA. LTDA., firma que tem a seu cargo a construção do fôsso, túneis e campo, está cumprindo suas obrigações a contento, sentindo, algumas vêzes, embaraços, pela falta de recursos materiais, bem próprios das dificuldades e da carência no comércio desta praça. Infelizmente, a PLANENGE — PLANEJAMENTO E ENGENHARIA LTDA., que tinha ganho a proposta para a execução de todo o restante do Estádio, requereu concordata por intermédio de sua Matriz no Rio de Janeiro, tendo sido tomadas as providências necessárias no sentido do resguardo da operação que não chegou a ter início, restringindo-se ao preparo do canteiro e na estocagem de algum material. A Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Viação e Obras, recebendo ordens diretas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, agiu com presteza e segurança, no trato do interêsse público, havendo tomado as medidas cabíveis para imediata rescisão do contrato com aquela firma.

A ADEM, criada pela Lei n.º 427, de 23.6.66, sob a Direção do Presidente dêste Grupo Executivo, caminha para a instalação de seu escritório inicial, para o que estão sendo tomadas as providências compatíveis. Referida Lei, em seu artigo 4.º, instituiu a Delegação de Contrôle da ADEM, tendo o Govêrno em Decreto de 20 de julho de 1966, designado o Sr. Professor Guilherme Pinto Nery, como representante de Educação e Cultura; Ministro João Torquato de Lemos, como representante do Tribunal de Contas e Dr. Mário Jorge Couto Lopes, como representante do Govêrno do Estado. A êste órgão, pois, cabe a fiscalização das atividades financeiras da ADEM. Já se encontra aprovada a sua respectiva regulamentação. Por sua vez, a ADEM também já tem o seu regulamento em vigor, com o estabelecimento do Decreto n.º 746, de 29.12.66.

VENDA DE CADEIRAS CATIVAS

Apesar da promoção feita, dispendendo-se soma apreciável, como se verifica no respectivo Balancete, não surtiu efeito a venda de cadeiras cativas, entregues ao Banco do Estado do Amazonas. O desinterêsse se justifica pelo pouco progresso da obra em construção, podendo, mais adiante, quando as cadeiras já estiverem sendo montadas, haver modificação plena por parte do público que acorrerá desejoso de obter um lugar reservado no futuro Estádio de Manaus.

DERIVANTE DA AM-1

Em ofício n.º 11/66, esta Presidência solicitou ao Govêrno do Estado que fôsse estudada, por parte do DER-Am., a construção de um derivante da AM-1, contornando aquela futura praça de esportes.

A utilização do serviço pleiteado virá facilitar o movimento das viaturas na execução das obras dêsse importante patrimônio estadual.

DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO

Estamos em entendimento para solicitar ao Govêrno do Estado, a desapropriação do terreno fronteiriço ao Estádio, ora pertencente aos Padres Redentoristas, para o escoamento das águas pluviais daquela praça de esportes. Vale ressaltar, que estamos encontrando de parte daqueles sacerdotes, a melhor boa vontade na cessão do referido terreno.

PLANEJAMENTOS

Tendo em vista a rescisão do contrato com a PLANENGE — PLANEJAMENTO E ENGENHARIA LTDA., esta Presidência já solicitou verbalmente, ao Secretário de Viação e Obras, que seja apresentado, com urgência, um planejamento para aplicação da verba da Loteria Estadual com o saldo em nosso poder. É o que aguardamos para prosseguimento da obra, digo dos trabalhos.

Chegamos assim, ao final do exercício de 1966, sem que algo de maior valor pudéssemos realizar, dado os poucos recursos conforme relato que temos a honra de encaminhar a Vv. Sas., mas temos consciência do dever cumprido e praza aos céus, possamos no Govêrno que ora se inicia, entregar ao povo do Amazonas a sua Praça de Esportes.

a) CEL. THEMÍSTOCLES HENRIQUES TRIGUEIRO
Presidente

SENHOR SECRETÁRIO:

Atendendo à solicitação verbal de V. Exa., vimos tecer algumas considerações a respeito do Estádio "VIVALDO LIMA". Muitos serviços já se encontram executados no Estádio, conforme se pode verificar no local, ou através do percentual de trabalhos realizados constante dos vários Relatórios de Progresso, por nós enviados mensalmente a essa Secretaria.

Os relatórios fornecidos são relativos à PRIMEIRA ETAPA da obra, isto é, à parte do campo, fôsso e túneis, a cargo da Construtora COINTER LIMITADA.

A SEGUNDA ETAPA não foi pràticamente iniciada, tendo sido levantados apenas os barracões dos escritórios e depósitos.

Até o momento foram gastos na obra, em projetos, serviços executados, e pagamentos liberados pela S.V.O.P., as importâncias seguintes:

Projetos arquitetônicos e cálculos:

	NCr$
Complementares	143.775,67
Irmãos Prata (terraplenagem)	100.000,00
COINTER LIMITADA (topografia)	8.580,00
COINTER LIMITADA (pagamentos) .. . liberados	192.998,50
TOTAL	445.354,17

(quatrocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e cinqüenta e quatro cruzeiros novos e dezessete centavos).

Para o corrente exercício, temos no orçamento para o Estádio "VIVALDO LIMA", NCr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos). Temos ainda os empenhos relativos aos serviços com a Cointer Limitada (3.ª até a 9.ª etapa), que montam a NCr$ 403.838,33 (quatrocentos e três mil, oitocentos e trinta e oito cruzeiros novos, e trinta e três centavos).

Somam estas duas importâncias, juntamente com a verba estimada a ser destinada para o Estádio "VIVALDO LIMA" pela Loteria do Estado, um total de NCr$ 834.000,00 (oitocentos e trinta e quatro mil cruzeiros novos).

Se essa importância fôsse realmente aplicada na obra, a situação do Estádio seria deveras animadora. Haveria condições de jôgo com relativo confôrto tanto para o público como para os jogadores. O campo estaria gramado e o fôsso, os túneis, as trincheiras para os jogadores da reserva e para os jornalistas estariam prontos. Estariam também realizados alguns trechos do muro de arrimo que separa a geral da arquibancada e desta, os seus primeiros degraus.

Isso tudo, se encarado de uma maneira mais objetiva, significa para 1968 um ano mais promissor, pois, a venda das cadeiras cativas estaria assegurada, e com a mesma, cêrca de um milhão de cruzeiros novos, após serem atualizados os preços das cadeiras.

Dentro dêsse panorama enfrentaríamos o ano de 1968 de maneira mais folgada, o que nos permitiria um reequacionamento do problema de modo a permitir enquadrá-lo em um possível PLANO TRIENAL DE GOVÊRNO, isto é, prevendo o término do Estádio em 1970.

Dentro dêsse quadro, o corrente ano, embora seja o que apresente as maiores dificuldades financeiras, é decisivo na vida do Estádio "VIVALDO LIMA", pois significa a continuidade da obra sem que percamos o dinheiro até hoje empregado como também os vários serviços executados. Êstes últimos, se interrompidos longamente, terão de ser refeitos, trazendo prejuízos enormes.

Apresentamos a seguir, a título de exemplo, um quadro financeiro para obra nos anos de 1967, 1968, 1969 1970.

	NCr$	
1967 —	404.000,00	— Empenhos de 1966 — Restos a pagar
	130.000,00	— Loteria
	300.000,00	— Orçamento
	834.000,00	
1968 —	1.000.000,00	— Cadeiras cativas
	100.000,00	— Loteria
	500.000,00	— Orçamento
	1.600.000,00	
1969 —	900.000,00	— Orçamento
	100.000,00	— Loteria
	1.000.000,00	
1970 —	900.000,00	— Orçamento
	100.000,00	— Loteria
	1.000.000,00	

TOTAL — Cr$ 4.434.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil cruzeiros novos).

Êste quadro que apresentamos apenas como exemplo nos dá uma idéia de como êste ano se apresenta decisivo e sobrecarregado em relação ao próximo, quando, sòmente com quinhentos mil cruzeiros novos que fôssem destinados no Orçamento, poderíamos dar um grande impulso na obra. Nos anos de 1969 e 1970 consideramos sòmente cem mil cruzeiros novos da Loteria e não levamos em conta a renda do próprio Estádio, com jogos e torneios Pró-construção do Estádio.

Sem mais para o momento, e colocando-nos a sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, subscrevemo-nos,

atenciosamente

a) SEVERIANO MARIO PORTO

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM